

MARIA ALDA BARBOSA CABREIRA

**A REPRESENTAÇÃO DE TIRADENTES
NA NUMISMÁTICA E NA FILATELIA**

**ASSIS
2019**

MARIA ALDA BARBOSA CABREIRA

**A REPRESENTAÇÃO DE TIRADENTES
NA NUMISMÁTICA E NA FILATELIA**

Tese apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, para obtenção do título de Doutora em História (Área de Conhecimento: História e Sociedade).

Orientador: Dr. André Figueiredo Rodrigues

ASSIS

2019

C117r	Cabreira, Maria Alda Barbosa A representação de Tiradentes na numismática e na filatelia / Maria Alda Barbosa Cabreira. -- Assis, 2019 152 p. : il., fotos Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Letras, Assis Orientador: André Figueiredo Rodrigues 1. Tiradentes. 2. Representação. 3. Numismática. 4. Filatelia. 5. Dinheiro. I. Título.
-------	---

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp.
Biblioteca da Faculdade de Ciências e Letras, Assis. Dados fornecidos
pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Assis



CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA TESE: A REPRESENTAÇÃO DE TIRADENTES NA NUMISMÁTICA E NA FILATELIA

AUTORA: MARIA ALDA BARBOSA CABREIRA

ORIENTADOR: ANDRÉ FIGUEIREDO RODRIGUES



Aprovada como parte das exigências para obtenção do Título de Doutora em HISTÓRIA, área:
História e Sociedade pela Comissão Examinadora:

Prof. Dr. ANDRÉ FIGUEIREDO RODRIGUES
Depto. de História / UNESP/Assis

Profa. Dra. ELIANE VEIGA PORTA
FATEC / São Caetano do Sul

Prof. Dr. JOSÉ OTÁVIO AGUIAR
UFCG / Campina Grande

Profª Drª LUCIA HELENA OLIVEIRA SILVA
Departamento de História / UNESP/Assis

Prof. Dr. JORGE MIKLOS
UNIP / São Paulo

Assis, 22 de janeiro de 2019.

Dedico este trabalho

aos meus pais, *João e Audália (in
memorian)*;
aos meus filhos, *Eduardo, Ricardo e Renato*;
às minhas noras, *Gisele e Bárbara*;
aos meus netos, *Lucas, Heloisa e Diego*;
e
ao *Aparecido*, companheiro.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela oportunidade à vida.

Aos meus pais pela oportunidade da concepção e pela dedicação em me educarem e me fazerem gente.

Aos meus avós, sou muito grata.

Aos meus filhos, minha vida e continuidade, amo vocês incondicionalmente.

Aos netos, minha vida e alegria.

Ao companheiro, pelo tempo e pela luta.

Às noras, “filhas” amadas.

Ao Prof. Dr. André Figueiredo Rodrigues, grandioso e competente orientador, de inteligência e sabedoria extraordinárias, pelos ensinamentos e humanização.

À Isabel Cristina Santos de Oliveira Rodrigues pelo apoio e amizade.

À Profa. Dra. Lucia Helena Oliveira Silva pelo carinho dispensado, minha gratidão.

Ao Prof. Dr. José Otávio Aguiar pelos importantes comentários no exame de qualificação e na defesa, e pela amizade construída.

Aos Professores Dr. Jorge Miklos e Dra. Eliane Veiga Porto pelos comentários e ensinamentos na defesa de doutoramento.

À Direção e aos Professores da UNESP-Assis, pelo tratamento carinhoso para com os alunos e pelo empenho em manterem a qualidade do Ensino e da Pesquisa na Instituição.

Aos funcionários da FLC-Assis pela dedicação dispensada aos alunos.

À Direção e aos professores e funcionários da FATEC de Garça.

Aos colegas de curso de Pós-Graduação pela convivência e apoio, em especial ao Charles Nascimento de Sá e ao Augusto Henrique Assis Resende.

Aos professores dos ensinamentos Fundamental e Médio, da Graduação e do Mestrado pela formação e incentivo à continuidade de meus estudos.

Aos conterrâneos paulojacintenses (de Paulo Jacinto, no Estado de Alagoas), pelos maravilhosos momentos de aprendizado e convivência, lembranças eternas.

CABREIRA, Maria Alda Barbosa. **A representação de Tiradentes na numismática e na filatelia**. 2019. 152 f. Tese (Doutorado em História). – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2019.

RESUMO

Diversos personagens da história do Brasil tiveram suas “representações faciais” ou “alguns de seus feitos heroicos” estampados no dinheiro e no selo postal brasileiro. Dentre os personagens selecionados, o alferes Joaquim José da Silva Xavier, conhecido pelo seu apelido de Tiradentes, está entre as celebridades escolhidas pelo governo federal para ilustrar algumas de nossas moedas e cédula e também alguns de nossos selos postais. Assim sendo, é propósito desta Tese analisar as representações que Tiradentes recebeu tanto da numismática quanto da filatelia. Para isto, o texto está dividido em três capítulos. No primeiro analisam-se a sua trajetória de vida, o seu envolvimento no movimento da Inconfidência Mineira e a construção simbólica a que foi submetido para ser o herói da pátria. No segundo capítulo, analisamos a representação e a apropriação de Tiradentes no meio circulante, discutindo-se a aparição e a representação de sua imagem em duas moedas e em uma cédula de dinheiro. No terceiro capítulo, estudamos a imagem de Tiradentes na filatelia, recuperando-se a sua imagem em três momentos distintos, mas não conflitantes: em 1948, 1992 e 2008.

Palavras-chave: Tiradentes. Representação. Numismática. Filatelia. Dinheiro. Selo Postal.

CABREIRA, Maria Alda Barbosa. **The representation of Tiradentes in numismatics and philately**. 2019. 152 f. Thesis (History Doctor Degree). – São Paulo State University (UNESP), Faculty of Sciences and Languages, Assis, 2019.

ABSTRACT

Several characters in the Brazil history had their “facial representations” or “some of their heroic deeds” stamped on the money and the Brazilian postage stamp. Among the selected characters, Joaquim José da Silva Xavier, known by his nickname Tiradentes, is among the celebrities chosen by the federal government to illustrate some of our coins and money bank note and also some of our postage stamps. Thus, it is the purpose of this thesis to analyze the representations that Tiradentes received from both numismatics and philately. For this, the text is divided into three chapters. The first one analyzes his life trajectory, his involvement in the movement of the Inconfidência Mineira and the symbolic construction to which he was submitted to be the hero of the country. In the second chapter, we analyze the representation and appropriation of Tiradentes in the circulating medium, discussing the appearance and the representation of its image in two currencies and in a money bank note. In the third chapter, we studied the image of Tiradentes in philately, recovering its image in three distinct but not conflicting moments: in 1948, 1992 and 2008.

Keyword: Tiradentes. Representation. Numismatics. Philately. Money. Postage Stamp.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Antônio Parreiras – <i>A jornada dos mártires</i> (1928)	14
Figura 2	Francisco Andrade – <i>Tiradentes</i> (1926)	18
Figura 3	Coluna Saldanha Marinho	69
Figura 4	Coluna Saldanha Marinho, em foto de 1890	69
Figura 5	Monumento a Tiradentes em Ouro Preto	70
Figura 6	Detalhe da Estátua de Tiradentes no Monumento em sua homenagem em Ouro Preto	71
Figuras 7 a 16	Cédulas da série <i>Vultos nacionais da história do Brasil</i> (1948 a 1973)	86-88
Figura 17	Efígie de Tiradentes na cédula de cinco mil Cruzeiros (1963-1974)	90
Figura 18	Tiradentes no reverso da cédula de cinco mil Cruzeiros	914
Figura 19	Rafael Falco – <i>Tiradentes ante o carrasco</i> (1951)	92
Figuras 20 e 21	Alferes Joaquim José da Silva Xavier	93
Figura 22	Tiradentes, reproduzido no <i>Plutarco escolar brasileiro</i>	97
Figura 23	Angelo Agostini – <i>Alegoria ao dia de Tiradentes</i> (1890)	100
Figura 24	Moeda comemorativa alusiva a Tiradentes (1992-1994)	101
Figura 25	Décio Vilares – <i>Tiradentes</i> (1890)	102
Figura 26	Décio Vilares – <i>Tiradentes</i>	105
Figuras 27 a 31	Moedas circulantes da segunda série de Real (1997-...)	107
Figura 32	Moeda de 1 centavo de Real (1997-2004)	107
Figura 33	Moeda circulantes de 5 centavos de Real alusiva à Tiradentes (1997-...)	108
Figura 34	<i>Penny Black</i> (1840)	114
Figuras 35 a 37	Selos <i>Olhos de Boi</i> (1843-1844)	116

Figura 38	Selo <i>Tiradentes</i> (1948)	118
Figura 39	Aurélio de Figueiredo – <i>Martírio de Tiradentes</i> (1893)	120
Figuras 40 a 46	Série postal <i>Vultos célebres da história do Brasil</i> (1963-1966)	122
Figura 47	Tiradentes na série <i>Vultos célebres da História do Brasil</i>	124
Figura 48	Tiradentes: desenho de Angelo Agostini e selo (1963-1966)	125
Figura 49	Tiradentes no bloco comemorativo ao seu bicentenário (1992)	127
Figura 50	Tiradentes no selo do bloco de seu bicentenário	127
Figura 51	Bruno Giorgi – <i>Tiradentes</i>	129
Figura 52	Tiradentes no Panteão da Pátria e da Liberdade	130
Figura 53	Livro de Aço constante no Panteão da Pátria e da Liberdade	131
Figura 54	Página com a inscrição do nome de Tiradentes no Livro de Aço do Panteão da Pátria e da Liberdade	132
Figura 55	Folha de selos <i>Heróis da pátria</i> (2008)	134
Figura 56	Selo Tiradentes, da folha de selos <i>Heróis da pátria</i>	135
Figura 57	Cartão postal com o selo Tiradentes, da folha <i>Heróis da pátria</i>	138

SUMÁRIO

Introdução

A pesquisa: referenciais temáticos	12
Premissas teóricas	
• A história e a memória	21
• O herói na história	28
• A imagem como documento	35

1 – Tiradentes: o homem, a história e a construção simbólica da nação

Preâmbulo	46
A trajetória do alferes Joaquim José da Silva Xavier	47
Tiradentes e a Inconfidência Mineira	56
Tiradentes no panteão da pátria	64
O culto de Tiradentes como herói em Minas Gerais	66
O culto cívico de Tiradentes	72

2 – Tiradentes e a numismática: o herói no meio circulante

A numismática como objeto de estudo da história	82
A representação de Tiradentes no dinheiro	84
• Tiradentes na série <i>Vultos Nacionais da História do Brasil</i> (1948-1973)	84
• Tiradentes na cédula de cinco mil Cruzeiros (1963-1974)	89
• Tiradentes na moeda comemorativa de cinco mil Cruzeiros (1992)	101
• Tiradentes na moeda de cinco centavos de Real (1997-....)	106

3 – Tiradentes e a filatelia: o herói em miniatura

Os selos postais como objeto de estudo da história	111
Tiradentes nos selos postais	117
• Tiradentes (1948): a imagem monumental	117
• Tiradentes entre os <i>Vultos célebres da história do Brasil</i> (1963-1966)	121
• <i>Bicentenário de Tiradentes</i> (1992)	126
• Tiradentes na série <i>Heróis da pátria</i> (2008)	132

Considerações Finais	139
----------------------	-----

Referências	142
-------------	-----

INTRODUÇÃO

A pesquisa: referenciais temáticos

A tese tem o objetivo de historiar na filatelia e na numismática as representações imagéticas do alferes Joaquim José da Silva Xavier, conhecido pelo apelido de Tiradentes e tido pela memória, tanto a popular quanto a oficial, como o maior de todos os heróis brasileiros.

A aceitação de Tiradentes como herói, já iniciada nos últimos anos do Império, viu com a Proclamação da República sua imagem cair na simpatia popular. Como libertário, republicano e mártir, construíram-se à sua imagem traços nazarenos.

Sua figura oficial, retratada no final do século XIX, consolidava a formulação de uma concepção política dos adeptos do positivismo de Augusto Comte, que terminaram colaborando de maneira decisiva na Proclamação da República.¹ E, somente com ela, a República, Tiradentes incorporou-se à representação pictórica brasileira. Vestindo a alva dos condenados, barba e cabelos longos, tem sempre uma boa transparência. Pintaram-no em cenas que ocorreram desde a sua prisão na Rua dos Latoeiros, no centro do Rio de Janeiro, até episódios diversos da devassa aberta para julgar o crime dos envolvidos na tentativa de rebelião de 1789: a leitura da sentença, Tiradentes agrilhado, a vã tentativa de resistência, para, finalmente, mostrá-lo frente ao carrasco e nas quatro partes em que seu corpo foi dividido para ser exposto à execração pública no caminho entre o Rio de Janeiro e Minas Gerais.²

A morte na forca, o suplício e o seu julgamento ainda hoje continuam a provocar revoltas e repulsa. Dos partícipes do movimento mineiro, o alferes foi o único a morrer na forca, em virtude de ter sido o único a assumir o crime de rebelião, enquanto seus colegas de infortúnio, mortos de medo, transformaram-se em “homúnculos”, “tal a sordidez com que alguns se portavam, acusando-o, difamando-o, cobrindo-o de injúrias e calúnias”.³

¹. CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 56-58.

². COSTA, João. *Os pintores e o suplício de Tiradentes*. Rio de Janeiro: ALERJ, 1992, p. 8-9.

³. *Ibidem*, p. 9.

Nos depoimentos à devassa, Tiradentes portou-se com dignidade e firmeza. Diante de todas as pressões e das ameaças que lhe faziam, jamais se amedrontou. Aceitou tudo com estoicismo e resignação. E em virtude disto, e por ter sido salvo espiritualmente pela fé religiosa na Santíssima Trindade, foi condecorado ao patamar de herói.

Por não se conhecer sua descrição física, artistas concederam-se o direito de licenças poética e artística para retratá-lo alegoricamente. E, graças a isto, durante muito tempo, os quadros históricos pintados sobre o seu envolvimento na Inconfidência e mesmo os resultados dele advindos, prescindiram das “caraterísticas de fidelidade documentada aos assuntos neles apresentados”. Chegou-se a afirmar que “a Arte, alegava-se com superioridade, era uma coisa; a História, outra.”⁴

Os artistas do Novecentos – alguns deles serão ao longo deste trabalho nomeados e estudados em detalhes – tinham por interesse colocar na tela o sublime, o grandioso, ainda que à custa da verdade. Pouco interessava a exatidão dos detalhes, contanto que o conjunto resultante da construção do fato “histórico” fosse de magnífico efeito estético. Felizmente esse ponto de vista foi superado e, modernamente, exige-se que

a elaboração de um quadro histórico seja precedida de paciente pesquisa no sentido de serem evitados anacronismos, paisagens trocadas ou mescladas, alterações de traços físicos de personagens retratados, além de outras minúcias ligadas à execução completa do trabalho.⁵

Como exemplo da “reinvenção” da história, representando, de certa maneira, a visão da sociedade do século XIX e início do século XX sobre o passado, considerando-se a pintura histórica como uma “reprodução do passado da nação” e de suas aspirações coletivas, pode-se citar o caso da pintura *A jornada dos mártires*, de Antônio Parreiras (Figura 1), de 1928, que retrata a partida dos inconfidentes, depois da prisão, em Vila Rica (atual cidade de Ouro Preto), passando pelo povoado de Nossa Senhora da Conceição de Matias Barbosa, nas proximidades de Juiz de Fora, em Minas Gerais, após pernoitarem na fazenda Soledade, do coronel Manuel

⁴. MATHIAS, Herculano Gomes. *Tiradentes através da imagem*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1969, p. 25.

⁵ Ibidem, p. 25-26.

do Vale Amado, com destino à cidade do Rio de Janeiro, então capital do Estado do Brasil.

FIGURA 1

Antônio Parreiras – *A jornada dos mártires* (1928)



Fonte: PARREIRAS, Antônio Diogo da Silva. *A jornada dos mártires*. 1928. Museu Mariano Procópio. Juiz de Fora / MG. Disponível em: <https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Ant%C3%B4nio_Parreiras_-_Jornada_dos_M%C3%A1rtires.jpg>.

Na pintura, Antônio Parreiras reuniu na escolta homens que foram detidos em locais diferentes e em momentos cronológicos distintos. Tal infidelidade histórica pode ter sido ocasionada por ele não ter consultado documentação sobre o assunto, juntando, em um mesmo instante, presos remetidos em separado, com intervalos temporais de quase dois anos, assim como os fazendo caminhar a pé de Minas Gerais ao Rio de Janeiro.⁶

⁶. Análise sobre esta pintura e sua falta de fidelidade histórica, consultar: Ibidem, p. 26. Vale a informação que o quadro *A jornada dos mártires* faz parte de uma série sobre a Inconfidência Mineira, que contou com uma segunda imagem correspondente à prisão de Tiradentes em seu esconderijo no Rio de Janeiro – *Prisão de Tiradentes* (Museu Júlio de Castilhos, Porto Alegre, Rio Grande do Sul) – e, uma terceira pintura – *A Inconfidência* (Centro Cultural da Justiça Eleitoral, Rio de Janeiro) –, que retrata a figura do alferes Tiradentes no patíbulo. Sobre Antônio Parreiras e mesmo a análise histórica e artística da pintura reproduzida na Figura 1, conferir, por exemplo: PARREIRAS, Antônio. *História de um pintor contada por ele mesmo*. 3. ed. Niterói: Niterói Livros, 1999; SALGUEIRO, Valéria. A arte de construir a nação: pintura de história e a Primeira República. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 30, p. 3-22, 2002; STUMPF, Lúcia Klück. *A terceira margem do rio: mercado e sujeitos na pintura de história de Antônio Parreiras*. São Paulo, 2014. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Estudos

O romancista português Eça de Queirós, em artigo intitulado “Idealismo e Realismo”, da coletânea *Cartas inéditas de Fradique Mendes e mais páginas esquecidas*, de 1929, organizada pelo seu filho José Maria, lega-nos um exemplo interessante do que seja fidelidade artística:

Ora aqui tens, meu caro concidadão: supõe que tu queres ter na tua sala a imagem de Napoleão I passando os Alpes (estas fantasias são-te permitidas: a parede é tua, e podes cobri-la de escarros ou de figuras imperiais; são coisas que ficam com a tua consciência e com o Deus severo que te há de julgar um dia). Que fazes tu? Chamas dois pintores: um que é idealista e que vem com a sua grenha, o seu casaco de veludo e o seu chapéu de aba larga; e outro que é realista, e que vem, como tu, de chapéu alto, com a sua caixa de tintas debaixo do braço. Dás-lhes o teu assunto e vais aos teus negócios.

E aqui está o que se passa na tua ausência sobre a tua parede:

O pintor idealista arregança as mangas e brocha-te imediatamente este quadro: um píncaro de montanha; sobre este píncaro, um cavalo com as proporções heroicas do cavalo de Fídias, empinado; sobre esse cavalo, premindo-lhe as ilhargas, Napoleão, de braços e pernas nuas, como um César romano, com uma coroa de louros na cabeça. Em volta, nuvens; em baixo, a assinatura.

Dir-me-ão: é falso! – Como, falso? Este quadro foi, creio que é ainda, uma das joias do Museu do Luxemburgo.

Durante esse tempo, o pintor realista, tendo lido a história, consultado as crônicas do tempo, estudado as paisagens dos Alpes, os uniformes da época, etc., deixou na tua parede o seguinte quadro: sob um céu triste, um caminho escabroso de serra; por ele, resfolgando e retesando os músculos, sobe uma mula; sobre a mula, Bonaparte, abafado em peles, com um barrete de lontra e óculos azuis por causa da reverberação da neve, viaja, doente e derreado...

Qual destes quadros escolhes tu, caro concidadão? O primeiro, que te inventou a história ou o segundo, que ta pintou? O idealista deu-te uma *falsificação*, o naturalista, uma *verificação*. Toda a diferença entre o Idealismo e o Naturalismo está nisto. O primeiro falsifica, o segundo verifica.⁷

Brasileiros, Universidade de São Paulo; LEVY, Carlos Roberto Maciel. *Antônio Parreiras*: pintor de paisagem, gênero e história. Rio de Janeiro: Pinakothèque, 1981; GASPARRETTO JUNIOR, Antonio. A jornada de Parreiras: da pintura de paisagem aos mártires. *Ibérica: Revista Interdisciplinar de Estudos Ibéricos e Ibero-Americanos*, Juiz de Fora, ano 3, n. 10, 2009, p. 22-35; SILVA, Paloma Ferreira Coelho. A Inconfidência revisitada: Antônio Parreiras e a Jornada dos Mártires. *Revista Tempo de Conquista*, n. 3, jul. 2008. Disponível em: <<http://revistatemposeconquista.com.br/documents/RTC3/PALOMASILVA.pdf>>; SILVA, Graciene Lilian Lima. *O traço de Antônio Parreiras sobre a Inconfidência Mineira*. Brasília, 2017. Monografia (Graduação) – Departamento de História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília. Disponível em: <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/17811/1/2017_GracieneLilianLimaSilva.pdf>.

⁷. QUEIRÓS, Eça de. *Cartas inéditas de Fradique Mendes e mais páginas esquecidas*. Porto: Livraria Chardon de Lello & Irmão, 1929, p. 195-197. Apud. MATHIAS, Herculano Gomes. op. cit., p. 26-28.

Este exemplo – apesar de literário e não historiográfico – ilustra o ocorrido com as representações físicas pintadas sobre o alferes Joaquim José da Silva Xavier. Os nossos artistas plásticos, a quem deveriam ser dados às tarefas de criarem, por assim dizer, a imagem do Tiradentes, enfrentaram, de início, o problema de contarem quase exclusivamente com a própria inspiração, já que os documentos existentes eram escassos e de pouca valia.

Especificamente sobre seu aspecto físico, partiu-se praticamente do zero. Em todos os 11 volumes dos Autos de Devassa da Inconfidência Mineira, documento oficial aberto para se apurar a premeditada rebelião de 1789, há apenas duas únicas referências a sua figura. Trata-se da apreciação ligeira e fugidia feita pelo poeta Inácio José de Alvarenga Peixoto referindo-se ao primeiro encontro que tiveram no escritório do contratador João Rodrigues de Macedo, em Vila Rica: “um oficial feio e espantado”.⁸ O estalajadeiro João da Costa Rodrigues acrescentou um pequeno detalhe: que na época da pregação revolucionária, o alferes “tinha cabelos brancos”.⁹ Em depoimento prestado a 29 de maio de 1860, portanto 68 anos após sua morte, o centenário capitão de milícias Antônio Dias Barbosa Ferreira, na época tenente e que assistiu ao enforcamento de Tiradentes, disse que naquele dia, 21 de abril de 1792, o padecente, que ele pessoalmente conhecia, e em cujo rosto se via a “resignação e a coragem”, era “de mediana estatura, e de cabelos louros”.¹⁰ Já na edição de 19 de novembro de 1892, o Diário Oficial do Governo do Estado de Minas Gerais traz impresso o relato de Severino Francisco Pacheco, então com 115 anos, ex-praça de cavalaria do Segundo Regimento de Ouro Preto, que joga mais luz sobre a figura do alferes: “era um homem alto, simpático, bonito e gênio alegre”. Pacheco diz que estava no início da adolescência quando viu Tiradentes várias vezes em uma casa do Largo do Rosário a “tocar violão e cantar modinhas, no que era perito”.¹¹

⁸. PEIXOTO, Inácio José de Alvarenga. 2ª inquirição – Rio de Janeiro, Fortaleza da Ilha das Cobras, 14/1/1790. In: AUTOS de Devassa da Inconfidência Mineira. 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados; Belo Horizonte: Imprensa Oficial, v. 5, 1982, p. 117.

⁹. LAGO, Basílio de Brito Malheiro do. Apenso XXIV – Diligência na estalagem de João da Costa Rodrigues. Carijós, 8/5/1789. In: AUTOS de Devassa da Inconfidência Mineira. op. cit., v. 2, 1978, p. 450.

¹⁰. Apud. COSTA, João. op. cit., p. 10.

¹¹. WERNECK, Gustavo. Mais de 200 anos após sua morte, Tiradentes segue sem um rosto. 20 abr. 2012. Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2012/04/20/interna_gerais,289961/mais-de-200-anos-apos-sua-morte-tiradentes-segue-sem-um-rosto.shtml>.

Como ponto de partida, pela ausência e discrepâncias de referenciais físicos do alferes, optou-se por um modelo que agregava a figura do bravo conspirador mineiro com a sublime imagem de Jesus Cristo, o homem que se sacrificou pela causa da justiça e da verdade e que recebeu como recompensa uma coroa de espinhos e a cruz do martírio.¹² Disto, fez-se a semelhança o “rosto” do alferes, cristianizando-se a sua imagem.

A relação de Tiradentes com Jesus Cristo manifestou-se primeiramente nas letras, ao interpretar a cena, os procedimentos e o ritual de execução do 21 de abril em termos bíblicos, depois ao ser retratado pelas artes plásticas (gravura, pintura e escultura).¹³

Na literatura, a formação do herói seria dialética, pois, ao mesmo tempo em que se alimenta desse imaginário cristológico, refletindo internamente nas obras a mentalidade de seu contexto, “ajuda a criar e consolidar uma nova simbologia, influenciando o externo”.¹⁴ As artes também seguirão por este caminho.

São importantes que se investiguem esses fenômenos em sua historicidade, entendendo-os com a vocação própria da época que emoldura os fatos e que conforma a cronologia e o sentido. Mas, se cada época fabrica mentalmente seu universo, como fazer para pensar, já que utilizamos como base referências atuais, as ferramentas de uma determinada época?

Apesar de a imagem não responder tudo, ela diz muito e, por esse motivo, ela deve ser evocada, não se reduzindo apenas à análise de sua aparência, mas compreendendo também o contexto artístico de sua produção e divulgação.

Eis alguns dos desafios enfrentados por nossa tese: identificar a representação imagética que a figura do alferes Joaquim José da Silva Xavier recebeu na numismática e na filatelia.

Vale a lembrança que o Decreto nº 58.168, de 11 de abril de 1966, promulgado por ato do então presidente general Humberto de Alencar Castelo Branco, no período da Ditadura Civil-Militar (1964-1985), estabeleceu como modelo para reprodução da figura do alferes Tiradentes a estátua ao ar livre de autoria do

¹². MATHIAS, Herculano Gomes. op. cit., p. 28.

¹³. SERELLE, Márcio de Vasconcellos. *Os versos ou a história: a formação da Inconfidência Mineira no imaginário do Oitocentos*. Campinas, 2002. Tese (Doutorado em Teoria e História Literária) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, p. 22-23.

¹⁴. Ibidem, p. 23.

escultor Francisco Andrade, existente em frente ao palácio da antiga Câmara dos Deputados, hoje Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, julgando-a a melhor “gravada pela tradição na memória do povo brasileiro”.¹⁵ (Figura 2)

FIGURA 2
Francisco Andrade – *Tiradentes* (1926)



Fonte: ANDRADE, Francisco. *Tiradentes*. Monumento ao ar livre localizado em frente à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Palácio Tiradentes). 1926. Rio de Janeiro / RJ. Altura de 4,5 m. Fotografia de: André Figueiredo Rodrigues. 2017.

¹⁵. DECRETO nº 58.168 de 11 de abril de 1966. In: AUTOS de Devassa da Inconfidência Mineira. op. cit., v. 1, 1976, p. 85.

Essa iniciativa, aliás, pertencente a um conjunto mais amplo de medidas e eventos que visavam fortalecer o culto cívico dos grandes heróis de nosso passado, iniciou-se em 1936, durante o governo do Estado Novo, do presidente Getúlio Vargas, quando se promulgou o Decreto nº 756-A, de 21 de abril de 1936, que repatriou os restos mortais de 13 dos protagonistas da Inconfidência Mineira, então levados para o panteão erguido no interior do Museu da Inconfidência (criado pelo Decreto-Lei nº 965, de 20 de dezembro de 1938), em sala construída para receber aquelas ossadas trasladadas da África para o Brasil.¹⁶

Em 1965, pouco mais de quatro meses antes da oficialização de uma “imagem” de Tiradentes, o herói da Inconfidência foi declarado “Patrono Cívico da Nação Brasileira”, sob a Lei nº 4.897, de 9 de dezembro de 1965, por ato do presidente Castelo Branco. A Lei previa a exibição de sua imagem nas forças armadas, nos estabelecimentos de ensino, nas repartições públicas e de economia mista, nas empresas concessionárias de serviços públicos e nas sociedades anônimas em que o Poder Público fosse acionista.¹⁷

E neste mesmo mês e ano, em Minas Gerais, o então governador José de Magalhães Pinto baixou o Decreto nº 9.220, no dia 23, determinando “a obrigatoriedade da colocação, em recinto nobre, da efígie do Alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, em todos os estabelecimentos de ensino, repartições públicas e unidades da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais.”¹⁸

O alferes Tiradentes na qualidade de patrono da Nação Brasileira, em semelhança estética da “construção” fisionômica de Jesus Cristo – personagem que também não apresenta qualquer descrição real de sua aparência física –, como bem quis representar Francisco Andrade em sua obra escultórica, objetivava operar sobre a sociedade brasileira a ideia que Cristo morreu para redimir os pecados da humanidade e Tiradentes para libertar o Brasil da exploração estrangeira. Naquele contexto, durante o período da Ditadura Civil-Militar, recuperar os heróis do passado não ajudaria aquele regime político, instalado em 1964, a legitimar-se como

¹⁶. LEMOS, Carmem Silva. Reflexões acerca do processo de repatriamento das ossadas dos inconfidentes degredados para a África. *Oficina do Inconfidência: Revista de Trabalho*, Ouro Preto: Museu da Inconfidência, ano 2, n. 1, p. 195-221, 2001; CARVALHO, José Murilo de. op. cit., p. 71.

¹⁷. LEI nº 4.897, de 9 de dezembro de 1965. In: AUTOS de Devassa da Inconfidência Mineira. op. cit., v. 1, p. 83-84.

¹⁸. DECRETO nº 6.220, de 23 de dezembro de 1965. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/1308.pdf>.

libertador da influência externa, notadamente a comunista, que se aventava, por parte dos militares, existir naquele instante?

Assim, torna-se oportuno investigar o percurso de construção da imagem do alferes Tiradentes, o único de nossos vultos históricos nacionais que teve oficializado por lei a sua representação física.

Mas, afinal, por quais caminhos seguiram determinados artistas para desenhar a imagem do herói da Inconfidência Mineira? Como a representação da imagem de Tiradentes foi apropriada no dinheiro brasileiro? Como nos selos postais aparece representada sua imagem? Por que a imagem de 1966, de Francisco de Andrade, tornou-se a escolhida para representar uma “possível” memória visual do alferes Tiradentes?

Mesmo depois, com a revogação da decisão de se oficializar uma imagem como sendo a de Tiradentes, sua representação imagética perdurou no tempo, e a interpretação de um alferes com barba e cabelo venceu, tal qual se propôs na estátua de Francisco Andrade.¹⁹ O alferes real, careca e sem barba levado à força, ficou nos estudos históricos, contrastando com o gosto popular e de extrema religiosidade elaborada em torno do alferes Joaquim José.

Mas, antes e mesmo depois de Francisco Andrade, outros desenharam, pintaram e esculpiram imagens do alferes Tiradentes. Na numismática e na filatelia, quais são estas imagens? Quais momentos da vida de Tiradentes aparecem ali representados? Quem foram seus artistas? Como se define o mito do alferes Tiradentes nestas imagens? Eis algumas de nossas indagações.

E para examinar tais questões, a tese encontra-se dividida em três capítulos. No primeiro apresentamos – de maneira panorâmica – a trajetória de vida do alferes Joaquim José da Silva Xavier. Em um segundo momento, discutiremos o seu envolvimento no movimento da Inconfidência Mineira. Na sequência,

¹⁹. Em virtude do aspecto físico – notadamente as barbas que lhe foram atribuídas –, em 20 de julho de 1976, o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, “como o apoio de instituições e mestres igualmente dedicados à História do Brasil”, e o Conselho Federal de Cultura solicitaram ao então presidente Ernesto Geisel a revogação da decisão de 1966, alegando ser “recomendável a preservação da liberdade criativa no tratamento artístico do tema reputado inconveniente a admissão oficial de modelos que serão, sempre, produto da imaginação e da interpretação subjetiva.” Então, o Decreto de 1966 foi revogado por meio do Decreto nº 78.101. Conferir: DECRETO nº 78.101, de 20 de julho de 1976. *Diário Oficial da União*, Brasília, seção I, 21 jul. 1976, p. 9.687. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-78101-20-julho-1976-426984-publicacaooriginal-1-pe.html>>

empreenderemos estudo a sua construção simbólica como herói da pátria. Afinal, como ocorreu o culto cívico de Tiradentes como herói da nação?

No segundo capítulo, analisaremos a representação e a apropriação de Tiradentes no meio circulante. Para tanto, discutiremos a utilização da moeda como documento e como narrativa e imagem de uma história monumental. Especificamente neste item será analisada a representação do alferes Tiradentes na cédula de 5.000 cruzeiros, de 1963, e em duas moedas: a primeira de 1992, por título *Liberdade, cidadania e Tiradentes*, de 5.000 cruzeiros; e a segunda, sua imagem na moeda de 5 centavos de real, de 1998.

No terceiro capítulo, estudaremos a imagem do Tiradentes na filatelia. Para isto, discutiremos a utilização da imagem como documento e como narrativa e imagem de uma história monumental, tal como se propõe no selo postal emitido em sua homenagem em 1948. Também empreenderemos análise sobre os selos postais comemorativos e a materialidade do alferes Tiradentes em três outras impressões: o Tiradentes entre os *Vultos célebres da história do Brasil* (1963-1974), o bicentenário de sua morte (1992) e a sua elevação ao rol dos heróis nacionais na série do Panteão da Pátria (2008).

Enfim, múltiplas imagens e representações de uma personagem que desde os tempos de infância está presente em nossa memória.

Premissas teóricas

a-) A história e a memória

O historiador francês Pierre Nora em uma longa entrevista concedida à Ana Cláudia Fonseca Brefe para o periódico *História Social*, da Universidade Estadual de Campinas, informa, de maneira instigante, seus temas de pesquisa e o porquê decidiu estudar assuntos relacionados à “memória coletiva”. Em um determinado momento – apesar de longo o trecho transcrito – disse:

Assim, entre 1978 e 1979, eu me deixei flunar longamente entre temas aparentemente diferentes uns dos outros que começavam com memoriais completamente verdadeiros, como o Panteão, como os monumentos aos mortos, o cemitério Père Lachaise, os museus de monumentos franceses e, pouco a pouco, entre temas que tinham uma relação com esses memoriais para mim evidente, mas não tão evidente para o grande público, por exemplo, o que a bandeira francesa, o que um emblema, uma instituição como a Academia francesa, uma região como a Vendée²⁰ transmitiam de expressão nacional de memória; o que monumentos como o ‘Mur des Fédérés’²¹ carregavam como história e como símbolos; o que certas bibliotecas populares, onde poderíamos ainda pesquisar seus fichários, apresentavam de tipos de cultura popular constituídos em um dado momento; qual foi a história do 14 de julho como festa nacional, que atualmente não tem mais grande importância, mas já teve uma enorme, funcionando como um rito republicano absoluto; o que foi um manual, tal como *Le Tour de France por deux enfants*. Eu me dei conta de que nunca fora feita a história da maior parte desses objetos, inclusive do Panteão, da bandeira francesa, que foi apenas estudada por militares. Fui, então, literalmente tomado por uma espécie de embriaguez. Eu vi se abrir diante dos meus olhos uma espécie de campo, ao fundo cada vez mais largo, um horizonte de problemas que se punham a cada dia de forma mais enfática: que tipo de relação haveria entre a psicologia coletiva e a memória coletiva; que princípio de nação se elabora; quais seriam as diferenças entre o sentimento nacional e o sentimento puramente francês ou republicano; quais problemas colocariam as comemorações, que estudamos tão pouco e, em si, a teoria do ritualismo e da comemoração; em resumo, era todo um campo, o próprio patrimônio, sua história que repentinamente começava a emergir como história e em grande quantidade.²²

Em sua fala, Pierre Nora descreve seu percurso historiográfico nos estudos que tiveram como baliza assuntos relacionados à memória e às representações sociais, ou no que denominou chamar de “lugares de memória”, estabelecidos pela sociedade e pelos poderes constituídos sobre o que deve ser preservado e lembrado e o que deve ser silenciado e esquecido. Segundo ele, os lugares da memória são criações contemporâneas realizadas pela sociedade para impor determinada memória. E, como ele, devemos propiciar a determinados temas uma centralidade que nunca tiveram ou que não lhes foi possível ter.

²⁰. “Departamento francês do ‘Pays de la Loire’. Também conhecida no período revolucionário pela insurreição monarquista e contra-revolucionária.” Nota explicativa n. 6. Apud. BREFE, Ana Cláudia Fonseca. Pierre Nora, ou o historiador da memória. *História Social*, Campinas, p. 13-33, 1999, p. 24.

²¹. “Muro do cemitério Père Lachaise de Paris, diante da qual foram executados os últimos defensores da Comuna de maio de 1841.” Nota explicativa n. 10. Apud. Ibidem, p. 24.

²². Ibidem, p. 24-25.

Em nosso caso, por exemplo, selos e moedas, apesar de serem considerados objetos tão diferentes uns dos outros, guardam semelhanças no tocante aos lugares de como a memória se apropriou e/ou se privilegiou da dimensão simbólica da história ali presente e representada. O alferes Tiradentes, personagem central de nossa tese, teve sua “imagem” construída e divulgada em objetos de filatelia e de numismática. Como lugares de memória, selos e moedas constituem-se como criações para impor determinada memória, notadamente àquela vinculada aos sentimentos patrióticos, constituindo formas de violência simbólica que silenciam e uniformizam a pluralidade de memórias associadas a um determinado grupo político e social.²³ Ao se eleger Tiradentes o protomártir da nação e se construir uma imagem oficial de seu rosto, o que se pretende apagar da memória? E o que se pretende preservar como memória?

Para Pierre Nora, os lugares de memória apresentam-se, necessariamente, sob três sentidos simultâneos: material, funcional e simbólico, em graus diversos. Mesmo um lugar de aparência material, como um arquivo, “só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica”. Mesmo um lugar puramente funcional, “como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual”. “Mesmo um minuto de silêncio, que parece o exemplo extremo de uma significação simbólica, é ao mesmo tempo o recorte material de uma unidade temporal”, servindo, periodicamente, para uma “chamada concentrada da lembrança”. Estes três aspectos coexistem. Como exemplo dessa relação cita a noção de geração, que seria material, “por seu conteúdo demográfico”; funcional por hipótese, ao garantir, ao mesmo tempo, a “cristalização da lembrança e sua transmissão”; e simbólica, em que um acontecimento ou uma experiência vividos por um pequeno número caracteriza “uma maioria que deles não participou”.²⁴

A memória, no sentido primeiro da expressão, como nos lembra Carlos Henrique Farias de Barros, “é a presença do passado”. A memória é uma construção que acarreta “uma representação seletiva do passado, que nunca é

²³. BARROS, Carlos Henrique Farias de. Ensino de História, memória e história local. *Revista de História da UEG*, Porangatu (Goiás), v. 2, n. 1, p. 301-321, 2013, p. 312.

²⁴. NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993, p. 21-22.

somente aquela do indivíduo, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social e nacional.”²⁵

Tal como o francês 14 de julho ser uma festa nacional, o nosso 21 de abril celebra o dia da morte do alferes Tiradentes e a memória da Inconfidência Mineira. No jogo da política, celebrações cívicas e estímulos aos sentimentos patrióticos são especialmente úteis e eficazes, pois lidam com a história e com a memória.²⁶

Memória, na concepção de Jacques Le Goff, exposta em seu livro *História e memória*, é a propriedade que temos de conservar certas informações, atualizar impressões ou informações passadas, ou reinterpretadas como passadas. O estudo da memória passa pela psicologia e a memória social é um dos meios fundamentais para se abordar os problemas do tempo e da história. De acordo com ele, “como o passado não é a história, mas o seu objeto, também a memória não é a história, mas um dos seus objetos e (...) um nível elementar de elaboração histórica.”²⁷

Partindo da premissa que os sujeitos históricos reconstroem a memória na relação e no diálogo com o passado e dela se alimentam para representar as diferentes épocas; estes, logo, não devem prescindir de um instrumento tão significativo para o relato e a continuidade dos acontecimentos históricos.

Peter Burke esclarece em capítulo dedicado ao embate entre história e memória social, que os indivíduos se identificam com acontecimentos públicos importantes, principalmente se estes eventos forem relevantes para o seu grupo social. Segundo ele, as pessoas lembram muito de fatos ou histórias que não vivenciaram diretamente. “Um artigo de noticiário, por exemplo, às vezes se torna parte da vida de uma pessoa. Daí pode-se descrever a memória como uma reconstrução do passado.”²⁸

Dentre os questionamentos elaborados por Peter Burke ao descrever os meios pelos quais os indivíduos recordam e também registram o passado está à complexa relação entre memória individual e coletiva, onde uma influencia a outra, formando as estruturas sociais e culturais. Apesar disto, a memória social é seletiva, fazendo-se necessário identificar os princípios de seleção e como um processo de

²⁵. Ibidem, p. 312.

²⁶. FONSECA, Thaís Nívia de Lima. A comemoração do 21 abril: o cenário do jogo político. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 12, n. 21-22, p. 437-486, 2006, p. 438.

²⁷. LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 4. ed. Campinas: Editora UNICAMP, 2006, p. 50.

²⁸. BURKE, Peter. *Variedades de história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 70.

escolha varia de lugar para lugar, ou de um grupo para outro grupo, transformando-se na passagem do tempo.

De acordo com Kalina Vanderlei Silva e Maciel Henrique Silva, em verbete explicativo sobre memória, de seu *Dicionário de conceitos históricos*, o estudo da memória coletiva começou a se desenvolver com a investigação oral. A partir das ideias de Michel de Certeau, explicadas pelos autores referenciados acima, esse tipo de memória apresenta as seguintes características:

primeiro, gira em torno quase sempre de lembranças do cotidiano do grupo, como enchentes, boas safras ou safras ruins, quase nunca fazendo referências a acontecimentos históricos valorizados pela historiografia, e tende a idealizar o passado. Em segundo (...), a memória coletiva fundamenta a própria identidade do grupo ou comunidade, mas normalmente tende a se apegar a um acontecimento considerado fundador, simplificando todo o restante do passado. Por outro lado, ela também simplifica a noção de tempo, fazendo apenas grandes diferenciações entre o presente ('nossos dias') e o passado ('antigamente': por exemplo). Além disso, mais do que em datas, a memória coletiva se baseia em imagens e paisagens. O próprio esquecimento é também um aspecto relevante para a compreensão da memória de grupos e comunidades, pois muitas vezes é voluntário, indicando a vontade do grupo de ocultar determinados fatos. Assim, a memória coletiva reelabora constantemente os fatos.

Outra distinção entre história e memória está no fato de a história trabalhar com o acontecimento colocado para e pela sociedade, enquanto para a memória o principal é a reação que o fato causa no indivíduo. A memória recupera o que está submerso, seja do indivíduo, seja do grupo, e a História trabalha com o que a sociedade trouxe a público.²⁹

Assim, conhecer a história e o significado da memória permite aos sujeitos históricos entender na essência o que está por traz do aparente, para o resgate da identidade histórica e social, mas sem prejuízo do respeito aos valores que aparecem inseridos no contexto, tanto individual quanto coletivo.

Conforme Ana Maria da Costa Montenegro,

A memória tem como característica fundante o processo relativo que a realidade provoca no sujeito. Ela se forma e opera a partir da reação, dos efeitos, do impacto sobre o grupo ou o indivíduo,

²⁹. Apud. SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Contexto, 2006, p. 276.

formando um imaginário que se constitui em uma referência permanente de futuro.³⁰

Nesta perspectiva, a memória se constitui no alicerce e no pilar que sustentam a história, portanto, é a “matéria prima” do historiador. E dentre as fontes de pesquisa, os depoimentos orais são fontes construídas pela memória, que reelabora a realidade vivida pela imaginação. Cultivar a memória significa recuperar a história no processo que a envolve e lutar para que ela se mantenha presente, viva e disponível a todas as pessoas, de todos os segmentos sociais.

No contexto, para Jacques Le Goff, a memória é uma ferramenta importante para a construção da história, uma vez que seu papel é auxiliar na classificação e em processos de legitimidade. De acordo com ele,

A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar *identidade*, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia.

Mas a memória coletiva é não somente uma conquista é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades cuja memória social é sobretudo oral ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória.³¹

Por esta definição, a memória coletiva, enquanto instrumento do qual a história se apropria e se alimenta, é imprescindível para se pensar na revigoração do passado, mas não apenas para servir ao presente e ao futuro, mas para ser trabalhada como instrumento democrático, com o intuito de libertar os homens.³²

A memória, portanto, tem um espaço significativo na história, por meio dos laços estabelecidos entre as gerações caracterizadas pelas raízes culturais e históricas construídas ao longo da vida. Tem o papel de recuperar os fatos ocorridos no passado, para conhecê-los e refleti-los à luz do pensamento histórico, para que todos tenham a oportunidade de entendê-los e revivê-los, enquanto referência cultural de uma sociedade.

³⁰. Apud. BARROS, Carlos Henrique Farias de. op. cit., p. 313-314.

³¹. LE GOFF, Jacques. op. cit., p. 476.

³². Ibidem, p. 477.

As questões postas remetem à recuperação da memória de Tiradentes enquanto sujeito inserido no movimento que pretendia romper com os laços políticos, econômicos e culturais ditados por Portugal. Porém, a memória do sujeito histórico estava atrelada à manipulação dos fatos pela historiografia tradicional e oficial, a qual oferecia uma identidade pautada nos valores e interesses da classe dominante republicana. Será esta “apropriação”, a partir das discussões de memória coletiva, o foco de análise do presente estudo: a “representação” imagética da figura do alferes na filatelia e na numismática.³³

A memória do alferes Tiradentes perpetuou-se ao longo do tempo. Entretanto, falta-nos compreender ainda como isto ocorreu em dois símbolos de forte apelo popular e lugares de memória: o selo e o dinheiro. Ao mandar ou receber uma carta, ou ao receber ou pagar uma conta ou comprar algo, a figura de Tiradentes esteve presente nas mais diversas ações cotidianas, desde a década de 1940 até os nossos dias.

A trajetória de Tiradentes como herói da nação demonstra o que disse Pierre Nora ao referir-se aos lugares de memória, em um misto de história e memória. Não há como enxergá-lo apenas pelo viés da história ou da memória. No caso de nossa personagem, as ações devem ser vistas de maneira híbridas, uma vez que não há como se ter somente a memória como referente no estudo do selo ou do dinheiro, já que temos a necessidade de identificar a origem da personagem e de sua apropriação pela história; em algo que proporcione relegar a memória ao passado.

Apontamentos de Pierre Nora lembram-nos, ainda, que os “lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, organizar celebrações, manter aniversários, pronunciar

³³. Vêm de Roger Chartier as ideias de “apropriação” e de “representação”. Para ele, “apropriação (...) tem por objetivo uma história social das interpretações, remetidas para as suas determinações fundamentais (que são sociais, institucionais, culturais) e inscritas nas práticas específicas que as produzem.” Por “representação” se entende como a expressão da apropriação, “a qual se imputam valores à figura representada.” As maneiras como um texto e uma imagem podem ser lidas devem, ainda segundo ele, ser estudadas, a fim de se buscar uma história destas formas de leitura, algo que nos permita observar algo ausente. Conferir: CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1988, p. 26. Detalhes sobre o conceito de representação em Chartier podem ser lidos em: CARVALHO, Francismar Alex Lopes de. O conceito de representações coletivas segundo Roger Chartier. *Diálogos*, Londrina: UEM, v. 9, n. 1, p. 143-165, 2005; VAINFAS, Ronaldo. História das mentalidades e história cultural. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 127-162; FALCON, Francisco J. Calazans. História e representação. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir (Org.). *Representações: contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas: Papirus, 2000, p. 41-80.

elogios fúnebres, notariar atas, porque estas operações não são naturais”.³⁴ A criação destes espaços, pelas vias da moeda e do selo serão os próximos passos analíticos desta tese. Antes disto, porém, analisemos a figura do herói na história.

b-) O herói na história

A partir da premissa de que ninguém nasce herói, um indivíduo galgado a este patamar é uma construção histórica, pensada e produzida com um propósito determinado, permeada por representações, apropriação de símbolos e mitos, sempre manifestada em manipulação e legitimação do poder.

A produção de heróis não é recente, já era realizada desde a Antiguidade, e sempre esteve atrelado a questões políticas, econômicas, culturais e sociais, que possibilitavam referendar um regime político ou promover o enaltecimento de um indivíduo ao patamar de grandeza, o que já demonstrava se constituir em um instrumento de poder.

Na interpretação de José Murilo de Carvalho, heróis são

símbolos poderosos, encarnações de idéias e aspirações, pontos de referência, fulcros de identificação coletiva. São, por isso, instrumentos eficazes para atingir a cabeça e o coração dos cidadãos a serviço da legitimação de regimes políticos. Não há regime que não promova o culto de seus heróis e não possua seu panteão cívico.³⁵

Nesta perspectiva, a construção do herói demanda um trabalho complexo, o que implica a busca por ideias, valores, projetos, convencimento das massas da veracidade dos fatos para a modelagem do perfil, refletida nos monumentos e nas imagens, como a bandeira, o hino, selos, moedas, charges, caricaturas, elementos estes significativos para se decifrar a mitologia e a simbologia de um sistema político.

³⁴. NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993, p. 13.

³⁵. CARVALHO, José Murilo de. op. cit., p. 55.

Arlene Enders em seu *Os vultos da nação* analisa como instituições do Brasil imperial e republicano (da primeira metade do século XX) fabricaram seus heróis, atentando-se para as personalidades que se destacaram como exemplos edificantes no processo de consolidação da nação, tendo como referência as relações entre encarnação do poder e sistemas políticos. Para ela,

Os heróis são frutos de uma circulação entre as iniciativas individuais, a adesão popular, a cultura erudita e o poder político. No entanto, eles são muito mais complexos, em virtude de sua mobilidade e capacidade de fixar as emoções coletivas. Na história brasileira, nenhum dirigente foi objeto de um culto à personalidade suficientemente intenso e duradouro para o elevar à altura de um Atatürk ou de um Mao. E o fato é que a figura de Tiradentes deve seu sucesso à congruência de sua elaboração pelos intelectuais e dos sentimentos que ela veio a despertar na população.³⁶

As palavras de Arlene Enders permite-nos compreender as condições de surgimento de heróis. Como explica Francisco Eduardo Alves de Almeida, em artigo sobre “A formação do herói Tamandaré na Marinha do Brasil”, todas as nações do mundo procuram cultivar heróis. Não existem povos que não cultivem os seus heróis. “A preservação dos mitos heroicos do passado não somente forja o caráter desses povos, mas principalmente mantém as bases fundamentais para um futuro caráter nacional”, constituído por grupos “unidos por uma origem comum, por interesses comuns e principalmente por ideais e aspirações comuns”.³⁷

Ainda de acordo com Francisco Eduardo Alves de Almeida, por serem os heróis uma construção histórica, “motivada por interesses diversos que vão desde a preservação de valores culturais de determinada nação até o enaltecimento de exemplares a serem seguidos”, é assim que ele deve ser analisado: como uma construção. Afinal, por que alguns assuntos ou personagens representantes de “atos heroicos” se perdem nas brumas da história enquanto outros não? Por que alguns “heróis” são escolhidos e outros não? De que maneira e como atos “heroicos” do

³⁶. ENDERS, Arlene. *Os vultos da nação: fábrica de heróis e formação dos brasileiros*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014, p. 21.

³⁷. ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves de. A formação do herói Tamandaré na Marinha do Brasil: uma breve análise teórica. *Navigador: Subsídios para a História Marítima do Brasil*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, p. 69-77, 2007, p. 69-70.

alferes Tiradentes, construídos e transmitidos nas faces de selos e moedas, impregnaram a memória e o imaginário popular?³⁸

A palavra herói tornou-se um jargão impregnado de dúvidas e questionamentos que, ao ser incutido no inconsciente das pessoas, aventa situações muitas vezes difíceis de ser explicadas e entendidas, um universo que demanda compreensão do processo e dos resultados para discussão dos elementos que formam a teia de envolvimento dos sujeitos promotores de heróis.³⁹

Já para Sidney Hook, o herói é um indivíduo “a quem podemos atribuir influência preponderante na determinação de um desfecho ou acontecimento cujas conseqüências teriam sido profundamente diferentes se ele não agisse”.⁴⁰

Francisco Eduardo pontua que a palavra herói tem sido defendida até então “em sentido amplo e vago, dentro de um tempo histórico determinado e em perspectivas distintas, conforme a percepção dos que atribuíram significação a esse atributo, o heroísmo”. Ele sugere que tal interpretação deve ser abandonada, a fim de que se busquem características mais concretas, “considerando o tempo presente como fulcro”.⁴¹

Tanto Sidney Hook quanto Francisco Eduardo Alves de Almeida assinalam os propósitos da construção do herói enquanto sinônimo de influências, de poder. O segundo ainda acrescenta que para se analisar o herói deve-se buscar fazê-lo com perspectiva lastreada no tempo presente.

Ao longo da história, a percepção de herói mudou. A palavra herói remonta aos tempos do poeta épico da Grécia antiga Homero e tem sua origem ligada ao conceito de “arete”. Infelizmente, em língua portuguesa não há um vocábulo equivalente a esse termo. Talvez a palavra “virtude” seja a que mais se aproxima de seu sentido literal.⁴²

³⁸. Ibidem, p. 70.

³⁹. A relação entre o nascimento de heróis, os estereótipos de lendas de heróis e os seus fundamentos psicológicos, podem ser lidos em: RANK, Otto. *O mito do nascimento do herói: uma interpretação psicológica dos mitos*. São Paulo: Cienbook, 2015. A primeira edição deste livro data de 1909.

⁴⁰. HOOK, Sidney. *O herói na história*. Rio de Janeiro: Zahar, 1962, p. 130.

⁴¹. ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves de. op. cit., p. 73.

⁴². Ibidem, p. 70.

Para os gregos antigos, a palavra “arete” significava a expressão do mais alto ideal guerreiro, unido a uma conduta cortês e heroica. Nas suas obras clássicas *Ilíada* e *Odisseia*, Homero entendia “arete” como “qualidades morais e espirituais”. Na *Ilíada*, por exemplo, enaltecia-se “o herói como a expressão do valor moral do combatente, sua valentia, sua coragem e seu espírito de sacrifício”, tanto imortalizado em personagens como Heitor quanto em Aquiles.⁴³

Cerca de 800 anos depois, o grego Plutarco escrevia suas *Vidas paralelas*, em que biografa 23 personalidades analisadas comparativamente, sendo um indivíduo grego e uma pessoa romana. Seu propósito era moralizante, indicando “exemplos a serem seguidos”. Dentre os personagens estudados, dois se destacam como heróis da Antiguidade: Alexandre e César. Em seu texto, Plutarco procurou enaltecer “a grandeza, a virtude cívica, o heroísmo”. E nisto, ele foi “em grande parte responsável pela construção do mito do herói desses dois grandes personagens históricos.”⁴⁴

Já durante a Idade Média, a concepção de herói vai além da defesa da virtude, concentrando-se também na defesa da fé cristã, instituída pela Igreja Católica. Ainda segundo Francisco Eduardo:

O herói medieval representava o bem acima de tudo, o valor cavaleiresco, a nobreza, a pureza de coração, a valentia ao enfrentar os inimigos e, o mais importante, a fé inabalável em Cristo e no cristianismo. Morrer por sua fé defendendo-a dos infiéis era o máximo que um nobre cavaleiro poderia aspirar. (...) Os heróis seriam os instrumentos divinos para a eliminação da heresia e conversão dos infiéis, defendendo a bandeira de Cristo. A morte na defesa da fé era o ápice do heroísmo.⁴⁵

Como se percebe, a Igreja, como a principal instituição medieval e responsável pela disseminação da fé e da ética, estimulava o conceito de “guerra justa”, na qual os “justos”, por meio de guerra, deveriam controlar os “ímpios”, pecadores. Neste contexto, os heróis seriam os instrumentos divinos para a eliminação da heresia e conversão de infiéis, defendendo a bandeira de Jesus Cristo. “A morte na defesa da fé era o ápice do heroísmo.”⁴⁶

⁴³. Ibidem, p. 70.

⁴⁴. Ibidem, p. 71.

⁴⁵. Ibidem, p. 71.

⁴⁶. Ibidem, p. 71.

Na Idade Moderna, as contemplações ao herói tornaram-se menos explícitas, talvez em decorrência do recrutamento de mercenários para lutarem junto aos exércitos nas “guerras de reis e príncipes”. Isto não impediu, por exemplo, que personagens militares fossem enaltecidos no período, como Gustavo Adolfo, rei da Suécia e líder incontestado de seu país na sangrenta Guerra dos Trinta Anos, considerado o último conflito religioso da Europa.⁴⁷

No final do século XVIII e início do XIX, Francisco Eduardo Alves de Almeida busca Georg Friedrich Hegel, que, ao observar a figura majestosa de Napoleão Bonaparte, vencedor triunfante da batalha de Jena sobre os prussianos, em 1806, teve a certeza de que contemplava “o espírito do mundo a cavalo”. Analisa tal feito baseado na razão e não mais na “arete”, defendida por Homero, e nem pela fé imposta pela Igreja; mas um herói dotado de discernimento, razão e liberdade, representante do espírito de seu tempo.⁴⁸

Arlene Enders ratifica a informação transmitida por Francisco Eduardo e diz:

Ao reconhecer em Napoleão a encarnação cega da razão, o momento em que se funda o Estado Moderno, Hegel inaugura uma corrente filosófica que identifica o herói – sinônimo de grande homem – com um momento da história da humanidade a caminho do progresso.⁴⁹

No raciocínio da autora, a contemplação por meio do culto ao herói não significa concorrer com os santos, mas “introduzir na sociedade as virtudes e os princípios dos novos tempos”.⁵⁰

Outro exemplo pontuado no culto ao herói é analisado por Alfred Thayer Mahan, que escreveu uma das biografias de Lord Horatio Nelson, morto em combate na Batalha de Trafalgar, em 1805, quando exposto à artilharia francesa, no convés de um navio, em defesa do império britânico, o que gerou crítica, por se suspeitar que ele tenha provocado a morte, para tornar-se o grande herói naval que faleceu ao sacrificar-se na defesa da pátria.⁵¹

⁴⁷. Ibidem, p. 71.

⁴⁸. Ibidem, p. 72; HOOK, Sidney. op. cit., p. 56.

⁴⁹. ENDERS, Arlene. op. cit., p. 19.

⁵⁰. Ibidem, p. 19.

⁵¹. Sobre a análise de Alfred Mahan sobre Lord Nelson, consultar: ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves de. *Os gigantes da estratégia naval: Alfred Thayer Mahan e Herbert William Richmond*. Curitiba: Prismas, 2015.

Sidney Hook contribui para o entendimento das questões postas e defende o herói como homem-momento e como homem-época. Para ele,

O homem-momento é qualquer homem cujas ações tenham influenciado desenvolvimentos subseqüentes numa direção completamente diferente daquela que teria sido seguida se essas ações não tivessem sido perpetradas.

O homem-época é um homem-momento cujas ações são as conseqüências de extraordinária capacidade de inteligência, vontade e caráter, em vez de acidentes de posição. Essa distinção tenta fazer justiça à crença geral de que um herói é grande não somente em virtude do que faz, mas em virtude do que ele é.⁵²

Pelo exposto, o homem-época não deixa de ser o homem-momento, pois ambos aparecem em pontos de inflexão da história, porém as ações do primeiro vão além; elas são resultado da capacidade do uso da inteligência, da vontade e do caráter; virtudes estas que extrapolam seus feitos, para contemplar o ser herói. Já as qualidades do homem-momento geralmente se traduzem em atitudes comuns, sem a devida grandeza, pois esta se constitui em “algo que deve envolver extraordinário talento de alguma espécie, e não meramente a sorte composta de existir e estar no lugar certo num momento feliz”.⁵³

Para Francisco Eduardo, que também se atém a esta mesma diferenciação,

o homem-momento age no instante adequado, por meio de um ato relativamente simples de profunda influência no curso da História. O momento chega e o ato se consuma, sendo este o ato supremo do homem-momento.

O homem-época, por outro lado, encontra uma bifurcação na estrada da História, no entanto ajuda também a criá-la. Aumenta dessa forma as probabilidades de sucesso para a alternativa que escolhe em virtude das excepcionais qualidades que possui. Ele, assim, possui uma vantagem em relação ao homem-momento. Ele não espera o instante, ele transforma e molda aquele ato decisivo em uma ação refletida e estudada, daí sua superioridade. Assim independe do momento. Ele perdura antes, durante e após o evento histórico.⁵⁴

⁵². HOOK, Sidney. op. cit., p. 130.

⁵³. Ibidem, p. 131.

⁵⁴. ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves de. A formação do herói Tamandaré na Marinha do Brasil. op. cit., p. 73.

As questões levantadas acima contribuem para pensar em qual situação encontra-se a personagem Tiradentes.

Francisco Eduardo Alves de Almeida, a partir de explicações de Sidney Hook, pontua que a partir do século XIX, a concepção de herói está vinculada à nação, não necessariamente a partir do estabelecimento dos estados nacionais, mas enquanto resultado da produção histórico-cultural, desde os tempos remotos, pelas sociedades unidas pela origem, interesses e ideais comuns, os quais conferem identidade e as bases para a construção e permanência de um futuro caráter nacional, permeado pelo espírito contemplativo de preservação dos heróis, refletida no culto à nacionalidade e ao patriotismo, até os dias atuais.

A *Nação* é uma entidade moral no sentido pleno do termo, do qual emanam conceitos importantes e específicos como *nacionalidade*, que compõe-se de um conjunto de traços morais que dão uma fisionomia especial a ela e ao *patriotismo*, amálgama indefinível de sentimentos de simpatia recíproca de amor às mesmas tradições, de aspirações de grandeza futura, de unidade e permanência de uma personalidade coletiva. O herói provém exatamente dessas duas características notáveis de *Nação: nacionalidade e patriotismo*.⁵⁵

A situação colocada traduz o pensamento inculcado na produção de heróis e a apropriação que se faz, enquanto elemento incorporador de valores simbólicos, o que se constitui em disputas e tensões.

Na concepção de José Murilo de Carvalho,

Herói que se preze tem de ter, de algum modo, a cara da nação. (...) responder a alguma necessidade ou aspiração coletiva, refletir algum tipo de personalidade ou de comportamento que corresponda a um modelo coletivamente valorizado.⁵⁶

De acordo com o raciocínio apresentado, o herói na história não nasce desvinculado das questões sociais e políticas e nem pode prescindir de sua identidade com a nação, pois sem essas premissas as possibilidades de construção do mito e do herói, enquanto propósitos para disputar e legitimar um regime político se esvaziam e os candidatos ao posto acabam caindo em esquecimento ou são ridicularizados pela maioria da população envolvida.

⁵⁵. Ibidem, p. 69-70.

⁵⁶. CARVALHO, José Murilo de. op. cit., p. 55.

As definições pontuadas sobre o significado de herói, segundo Arlene Enders ajudam a esclarecer alguns aspectos fundamentais do heroísmo contemporâneo e sugerem seis conjuntos de observações:

Essência ou artefato: o estofo dos heróis. Discute as concepções de heroísmo divididas em dois campos heteróclitos: 'funcionalista', considera o 'herói' produto da conjunção de um indivíduo como os anseios coletivos; o 'essencialista', enfatiza as qualidades intrínsecas que fazem do indivíduo um 'herói'. Na 'essencialista', 'é a personalidade única e excepcional de um personagem que lhe permite influenciar e marcar o curso dos acontecimentos'.⁵⁷

As questões e concepções defendidas pelos autores contribuem para afirmar se Tiradentes reúne as condições colocadas para se constituir de fato em um herói nacional. Estes pontos, em detalhes, serão discutidos a partir do segundo capítulo, quando se analisará – especificamente – a construção simbólica da nação em torno da figura do alferes Tiradentes. Muitos dos atributos até aqui discutidos serão ali retomados, para que se compreenda a memória e o atributo de “herói da pátria” cognominado ao alferes Joaquim José da Silva Xavier.

c-) A imagem como documento

Entre fins do século XIX e início do século XX, tivemos o domínio da dimensão política como assunto dos estudos da história. Naquele instante, por exemplo, vivia-se a construção e a consolidação dos Estados nacionais que, para legitimar seus projetos de poder, utilizaram-se da historiografia, baseada em uma história positivista, para enaltecer seus feitos e heróis, conclamando amor à pátria e nacionalismo, contextos identificados ao Estado.⁵⁸

Ao longo de boa parte do século XIX, a escrita e os documentos de arquivos e fontes oficiais foram os itens dominantes na produção da chamada Escola Metódica, dita positivista. Nos finais daquela centúria, intelectuais e pesquisadores da história

⁵⁷. ENDERS, Arlene. op. cit., p. 15.

⁵⁸. D'ALESSIO, Marcia Mansor. A política no fazer e no saber históricos. In: SEBRIAN, Raphael Nunes Nicoletti et alii (Org.). *Dimensões da política na historiografia*. Campinas: Pontes, 2008, p. 39-49; p. 39.

indicavam que novos elementos podiam e deviam ser incorporados ao fazer histórico.⁵⁹

Dentre os instrumentos que passaram a ser utilizados pelos pesquisadores da história para melhor compreender e discutir o passado e a sua gênese encontrava-se a iconografia, isto é, as imagens. Instrumento de grande valor histórico e, também, didático, durante a Idade Média, quando a Igreja católica fez uso de imagens sacras para melhor evangelizar as populações analfabetas da Europa, a representação pictórica sempre esteve presente na sociedade humana.

Pinturas rupestres estão entre os mais antigos vestígios deixados pelo ser humano em sua passagem por diferentes regiões do planeta. Grupos espalhados por regiões tão díspares, como o deserto do Saara ou a Amazônia brasileira, encontravam na exposição via imagens uma maneira de transmitir aos seus e aos outros que por ali passassem que aquela área havia sido o habitáculo de pessoas.

Cavernas, paredões, rochas ou qualquer área seca e ao abrigo da chuva eram utilizados para expressarem anseios e fatos cotidianos. A imagem, assim, é um item que caminha ao longo da história da humanidade.

O uso da imagem como documento tornou-se algo natural na expansão dos elementos que serviriam de apoio para a pesquisa dos historiadores. Quadros, pinturas, esculturas e a fotografia se tornaram instrumentos para reconstituição e compreensão do passado humano. A incorporação desse elemento dinamizou e ampliou a capacidade de entendimento que pesquisadores e estudiosos fizeram sobre a história do homem no globo.

Pensando a questão da imagem, Charles Monteiro apresenta um resumo interessante do uso dessa ferramenta pelo historiador. Para ele,

⁵⁹. Por Escola Metódica ou Escola Positivista entende-se a maneira como a investigação científica delegava à história o status de ciência, com a utilização de métodos científicos que a afastasse (a história) do domínio de qualquer especulação filosófica ou literária. Tem por princípio o entendimento de que a história deve julgar o passado e instruir o presente para o benefício das gerações futuras. Neste contexto, é tarefa do historiador reunir um número significativo de fatos e dados, a partir da leitura e da análise de documentos, para descrever o que realmente aconteceu, já que se compreendia que as fontes históricas eram reveladoras da verdade. No contexto, em virtude do prestígio delegado à dimensão política da história, na segunda metade do século XIX, fundou-se a revista *Revue Historique*, em 1876, pelos historiadores Gabriel Monod e Gustave Charles Fagniez. O grupo da Revista, conhecido como Escola Metódica, tinha como ênfase o político e, como metodologia, uma história linear, factual e centrada no uso de um tempo curto, pontual e cronológico. Conferir: *Ibidem*, p. 41.

As imagens acompanham o processo de hominização e de socialização do homem desde a Pré-história. Antes de apreender e de interpretar o mundo por meio de códigos escritos, o homem desenha, pinta e educa o olhar através de imagens. Nas sociedades atuais, as imagens perpassam a vida cotidiana de indivíduos e de organizações sociais, interferindo nas relações entre os homens com o visível e o invisível.⁶⁰

Charles Monteiro, utilizando-se da análise do filósofo francês Régis Debray, em *Vida e morte da imagem: uma história do olhar no ocidente*, de 1993, discute a função social das imagens. Segundo ele, para o francês, as diferentes relações dos homens com as imagens podem ser divididas em três mídiasferas: “logosfera, grafosfera e videosfera”. Cada uma delas – nas palavras de Debray – “descreve um meio de vida e de pensamento, com estreitas conexões internas, um ecossistema da visão, e, portanto, um certo horizonte de perspectiva do olhar’.”⁶¹

Etimologicamente, ainda de acordo com Charles Monteiro, apoiando-se nas ideias de Régis Debray, o termo imagem “está relacionado a ídolo que vem de ‘eidolon, que significa fantasma dos mortos, espectro, e, somente em seguida, imagem, retrato’.”⁶²

A logosfera

caracteriza-se por um olhar mágico, pois a imagem arcaica tinha uma função mágica, que permitia ao homem representar o irrepresentável, o inexplicável e imortalizar o morto por meio de seu duplo. Na Antiguidade, a confecção de máscaras mortuárias e a produção de lápides para as sepulturas apontavam para a relação entre imagem e morte. A produção deste duplo também estava ligada à necessidade de preservar a memória do morto. A imagem seria o duplo, a sombra, que representaria o triunfo da vida sobre a morte. A representação por intermédio da imagem era um privilégio social e, também, um perigo público, que deveria ser politicamente controlado. Nem todos deveriam merecer o direito à representação. Os poderes não estavam nas imagens, mas nos usos sociais que se faziam delas.⁶³

⁶⁰. MONTEIRO, Charles. Pensando sobre a história, imagem e cultura visual. *História*, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 3-16, 2013, p. 4.

⁶¹. Apud. Régis Debray. *Vida e morte da imagem: uma história do olhar no ocidente*. Petrópolis: Vozes, 1993, p. 206. In: Ibidem, p. 4.

⁶². Apud. Régis Debray. *Vida e morte da imagem*. op. cit., p. 24. In: Ibidem, p. 4.

⁶³. Ibidem, p. 4-5.

Segundo Debray, na análise de Monteiro, as imagens são “potência de algo diferente de uma simples percepção, sua capacidade – aura, prestígio ou irradiação – muda com o tempo”.⁶⁴

Os usos políticos da imagem também são claros desde a pré-história, pois “de seu controle dependia a legitimidade do exercício do poder”. Desde o princípio, a imagem “esteve relacionada à representação e à imitação do real”. Para Monteiro,

A noção de *mimese*, como cópia do real por meio da semelhança, e a representação, visando tornar presente uma ausência e conferir-lhe significados sociais precisos e controlados. Uma troca simbólica e um simulacro fabricado para enfrentar a destruição provocada pela passagem do tempo, agenciar a memória, manter a coesão social e, também, exercer o controle político. Funções sociais que não abolem a dimensão artística do ato de criação da imagem no tempo pelos artistas.⁶⁵

Ainda como nos alerta Charles Monteiro, a passagem para uma nova mídiasfera

teria ocorrido entre os séculos XV e XVIII, pelo maior conhecimento e controle do homem sobre o mundo circundante, por intermédio de meios técnicos que lhe permitiram afrontar o ‘pânico’ diante da morte, modelar os materiais do mundo e dominar os procedimentos da figuração. O que teria promovido a passagem da produção, da contemplação do ídolo religioso e da imagem mágica para a imagem de arte.⁶⁶

Partindo desse pressuposto, Ulpiano Bezerra Toledo de Meneses indica, utilizando-se de Gottfried Boehm, um dos grandes teóricos da imagem, no texto *História e imagem: iconografia/iconologia e além*, que “a questão da imagem não dispõe de um lugar único e não pode, consequentemente, ser afrontada como um problema coerente.”⁶⁷

⁶⁴. Apud. Régis Debray. *Vida e morte da imagem*. op. cit., p. 15. In: Ibidem, p. 5.

⁶⁵. Ibidem, p. 5.

⁶⁶. Ibidem, p. 5.

⁶⁷. Apud. Gottfried Boehm. *História e imagem: iconografia/iconologia e além*. In: MENESSES, Ulpiano Bezerra de. *História e imagem: iconografia / iconologia e além*. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 243-252; p. 243.

Dentre os sentidos do ser humano, a visão tem lugar privilegiado e é por intermédio dela que se codificam e se entendem os diversos signos e significados que fazem do mundo um espaço natural, mas, também, cultural e histórico. A imagem, assim, “nas suas diversas modalidades, tecnologias e funções, foi penetrando todos os tempos e espaços de nossa contemporaneidade”.⁶⁸

O uso da imagem pela história não fica circunscrita apenas àquilo que está em maior destaque dentro o documento. O imagético possui variáveis, bem como uma multiplicidade de significados e papéis que estão presentes em sua simbologia. Toda fotografia ou pintura é sempre um recorte, uma fração de um todo. Nesse sentido, ao visualizar uma parte e não outra, o autor da imagem interfere, consciente ou inconscientemente, na escolha do que deva ser destacado.

O uso da imagem recebe o nome de iconografia. Em sua raiz etimológica indica um “papel descritivo, capaz de alimentar classificações, comparações tradições, circulação”.⁶⁹ Isto, porém, não é o que define a iconografia em sua relação com a história. Para Boehm, é necessário buscar na imagem “a significação interna de significações externas”.⁷⁰

A iconografia, como toda criação humana, encontra-se carregada de simbolismo, possuindo, por isso mesmo, característica de transmissora de anseios e de desejos do homem. A imagem, sob muitos aspectos, é também um ato de poder, um poder simbólico. Nesse sentido, Pierre Bourdieu, em sua obra *O poder simbólico*, define este poder como “construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica: o sentido imediato do mundo”.⁷¹

A imagem, em sua constituição simbólica, é a expressão de uma experiência e de um poder. Nela se sintetizam a visão de um determinado olhar sobre a humanidade, sob a história, sob as vivências dos seres humanos e sua realização tecnológica, história, guerras, personalidades, figura tidas como heroicas, mitologia, natureza. A imagem compendia, de modo simbólico, a visão que a humanidade tem de seu tempo e sua sociedade.

⁶⁸. Ibidem, p. 243.

⁶⁹. Ibidem, p. 15.

⁷⁰. Apud. Gottfried Boehm. *História e imagem*. op. cit., p. 29. In: Ibidem, p. 244.

⁷¹. BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. São Paulo: Difel, 1989, p. 9.

Se a imagem expressa um poder, se ela manifesta ideias e predileções de um grupo ou indivíduo, de uma classe, de uma ideologia, ela é, no entanto, “uma forma transformada, quer dizer, irreconhecível, transfigurada e legitimada, das outras formas de poder”.⁷²

Nesse sentido, o entendimento da imagem e sua simbologia exigem que se compreenda e interprete o que o visual transmite. Desse modo, “o visível é sintoma do invisível, e todo o objeto, toda a imagem, significa mais do que a aparência e pode conduzir à circunscrição de um inconsciente coletivo, uma cosmovisão, um espírito da época”.⁷³

O entendimento e a apropriação da imagem no campo do historiador proporcionaram significativos avanços no estudo da história. Neste sentido, ao trazer para o campo da história um elemento tão cheio de simbolismo e que representa um recorte da realidade e uma escolha deliberada do autor daquela obra, o historiador pode melhor discutir e entender os silêncios que compõem a própria história.

Os espaços que não são tomados ou abarcados pelos documentos escritos, e por testemunhos orais, pelas experiências de grupos e pessoas, podem ser incluídos no estudo historiográfico, a partir do uso das imagens.

Vale lembrar que no início do século XX, a Escola dos Annales criticou a concepção de documento utilizada pelos membros da Escola Metódica, procurando ampliar o rol de fontes históricas, incluindo-se nelas as imagens, na busca, por exemplo, de informações sobre práticas cotidianas, como aspectos do universo privado, da leitura, da infância, etc.⁷⁴

Porém, de acordo com Charles Monteiro,

o uso que se fez dessas imagens no processo de interpretação da história era ainda muito limitado e, em alguns casos, mais uma vez, carecia de um diálogo com as questões postas pelo campo da História da Arte. Os historiadores que mais se aventuraram na interpretação das imagens foram aqueles que investigavam a Antiguidade e o Medievo.⁷⁵

⁷². Ibidem, p. 243.

⁷³. MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. op. cit., p. 245.

⁷⁴. A Escola dos Annales é um movimento historiográfico constituído em torno da revista francesa *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, de 1929, que propunha ir além das interpretações positivistas ou metódicas da história como crônica de acontecimentos.

⁷⁵. MONTEIRO, Charles. op. cit., p. 8.

Apesar disso, Monteiro, apoiando-se em discussão proposta por Jean Claude Schmitt, na introdução de *O corpo das imagens*, de 2007, observa que “ao longo da história da disciplina teria ocorrido um grande desencontro entre a História (social, política e mesmo cultural) e a História da Arte.”⁷⁶

No entanto, Monteiro nos lembra de que uma mudança de postura ocorre nos anos 1970, “tanto pelo impacto crescente da televisão, do videocassete, do cinema, da fotografia, da publicidade e de novas práticas artísticas híbridas (videoinstalações, performances, etc.) na vida cotidiana, quanto pelas rupturas epistemológicas no campo das Ciências Sociais.” Nesse momento,

surgiram os Estudos Visuais, tributários de um movimento mais amplo de renovação do campo das Ciências Sociais, na esteira dos chamados estudos culturais, pós-estruturalistas, pós-coloniais, de gênero e sobre etnicidade, que colocaram em pauta temas transversais aos estudos sobre literatura, cinema, artes visuais e meios de comunicação.⁷⁷

As imagens e seu uso pela historiografia possibilitam a uma integração entre o visual e a compreensão e entendimento do funcionamento e transformação de uma sociedade. Isso, no entanto, não significa que esta prescindia do texto. Ao contrário, o estudo, a discussão, a análise e o entendimento da imagem utilizada enquanto fonte documental pelo historiador necessita da escrita. É, por meio da escrita, das palavras e frases postas em uma página para construção de um texto, que o historiador pode expressar sua compreensão e seu estudo sobre determinada imagem, utilizada ali como documento histórico.

Essa interpretação, é preciso dizer, não significa o fim do entendimento sobre o documento iconográfico. Ao contrário, cada historiador faz uso da iconografia partindo sempre da necessidade de responder a questões e indagações por ele aventadas em sua pesquisa. O problema, os objetivos de um projeto e o tema selecionado são os vetores que levam o pesquisador a buscar na análise iconográfica um arcabouço para responder às dúvidas por eles acionadas em seu trabalho.

⁷⁶. Apud. Jean Claude Schmitt. *O corpo das imagens*: ensaios sobre a cultura visual na Idade Média. Bauru: Edusc, 2007. In: *Ibidem*, p. 8.

⁷⁷. *Ibidem*, p. 8.

A interpretação e o entendimento do estudo de uma imagem e seu contexto limitam-se, assim, pelas balizas que a pesquisa científica impõe a qualquer cientista. Umberto Eco indica que

Consequentemente, texto algum pode ser interpretado segundo a utopia de um sentido autorizado fixo, original e definitivo. A linguagem sempre diz algo mais do que seu inacessível sentido literal, o qual já se perdeu a partir do início da emissão textual.⁷⁸

As imagens são imagens do real, mas não são o real. Elas possuem a característica de transmitir um determinado conhecimento sobre o real, mas não são de fato o real em si. Limitam-se pelas fronteiras e visões que o responsável por aquela iconografia indicou. Nesse sentido, tendo-se como base as ideias de Roger Chartier, podemos apontar que as “representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinados pelos interesses de grupo que a forjam”.⁷⁹

A iconografia é também uma forma de linguagem. Sobre esse prisma, o historiador inglês John Pocock, ao falar sobre linguagem e a sua relação com a época em que foi feita, esclarece que

cada contexto linguístico indica um contexto político, social ou histórico, no interior do qual a própria linguagem se situa (...) somos obrigado a reconhecer que cada linguagem, em certa medida, seleciona e prescreve o contexto dentro do qual ela deverá ser reconhecida.⁸⁰

Para conseguir trabalhar em benefício do ser humano, a história precisa esclarecer elementos do passado, explicar eventos, indagar e lançar novas respostas para problemas que angustiam a humanidade em seu presente. Para pesquisar, o historiador recorre às fontes históricas. Tudo aquilo que o homem produziu pode e deve ser utilizado como uma fonte histórica. Por meio dela se obtém saberes sobre os regimes de historicidades de sociedades passadas. É preciso entender, porém, que o conhecimento histórico é maior do que qualquer fonte. Reinhart Koselleck diz que

⁷⁸. ECO, Umberto. *Os limites da interpretação*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004, p. XIV.

⁷⁹. CHARTIER, Roger. op. cit., p. 16.

⁸⁰. POCK, John Greville Agard. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Edusp, 2003, p. 37.

toda fonte, ou, mais precisamente, todo vestígio que se transforma em fonte por meio de nossas interrogações nos remete a uma história que é sempre algo mais ou algo menos que o próprio vestígio, e sempre algo diferente dele. Uma história nunca é idêntica a fonte que dela dá testemunho. Se assim fosse, toda fonte que jorra cristalina seria já a própria história que se busca conhecer.⁸¹

Na impossibilidade de se atingir uma verdade absoluta, encontra-se a explicação para o que Koselleck afirma. Ao trabalhar com vestígios, com indícios deixados pelo homem em sua passagem pela Terra, estará o historiador trabalhando com dados que jamais exprimirão a totalidade de um acontecimento.

O conhecimento histórico é feito pelo permanente diálogo com fontes, conceitos, autores. Diferentes saberes auxiliam no trabalho do historiador, somente pelo diálogo com outras áreas das ciências é que o conhecimento histórico avança. Ao elaborar um texto, o pesquisador procura sempre manter um diálogo com toda a comunidade acadêmica, de modo que sua pesquisa possa vir alicerçada por uma gama de outros autores que estão ali para corroborar, por meio de seus conceitos e saberes, com aquilo que o historiador está escrevendo.

Nesse sentido, o saber histórico é sempre devedor de outras áreas com as quais comunga. Longe de representar uma fraqueza, isso significa que o conhecimento histórico é o mais amplo possível.

A leitura representada pela análise iconográfica nos permite aprofundar a compreensão de comportamentos humanos e de nossa produção cultural e social. Por isso, muitos trabalhos históricos passaram a adotar sua abordagem. Mas não se trata de uma chave universal e única de compreensão da história; ela é apenas um elemento de explicação, dentre outros.

Ao utilizar a iconografia em seus estudos, o historiador entende esse elemento dentro de um sistema de comunicação visual que agrega ambientes visuais. As imagens se traduzem como linguagem, possuindo, assim, significado próprio. Dessa maneira,

o domínio do *visual* compreenderia os sistemas de comunicação visual e os ambientes visuais, bem como os suportes institucionais dos sistemas visuais, as condições técnicas, sociais e culturais de

⁸¹. KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição a semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006, p. 92.

produção, circulação, consumo e ação dos recursos e produtos visuais, para poder circunscrever a *iconosfera*, isso é, o conjunto de imagens-guia de um grupo social ou de uma sociedade num dado momento e com o qual ela interage.⁸²

Tratar da imagem e de seu uso pela história é também escrever a respeito da fotografia e seu desenvolvimento. Desde que as primeiras chapas fotográficas foram retiradas na Europa, no século XIX, que este produto tecnológico se tornou item fundamental para entendimento das sociedades contemporâneas.

O desenvolvimento da fotografia, e de toda a indústria a ela associada, possibilitou que se desenvolvessem jornais, revistas, livros, indústria de quadrinhos, cinema e toda uma gama variada de tecnologia voltada para o lazer, para a diversão, o trabalho e os estudos. Com a fotografia, o mundo capitalista do século XX obteve uma de suas mais destacadas características: a primazia do visual sobre a escrita.

As sociedades modernas passaram a valorizar a imagem e o seu uso para exprimir alegrias e angústias. O desenvolvimento da indústria associada à fotografia, tais como filmes, câmeras, estúdios, máquinas e toda uma variedade de instrumentos e pessoas voltadas para esse tipo de atividade fim, direcionou a sociedade capitalista moderna para o uso intensivo do imagético em seu cotidiano. Criou-se uma tradição iconográfica, que, por sua vez, produziu memórias sociais que foram forjadas “por intermédio da narração”. Pragmaticamente as imagens produzidas no século XX eram “cada vez mais carregadas de significados e cada vez mais persistentes ao longo do tempo”.⁸³

A sociedade contemporânea, a partir da consolidação do visual entre a população, passou a

problematizar a forma como os diversos tipos de imagens perpassam a vida social cotidiana criando a visualidade de uma época, relacionada às técnicas de produção e de circulação das imagens, às formas de se visualizar os diferentes grupos e espaços sociais (estabelecendo padrões de visualidade), permitindo, assim, problematizar o olhar ou modos de ver (a visão), experiência que medeia a nossa compreensão da realidade e inspira modelos de ação social (os chamados regimes de visualidade).⁸⁴

⁸². MONTEIRO, Charles. op. cit., p. 10.

⁸³. MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. op. cit., p. 250.

⁸⁴. MONTEIRO, Charles. op. cit., p. 12.

Nesse sentido, o uso da imagem pelos historiadores, as problemáticas daí advindas, as possibilidades de interpretação e o diálogo que foram forjadas com o uso da iconografia e a ampliação do escopo de fontes e documentos, que o universo da história tem para compreender o passado, só evidencia o quanto os estudos históricos têm a contribuir para o melhor entendimento do mundo moderno e suas problemáticas.

1

Tiradentes: o homem, a história e a construção simbólica da nação**Preâmbulo**

Em seus quase 227 anos, desde o final trágico dos conjurados mineiros sentenciados pelo crime de lesa-majestade em 1792, a historiografia em torno da Inconfidência Mineira está recheada de controvérsias e paixões, a começar pelo estudo de seu mais destacado participante, o alferes Joaquim José da Silva Xavier, que ainda muito pouco se conhece de sua vida anterior ao movimento mineiro, seu patrimônio, sua formação intelectual, seus descendentes, etc.⁸⁵

Mesmo nos últimos anos com o aparecimento de novas publicações sobre a Inconfidência ou alguns de seus integrantes, pouco se avançou. Exceções foram as contribuições de Laura de Mello e Souza sobre a história do poeta mineiro Cláudio Manuel da Costa e sua família;⁸⁶ as de Adelto Gonçalves sobre Tomás Antônio Gonzaga e sobre Salvador Carvalho do Amaral Gurgel⁸⁷; e as de Rosalvo Gonçalves Pinto sobre os inconfidentes Resende Costa.⁸⁸

Publicações outras oriundas de pesquisas acadêmicas – realizadas como dissertações de mestrado ou teses de doutorado – também proporcionaram avanços significativos ao desvendar relações econômicas, políticas e sociais de inconfidentes e suas famílias no universo das Minas Gerais setecentista, como as desenvolvidas por João Pinto Furtado sobre os conflitos de interesses pessoais e políticos no movimento⁸⁹; por Maria Lúcia Resende Chaves Teixeira sobre as fazendas e escravos em Minas Gerais da primeira metade do século XIX, com dados sobre a

⁸⁵. Apenas no final de julho de 2018, a história do alferes Tiradentes ganhou uma biografia moderna. Conferir: FIGUEIREDO, Lucas. *O Tiradentes: uma biografia de Joaquim José da Silva Xavier*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

⁸⁶. SOUZA, Laura de Mello e Souza. *Cláudio Manuel da Costa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

⁸⁷. GONÇALVES, Adelto. *Gonzaga, um poeta do Iluminismo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999; Idem. O inconfidente que virou santo: estudo biográfico de Salvador Carvalho do Amaral Gurgel. *Estudos Avançados*, São Paulo: IEA-USP, v. 24, n. 69, p. 119-141, 2010.

⁸⁸. PINTO, Rosalvo Gonçalves. *Os inconfidentes José de Rezende Costa (pai e filho) e o Arraial da Lage*. 2. ed. rev. e ampl. Resende Costa: AMIRCO, 2014.

⁸⁹. FURTADO, João Pinto. *O manto de Penélope: história, mito e memória da Inconfidência Mineira de 1788-9*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

família de José de Resende Costa⁹⁰; as de André Figueiredo Rodrigues sobre a constituição do patrimônio material dos inconfidentes mineiros⁹¹; e as de Francisco Eduardo Pinto sobre a ocupação de terras na capitania de Minas Gerais, ao estudar detidamente Alvarenga Peixoto.⁹²

No tocante às histórias de vida dos demais partícipes da Inconfidência, as obras já clássicas de Márcio Jardim e de José Crux Rodrigues Vieira são referências.⁹³

No contexto, pesquisas sobre Tiradentes, apesar de serem a maioria dentre as produções sobre a Inconfidência Mineira, “são artigos curtos, sucintos ou palestras repetitivas, apresentados na data comemorativa” do aniversário de sua morte.⁹⁴ Mas, afinal, quem foi o alferes Tiradentes? De sua biografia ainda muito pouco se conhece de sua vida que seja anterior ao movimento intentado em Minas Gerais no final do século XVIII. Mesmo assim, tentemos apresentá-lo.

A trajetória do alferes Joaquim José da Silva Xavier

Pouco se sabe sobre os anos iniciais da vida de Tiradentes. Isto ocorre, notadamente, pela ausência de documentos de época, em virtude de muitos deles terem sido perdidos ou sofrido alterações, o que gerou incertezas sobre momentos de sua vida, ou, então, não terem sido produzidos.

⁹⁰. TEIXEIRA, Maria Lúcia Resende Chaves. *Família escrava e riqueza na Comarca do Rio das Mortes: o Distrito da Lage e o Quarteirão do Mosquito*. São Paulo: Annablume; Coronel Xavier Chaves: Prefeitura Municipal de Coronel Xavier Chaves, 2006.

⁹¹. RODRIGUES, André Figueiredo. *Um potentado na Mantiqueira: José Aires Gomes e a ocupação da terra na Borda do Campo*. São Paulo, 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo; Idem. *A fortuna dos inconfidentes: caminhos e descaminhos de bens de conjurados mineiros (1760-1850)*. São Paulo: Globo, 2010.

⁹². PINTO, Francisco Eduardo. *Hidra de sete bocas: sesmeiros e posseiros em conflito no povoamento das Minas Gerais (1750-1822)*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2014.

⁹³. JARDIM, Márcio. *A Inconfidência Mineira: uma síntese factual*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1989; VIEIRA, José Crux Rodrigues. *Tiradentes: a Inconfidência Mineira diante da História*. Belo Horizonte: 2º Clichê Comunicação & Design, 1993. 3 v, 2 t.

⁹⁴. RODRIGUES, André Figueiredo. *O clero e a Conjuração Mineira*. São Paulo: Humanitas FFLCH-USP, 2002, p. 25.

Para a historiografia, ainda existem perguntas sobre sua trajetória que carecem de respostas, como sobre sua infância e personalidade empreendedora ao lançar-se quando jovem em atividades de comércio e mineração, suas relações com os irmãos e parentes próximos, suas convicções políticas, sua aparência física e o seu verdadeiro papel no movimento insurreto mineiro.

De acordo com João Pinto Furtado, suas características físicas, segundo a historiografia oficial, são ser “um homem magro, [com] cabelos longos e negros, [e] barbudo”.⁹⁵ Com base nos Autos de Devassa da Inconfidência Mineira existem poucas informações sobre seu aspecto físico. Lê-se em apenas três depoimentos que Tiradentes “não era moço e já tinha cabelos brancos”⁹⁶, que era “um oficial feio e espantado”⁹⁷ e que “já tinha cabelos brancos e (...) falava com muita liberdade”.⁹⁸

O alferes Tiradentes nasceu na Fazenda do Pombal, propriedade de seus pais situada na circunscrição territorial da vila de São João del-Rei. Esta fazenda era, segundo José Crux Vieira, uma propriedade respeitável:

casa grande, capela, senzalas, moinho, etc. A casa tinha dois pavimentos, com largo alpendre, acomodações no térreo para guardar carros e ferramentas, com oficina de consertos. Ao lado, a ermida erguida em honra de N. Sra. da Ajuda. Pena que o tempo tenha arruinado tudo. Hoje, encontra-se apenas vestígios das ruínas da fazenda. A capela de N. Sra. da Ajuda, oratório familiar, foi depois também votada a São Sebastião, pois, [na certidão] do batizado [de Tiradentes], o celebrante fez constar ‘Capela de São Sebastião do Rio Abaixo’. A casa e o santuário já não existem.⁹⁹

⁹⁵. FURTADO, João Pinto. op. cit., p. 61.

⁹⁶. Formação de culpa (II) – Minas Gerais: inquirição da testemunha Basílio de Brito Malheiro do Lago. Casa de aposentadoria do desembargador José Pedro Machado Coelho Torres, Vila Rica, 28/07/1789. In: AUTOS de Devassa da Inconfidência Mineira. op. cit., v. 4, 1981, p. 89-90.

⁹⁷. Auto de perguntas ao coronel Inácio José de Alvarenga Peixoto. 2ª inquirição. Fortaleza da Ilha das Cobras, Rio de Janeiro, 14/01/1790. In: AUTOS de Devassa da Inconfidência Mineira. op. cit., v. 5, 1982, p. 117. Neste mesmo depoimento, Alvarenga refere-se também à conversa que tivera com o tenente-coronel Francisco de Paula Freire de Andrada, na qual o militar lhe contara que Tiradentes falava tão inflamado que chegava a chorar. Nesse depoimento, a palavra “feio” equivale a não-refinado, não-elegante, uma pessoa que não agrada à primeira vista pelo modo de se vestir. Já o vocábulo “espantado” parece equivaler a exaltado, “tendo-se como referência ser o alferes aquele tipo de pessoa que tem o olhar vivo, sempre alerta, penetrante e que dá ideia de estar permanentemente atento ao que se passa em sua volta, característica de personalidade agitada, exaltada, inquieta.” In: JARDIM, Márcio. op. cit., p. 80.

⁹⁸. Formação de culpa (II) – Minas Gerais: inquirição da testemunha Basílio de Brito Malheiro do Lago. Casa do desembargador Pedro José Araújo de Saldanha, Vila Rica, 18/07/1789. In: AUTOS de Devassa da Inconfidência Mineira. op. cit., v. 1, 1976, p. 228.

⁹⁹. VIEIRA, José Crux Rodrigues. op. cit., v. 1, p. 7.

Quanto à data de seu nascimento, muito provavelmente deva ter ocorrido em 1746, já que não se tem qualquer documento alusivo a este registro de nascimento, apenas a sua certidão de batismo, ocorrido em 12 de novembro de 1746; o que nos permite pressupor que ele tenha nascido naquele mesmo ano.¹⁰⁰ Na certidão do batismo lê-se:

Aos doze dias do mês de novembro de mil setecentos e quarenta e seis anos, na Capela de São Sebastião do Rio Abaixo, o Reverendo Padre João Gonçalves Chaves, capelão da dita Capela, batizou e pôs os Santos Óleos a Joaquim, filho legítimo de Domingos da Silva dos Santos, e de Antônia da Encarnação Xavier; foram padrinhos Sebastião Ferreira Leitão e não teve madrinha: de que fiz este assento – O coadjutor Jerônimo da Fonseca Álvares.¹⁰¹

Os pais de Tiradentes foram o português Domingos da Silva Santos e a sanjoanense Antônia da Encarnação Xavier. Sobre seu pai sabe-se que ele era filho de André da Silva e Mariana da Motta, ambos portugueses da região de Braga, onde viveram e morreram. Ocupou posição social de certo relevo: foi vereador na Câmara da vila de São José del-Rei (atual cidade de Tiradentes, Minas Gerais), de 1755 a 1757, juiz de almotacé do Senado da Câmara na referida vila em 1756, tendo sido, antes, procurador dos reais quintos no arraial do Bichinho, distrito da vila de São José.¹⁰²

Já de sua mãe Antônia da Encarnação Xavier, sabemos que nasceu na vila de São João del-Rei e era filha do português Domingos Xavier Fernandes e da paulista Maria de Oliveira Colaço.¹⁰³

O casal Domingos e Antônia teve sete filhos: Domingos da Silva Xavier (nascido em 1738; “ordenado padre no Rio de Janeiro em 1765; nomeado vigário de Caeté, Peçanha, Guanhões, Suassuí, Correntes e Santo Antônio em 1772; vigário

¹⁰⁰. JARDIM, Márcio. op. cit., p. 61.

¹⁰¹. Assento de batismo de Joaquim José da Silva Xavier. Nota explicativa nº 1, do Auto de perguntas ao alferes Joaquim José da Silva Xavier. 1ª inquirição. Fortaleza da Ilha das Cobras, Rio de Janeiro, 22/05/1789. In: AUTOS de Devassa da Inconfidência Mineira. op. cit., v. 5, 1982, p. 17.

¹⁰². VIEIRA, José Crux Rodrigues. op. cit., v. 1, p. 5; JARDIM, Márcio. op. cit., p. 61-62. O cargo de almotacé ou almotacel, de acordo com Luís Wanderley Torres, “tinha por incumbência conferir pesos e medidas, taxar e fixar os preços dos gêneros e ainda cuidar da distribuição dos mantimentos na região de sua competência. Era cargo de grande responsabilidade, pois dele provinham, em boa parte, dos créditos públicos, e só as pessoas da inteira confiança dos componentes do Senado da Câmara eram para ele eleitas.” In: TORRES, Luís Wanderley. *Tiradentes: a áspera estrada para a liberdade*. São Paulo: Obelisco, 1965, p. 182.

¹⁰³. VIEIRA, José Crux Rodrigues. op. cit., v. 1, p. 5; JARDIM, Márcio. op. cit., p. 62.

de Pitangui em 1775”), Maria Victória de Jesus Xavier (nascida em 1742), Antônio da Silva Santos (nascido em 1745; “ordenado padre, foi nomeado Capelão do distrito da Ressaca, da vila de Prados, em 1789; viveu numa freguesia de Barbacena até 1805, quando faleceu”), Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes (provavelmente nascido em 1746, como informado), José da Silva dos Santos (nascido em 1748; “foi Capitão de Auxiliares”), Catharina da Encarnação Xavier (nascida em 1751), Antônia Rita de Jesus Xavier (nascida em 1754). Tiradentes tinha uma meia-irmã, chamada Clara, filha de seu pai quando ainda solteiro.¹⁰⁴

No documento de batismo de Tiradentes consta que ele “não teve madrinha”. Isto não significa ser o alferes uma pessoa modesta, um pobre coitado, que não teve a honra de possuir uma madrinha de batismo. A advertência de não ter madrinha significava que essa era dispensada quando a criança era dedicada a Nossa Senhora. No caso, a madrinha do pequeno Joaquim José da Silva Xavier teria sido Nossa Senhora da Ajuda, da ermida de sua casa.¹⁰⁵ Atitude, aliás, comum à época: os bebês terem os santos por padrinhos.

Quanto ao padrinho, Sebastião Ferreira Leitão era pessoa que “gozava de bom conceito social, pois era cirurgião licenciado, com ampla prática do ofício e possuidor de boa renda, com bom estabelecimento de mineração”.¹⁰⁶

Tiradentes ficou órfão quando ainda era criança. A mãe faleceu em 2 de dezembro de 1755, quando ele tinha apenas 9 anos de idade. O pai morreu dois anos depois, em 12 de dezembro de 1757.¹⁰⁷ Com a morte dos pais, a família se dispersa e os irmãos, ainda crianças, foram encaminhados aos cuidados de parentes próximos. Tiradentes ficou com seu tio e padrinho, Sebastião Leitão, cirurgião-dentista e que possuía lavras de mineração. Daí seu apreço pela odontologia e a origem de seu apelido – tira dentes.

Tiradentes não realizou cursos regulares, nem tinha formação acadêmica, mas aprofundou os estudos por meio de leituras científicas, o que lhe proporcionou aprimorar a letra e a redação, consideradas superiores às da maior parte dos homens de seu tempo.¹⁰⁸

¹⁰⁴. JARDIM, Márcio. op. cit., p. 62.

¹⁰⁵. VIEIRA, José Crux Rodrigues. op. cit., v. 1, p. 6.

¹⁰⁶. Ibidem, p. 6.

¹⁰⁷. JARDIM, Márcio. op. cit., p. 62.

¹⁰⁸. Ibidem, p. 63-65.

Tiradentes também fazia dentaduras em base de ouro e dentes artificiais em marfim ou osso de boi, executada em uma só peça e em modelo de gesso. Além de extrair dentes com extraordinária perfeição, ele também tinha “inteligência de curativo”, ou seja, praticava a medicina básica, não oficial.¹⁰⁹

Em certo instante de sua trajetória, consta a informação que o alferes curou uma moça, solteira, a filha da viúva Inácia Gertrudes, de 31 anos de idade, de uma ferida no pé, que havia se transformado em chaga e ameaçava ulcerar com o prolongamento da doença por vários anos. Na cidade do Rio de Janeiro, uma mulata conhecida de Tiradentes indicou-o a doente, que, depois de tratá-la, visitando-a várias vezes, curou-a, usando medicamento líquido.¹¹⁰

Em razão de seu ofício de dentista, há registro que o alferes, na cidade do Rio de Janeiro, tratou de mais duas pessoas: o leproso Possidônio Carneiro e Antônio Ribeiro de Avelar.¹¹¹

Após a sua prisão em 1789, em sua casa de Vila Rica, foram apreendidos, entre seus pertences, objetos instrumentais de dentista: “cinco pratos de pó de pedra branca” (seria o gesso usado para fazer moldes de dentaduras), “dois frascos de vidro grande e duas garrafas finas pequenas” e “uma peneira de seda”.¹¹² Depois de enforcado, esquartejado e decapitado na data de 21 de abril de 1792, sequestraram-lhe os últimos bens, que levava para o cárcere: entre eles, “uma bolsa com uns ferrinhos de tirar dentes”.¹¹³ Mesmo preso, teria Tiradentes trabalhado como dentista para os outros presos ou para os soldados?

¹⁰⁹. Ibidem, p. 65.

¹¹⁰. Auto de perguntas ao alferes Joaquim José da Silva Xavier. 7ª inquirição. Fortaleza da Ilha das Cobras, Rio de Janeiro, 20/06/1791. In: AUTOS de Devassa da Inconfidência Mineira. op. cit., v. 5, 1982, p. 53; Auto de perguntas a Domingos Fernandes da Cruz. 1ª inquirição. Casa do Chanceler Sebastião Xavier de Vasconcelos Coutinho, Rio de Janeiro, 16/06/1791. In: Ibidem, p. 532; Auto de perguntas a padre Inácio Nogueira Lima. 1ª inquirição. Casa do Chanceler Sebastião Xavier de Vasconcelos Coutinho, Rio de Janeiro, 17/06/1791. In: Ibidem, p. 539-540; Auto de perguntas a Inácia Gertrudes de Almeida. 1ª inquirição. Casa do Chanceler Sebastião Xavier de Vasconcelos Coutinho, Rio de Janeiro, 07/05/1791. In: Ibidem, p. 552.

¹¹¹. Auto de perguntas ao alferes Joaquim José da Silva Xavier. 11ª inquirição. Cadeias da Relação, Rio de Janeiro, 15/07/1791. In: AUTOS de Devassa da Inconfidência Mineira. op. cit., v. 5, 1982, p. 73.

¹¹². Traslado do sequestro feito ao alferes Joaquim José da Silva Xavier. Vila Rica, 25/05/1789. In: AUTOS de Devassa da Inconfidência Mineira. op. cit., v. 6, 1982, p. 58.

¹¹³. Sequestro e avaliação de bens dos réus que ficaram na Ilha das Cobras. Rio de Janeiro, 11/05/1792. In: AUTOS de Devassa da Inconfidência Mineira. op. cit., v. 6, 1982, p. 482.

Outra faceta interessante de sua vida se revela quando, por volta dos 20 anos de idade, dedica-se ao serviço de viajante comercial, quando, por conta própria, realiza viagens com tropas de muares. Percorreu regiões do Rio de Janeiro e da Bahia, o que lhe rendeu um profundo conhecimento dos sertões e da potencialidade das terras do centro-sul da América portuguesa.

Insatisfeito com o andamento de suas atividades, Tiradentes resolveu entrar na carreira militar. Aos 29 anos, Joaquim José, em 1º de dezembro de 1775, foi aceito no serviço militar. Foi designado para a 6ª Companhia dos Dragões da Capitania de Minas Gerais como alferes, o que equivaleria hoje ao posto de segundo-tenente.

A vida militar de Tiradentes foi marcada por qualidades como “a dedicação às missões, a competência nas providências e a coragem ante as dificuldades.”¹¹⁴ Estas características mostraram-se presentes em ações que empreendeu vencendo distâncias com sua tropa, construindo caminhos, dando garantias a caravanas que cruzavam os caminhos que levavam as Minas Gerais e perseguindo e prendendo criminosos, entre outras ações.

Em 9 de abril de 1781, Tiradentes foi nomeado pela rainha dona Maria I, em documento assinado pelo então governador dom Rodrigo José de Meneses, que administrou a capitania de Minas Gerais entre 1780 e 1783, para a função de comandante do Destacamento do Caminho Novo, com a missão de construir uma variante no caminho de Vila Rica ao Rio de Janeiro, cortando a mata até o Registro do Paraibuna, na serra da Mantiqueira. O encarregado oficial da obra era o tenente-coronel Manuel do Vale Amado. Em 26 de julho daquele ano, o alferes apresentou-se ao tenente-coronel, para início dos trabalhos. Mal tinham iniciado a construção da picada, Amado retirou-se para cuidar de assuntos pessoais, e Tiradentes ficou encarregado de continuar aquele empreendimento. Com pouca mão de obra e trabalhando de maneira lenta, mas intensamente, o alferes conseguiu concluir os trabalhos, em 1783, fazendo chegar a picada até a barra do Rio Preto, onde estabeleceu quartel e o Porto de Meneses (atual Porto Novo do Cunha), propiciando às autoridades metropolitanas maior controle sob a região.¹¹⁵

¹¹⁴. VIEIRA, José Crux Rodrigues. op. cit., v. 1, p. 40.

¹¹⁵. Ibidem, p. 41; JARDIM, Márcio. op. cit., p. 71; RODRIGUES, André Figueiredo. *A fortuna dos inconfidentes...*, op. cit., p. 148; Idem. Os sertões proibidos da Mantiqueira: desbravamento, ocupação da terra e as observações do governador dom Rodrigo José de Meneses. *Revista Brasileira de História*, São Paulo: ANPUH, v. 23, n. 46, p. 253-270, 2003.

Naquele local, Tiradentes permaneceu por cerca de cinco anos e ao verificar as riquezas de rios e córregos, solicitou ao governador o direito de explorar 80 datas mineiras. De acordo com informações transcritas por André Figueiredo Rodrigues, ao estudar detidamente este assunto em sua tese de doutoramento, publicada sob o título de *A fortuna dos inconfidentes*, na petição escrita pelo alferes Tiradentes, constam as afirmações que ele

se acha com fábrica avultada de escravos, sem terras minerais para o poder fazer e no porto e quartel do Meneses se acham terras devolutas, (...) onde faz barra o córrego do Convento em o rio do porto do mesmo quartel, pelo rio acima, (...) portanto em rumo direito pelo caminho do Meneses, para a parte do poente.¹¹⁶

No Despacho, de 22 de setembro de 1781, o escrivão Antônio Tavares da Silva confirmou-lhe a concessão e a medição de 43 datas minerais, “localizadas no meio do rio do Porto do Meneses e no tabuleiro do quartel e na barra do córrego da Vargem e do Convento, por possuir escravos suficientes para explorar aqueles terrenos”. No dia 24 daquele mesmo mês, o comandante do distrito, o tenente-coronel Manuel do Vale Amado, “confirmou-lhe as datas de águas minerais, entregando-lhe a ‘posse corporal e atual e individual’ das terras”.¹¹⁷

O exemplo das 43 datas exploradas pelo alferes permite-nos, como informa André Figueiredo Rodrigues, constatar que Tiradentes não era um “homem com poucas posses como a historiografia tende a ressaltar e que sua ligação com o poder era maior do que se tem dito, pois do ponto de vista legal não seria possível explorar as datas minerais que estavam sob sua posse.” Até ser preso pela devassa da Inconfidência, em 1789, o alferes explorava aquelas terras.¹¹⁸

Quase um mês após a apreensão de seus bens pela Coroa portuguesa, a devassa descobriu que Tiradentes era dono de um sítio de aproximadamente 50 km², em área de oito sesmarias, doadas pelo governador dom Rodrigo José de Meneses, na Rocinha Negra, no porto do Meneses, para poder explorar a agricultura

¹¹⁶. FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 7-3, 17, 15-J – Auto de partição e medição e posse de 43 datas de terras no meio do rio do porto do Menezes e no tabuleiro do quartel na barra do córrego de Vargem, concedidas e repartidas ao alferes Joaquim José da Silva Xavier. Registro do Caminho Novo, 24/09/1781. Cópia. In: FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. Livro da Guardamoria do distrito da serra da Mantiqueira abaixo até o Paraibuna. Apud. RODRIGUES, André Figueiredo. *A fortuna dos inconfidentes...*, op. cit., p. 148.

¹¹⁷. Ibidem, p. 148.

¹¹⁸. Ibidem, p. 148.

no local e abastecer os viandantes que passavam pelo Caminho do Meneses rumo ao registro do Paraibuna; o que confirma a sua ligação com o poder, uma vez que não se podia doar mais que uma sesmaria a uma única pessoa.¹¹⁹

Na freguesia de Nossa Senhora da Glória de Simão Pereira, no Caminho Novo, termo da vila de São João del-Rei, o alferes Tiradentes também tinha fazendas em três sesmarias. No século XIX, essas terras estarão em posse do capitão José de Cerqueira Leite, um dos maiores cafeicultores da Zona da Mata mineira.¹²⁰

Os exemplos das 11 sesmarias, distribuídas em duas propriedades, e das 43 datas que explorava no Porto do Meneses, permitem inseri-lo, de acordo com os estudos de André Rodrigues, entre os grandes proprietários de terras da região da serra da Mantiqueira, na segunda metade do século XVIII. Segundo as pesquisas deste autor, o maior proprietário de terras da região da Mantiqueira, o coronel José Aires Gomes, também implicado na Inconfidência Mineira junto com Tiradentes, tinha mais de 22 fazendas no local, não possuindo a mesma quantidade de terras com título de sesmaria de Tiradentes. As terras tituladas de Aires Gomes não passavam de oito. “A diferença entre as posses territoriais de Aires e Tiradentes encontrava-se no tamanho das glebas”. As terras de Tiradentes “eram todas de meia légua em quadra”, enquanto as pertencentes a Aires Gomes “variavam de meia a três léguas quadradas”.¹²¹

O exemplo da posse e da exploração destas terras por Tiradentes demonstra que o alferes Joaquim José não era uma pessoa pobre, como ainda se encontra informado pela historiografia e nos manuais didáticos.

Ainda descrevendo algumas ações de sua trajetória como militar, localizamos o alferes recebendo, em 1784, outra missão de destaque, relacionada com a segurança dos limites orientais da capitania de Minas Gerais, na fronteira com o Rio de Janeiro. Para resolver esses problemas, o então governador de Minas Gerais, Luís da Cunha Meneses (1783 a 1788), nomeou uma comissão militar. A chefia

¹¹⁹. Ibidem, p. 149.

¹²⁰. Ibidem, p. 149.

¹²¹. Ibidem, p. 149.

coube ao sargento-mor Pedro Afonso Galvão de São Martinho. Tiradentes integrava a comissão, em virtude de sua notória “inteligência mineralógica”.¹²²

Por Portaria de 16 de abril de 1784, o governador determinou que Tiradentes e Pedro Afonso realizassem os seguintes serviços:

1 – verificar a ocorrência de veios minerais; 2 – verificar se a área era larga e servível a que se estabelecessem novas cidades e áreas de mineração; 3 – fazer levantamento da bacia hidrográfica, apontando os cursos navegáveis e atravessáveis; 4 – fazer plantas geográficas da região; 5 – realizar um censo demográfico e econômico; 6 – levantar as distâncias dos povoados existentes com os mais próximos da Capitania do Rio de Janeiro; 7 – determinar quais seriam os rios e as montanhas limítrofes com a capitania vizinha e os locais mais apropriados para se estabelecerem postos militares e de fiscalização de fronteiras; 8 – levantar a existência de quaisquer caminhos.¹²³

Tiradentes procurou cumprir tais exigências. Lembrou-nos Márcio Jardim que em seus 14 anos como militar, Tiradentes sempre esteve envolto em penosas, difíceis e arriscadas missões, nunca recebendo uma só promoção, “apesar de sempre ter-se portado com extremo zelo e dedicação ao serviço militar”.¹²⁴ Sobre isto, Kenneth Maxwell é elucidativo:

Com o posto de alferes – a posição inicial do oficialato – com o soldo de 72\$000 por trimestre, apesar de sua personalidade dinâmica, não progredira em posto nem remuneração até 1788. Queixava-se amargamente de que, a despeito de seus bons serviços, fora preterido quatro vezes por outros ‘mais bonitos’ ou que contavam com a influência de parentes bem situados. Exerceu o comando de importante destacamento dos Dragões que patrulhava a estrada da Serra da Mantiqueira, no governo de D. Rodrigo José de Meneses. O governador Luís da Cunha removeu-o deste lucrativo posto.¹²⁵

¹²². VIEIRA, José Crux Rodrigues. op. cit., v. 1, p. 42; JARDIM, Márcio. op. cit., p. 70.

¹²³. Apud. JARDIM, Márcio. op. cit., p. 71.

¹²⁴. Ibidem, p. 71.

¹²⁵. MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa. A Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal, 1750-1808*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 144.

Em depoimento à devassa, em 18 de janeiro de 1790, Tiradentes enumerou os nomes e os casos em que foi preterido, em um desabafo incontido de revolta contra aquele iníquo sistema social.¹²⁶

Abalado pelas circunstâncias, Tiradentes viu-se atraído, nos idos de 1788, a participar de um movimento de contestação que então se arquitetava contra a administração portuguesa que governava a capitania de Minas Gerais – a Inconfidência Mineira.

Tiradentes e a Inconfidência Mineira

Nas primeiras seis décadas do século XVIII, apesar do contrabando, das tensões e dos conflitos constantes, Minas Gerais produziu quantidade significativa de ouro e diamantes, oportunizando bom lucro a Portugal. Entretanto, isto começou a mudar por volta de 1760, quando a capitania passou a vivenciar um período de sérias dificuldades econômicas.

A quantidade de ouro que se extraía das minas era cada vez menor, e os mineradores quase não conseguiam mais pagar o imposto de extração (o “quinto”, ou a quinta parte do ouro extraído), fixado desde o ano de 1734 em 100 arrobas anuais (aproximadamente 1.470 quilos).

Em 1750, com a publicação do alvará régio de 3 de dezembro, a Coroa portuguesa estabeleceu que no ano em que a cota de cem arrobas de ouro não fosse alcançada nas casas de fundição, os mineradores deveriam completá-la. Caso o imposto devido não fosse pago por bem, as autoridades poderiam utilizar-se de

¹²⁶. Na transcrição de seu depoimento lê-se: “que se premeditava o levante, que ele Respondente confessa que tem sido quem, ideou tudo, sem que nenhuma outra pessoa o movesse, nem lhe inspirasse coisa alguma, e que tendo projetado o dito levante, o que fizera desesperado, por ter sido preterido quatro vezes, parecendo a ele Respondente, que tinha sido muito exato no serviço, e que achando-o para as diligências mais arriscadas, para as promoções e aumento de postos achavam a outros, que só podiam campar por mais bonitos, ou por terem comadres, que servissem de empenho, por que o seu Furriel está feito Tenente, Valeriano Manso, que foi soldado da Companhia dele Respondente perto de seis anos está feito Tenente da mesma Companhia, Fernando de Vasconcelos, que foi cadete seis anos está feito Tenente da mesma Companhia, sendo ele Respondente já Alferes, está feito Tenente, Antônio José de Araújo, que era Furriel, sendo ele Respondente Alferes, está feito Capitão, e Tomás Joaquim, que foi Alferes ao mesmo tempo em que ele Respondente, está feito Capitão da sua mesma Companhia”. In: Auto de perguntas ao alferes Joaquim José da Silva Xavier. 4ª inquirição. Fortaleza da Ilha das Cobras, Rio de Janeiro, 18/01/1790. In: AUTOS de Devassa da Inconfidência Mineira. op. cit., v. 5, 1982, p. 32.

uma cobrança suplementar, a “derrama”, para completar o acerto dos déficits à força. A partir de 1763, os mineradores não conseguiram mais pagar o quinto estabelecido e a dívida começou a se acumular. Em 1789, por exemplo, o débito acumulado era de 538 arrobas ou o equivalente a 7.910 quilos de ouro.¹²⁷

Este déficit significava que toda a população estava endividada e os revoltosos contavam com o temor contra a cobrança do imposto atrasado como artifício para conseguir apoio popular.¹²⁸ Para os sediciosos, a Inconfidência representava a possibilidade de viver livre das cobranças dos tributos e impostos arrecadados por Portugal, garantindo-lhes liberdade comercial.

Além do quinto, para controlar a exploração das riquezas minerais da região, a Coroa portuguesa também empreendeu práticas fiscalistas intensas, como um controle “rígido” na entrada e saída de pessoas da região, via postos fiscais (os registros), cobrança repressiva de impostos, impostos sobre a circulação e venda de mercadorias e escravos, entre outras, o que promoveu o endividamento dos mineradores e de parte da população, provocando – ao longo do século XVIII – embates e revoltas pessoais ou de grupos de indivíduos insatisfeitos com algo, com alguém ou com alguma circunstância, juntos ou isoladamente, tentando (com negociação, ou não) fazer justiça com as próprias mãos. Ou tentando resolver as pendências a partir de articulações políticas.

O confronto que originou a Inconfidência Mineira, nas palavras de Márcio Jardim,

foi aquele estabelecido entre o interesse da Metrópole em manter intocado o quadro econômico geral – no qual Minas Gerais tinha uma subfunção, embora importante – que lhe permitia permanecer como potência ao lado das outras potências mercantilistas europeias e o interesse dos habitantes da Capitania de – crentes na sua capacidade política e econômica de criar um novo país – escapar dessa posição fixa, imóvel, que lhe obstava a capacidade empresarial e política.¹²⁹

¹²⁷. RODRIGUES, André Figueiredo. *A fortuna dos inconfidentes...*, op. cit., p. 19. Em três momentos chegaram-se a anunciar a cobrança da derrama. Em 1769, o então governador conde de Valadares suspendeu a cobrança, temendo-se agitação popular. Em 1772, o marquês de Pombal ordenou expressamente a derrama, que não foi atendida. Por último, a proposta de 1789, que acabou suspensa pelo governador visconde de Barbacena para enfraquecer o preâmbulo do movimento sedicioso que se preparava para eclodir após a decretação da cobrança compulsória daquele imposto em atraso.

¹²⁸. GASPAR, Tarcísio de Souza. Derrama, boatos e historiografia: o problema da revolta popular na Inconfidência Mineira. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 51-73, 2010.

¹²⁹. JARDIM, Márcio. op. cit., p. 35.

Os impostos, a derrama e ações fiscalizadoras repressivas foram apenas detalhes do quadro político maior que determinou confronto de interesses no final do século XVIII em Minas Gerais.

Durante o governo de Luís da Cunha Meneses vieram à tona algumas das mazelas criticadas contra a administração metropolitana na região: atitudes escancaradas de corrupção, abusos administrativos, violência cometida pelas tropas militares e profunda desigualdade social. Chegava-se ao final daquele século estando o cotidiano mineiro povoado por assaltos, roubos, assassinatos, fuga de escravos, formação de quilombos, etc.

Para romper com este padrão conflituoso e nefasto, algumas pessoas passaram a acreditar firmemente que deviam lutar contra a dominação imposta por Portugal contra a capitania de Minas. Neste universo e para preservar suas riquezas, os principais fazendeiros, exploradores de ouro e diamantes, criadores de gado, militares, contratadores, funcionários régios, magistrados e eclesiásticos resolveram aderir ao movimento. Os inconfidentes eram quase todos escravistas e constituíam em sua maioria a elite letrada da época.

Dentre os participantes do movimento, o alferes Joaquim José da Silva Xavier destacou-se como o “homem que fez a cabeça da conspiração”. Apesar de o movimento não possuir um líder, Tiradentes foi proclamado como principal, por seu fervor republicano, “por sua confiança em se poder criar em Minas Gerais um país próspero e fazer dele uma grande nação”, por sua “temeridade para ações subversivas, contra a ordem vigente e todo o seu aparato de dominação e opressão”.¹³⁰

Os sediciosos fizeram planos para a organização de Minas independente. Eles queriam criar uma república dividida em províncias, departamentos ou regiões administrativas. Haveria um parlamento principal, com sede em São João del-Rei, e

¹³⁰. RIBEIRO, Darcy. *Tiradentes*. 2. ed. São Paulo: Global, 2016, p. 7-8. É interessante destacar que a palavra “líder” era inexistente nessa época, sendo incorporada mais tarde da língua inglesa. Conferir: BARBOSA, Waldemar de Almeida. *História de Minas*. Belo Horizonte: Comunicação, 1979. v. 2, p. 431.

outros seis locais, conforme se depreende do depoimento de José de Resende Costa Filho aos juízes da devassa.¹³¹

O modelo seria a república que a América inglesa estava criando no norte do continente, com liberdade e autonomia. Os mineiros também se inspiravam nas ideias libertárias que circulavam pelo mundo e que eclodiriam, quase que simultaneamente, na Revolução Francesa, que entre seus princípios estava o direito dos povos de viverem em liberdade, governando-se a si mesmos. Não foi à toa que livros de autores iluministas, encontrados em várias bibliotecas de inconfidentes, ajudaram a gestar sentimentos patrióticos de contestação à ordem vigente.¹³² Por exemplo, os escritos do pensador francês Guillaume Thomas François Raynal eram especialmente apreciados pelos conspiradores mineiros, tendo alguns deles chegado a citá-lo em seus depoimentos no processo judicial.¹³³ Em sua obra, *História filosófica e política dos estabelecimentos e do comércio dos europeus nas duas Índias*, Raynal, além de elogiar as riquezas da América portuguesa, estimulava a luta armada pela libertação da colônia. Também é dele a ideia de que um governo

¹³¹. Formação de culpa (II) – Minas Gerais: inquirição da testemunha José de Resende Costa Filho. Casa do desembargador Pedro José Araújo de Saldanha, Vila Rica, 28/07/1789. In: AUTOS de Devassa da Inconfidência Mineira. op. cit., v. 1, 1976, p. 255.

¹³². Sobre isto são importantes os estudos de: FRIEIRO, Eduardo. *O diabo na livreria do cônego*. 2. ed. rev. e aum. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981; LEITE, Paulo Gomes. A propagação do Iluminismo em Minas Gerais. *Revista Minas Gerais*, Belo Horizonte, n. 14, p. 24-26, 1989; Idem. Revolução e heresia na biblioteca de um advogado de Mariana. *Acervo: Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1/2, p. 153-166, 1995; Idem. A Inconfidência Mineira e a ideologia política do Iluminismo. Partes I e II. *Revista Minas Gerais*, Belo Horizonte, n. 19, p. 6-9; n. 20, p. 6-9, 1989; IGLÉSIAS, Francisco. Raízes ideológicas da Inconfidência Mineira. *Acervo: Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 7-13, 1989; VILLALTA, Luiz Carlos. As origens intelectuais e políticas da Inconfidência Mineira. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Org.). *História de Minas Gerais: as Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007. v. 2, p. 579-607; Idem. O diabo na livreria dos inconfidentes. In: NOVAES, Adauto (Org.). *Tempo e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 367-395; Idem. *Uso do livro no mundo luso-brasileiro sob as Luzes: reformas, censura e contestações*. 2. ed. Belo Horizonte: Fino Trato, 2015; RODRIGUES, André Figueiredo. *O clero e a Conjuração Mineira*, op. cit.; Idem. Sequestro de bens dos participantes da Inconfidência Mineira como fonte de pesquisa para a história do livro e das bibliotecas (1789). *História*, São Paulo, v. 36, e. 35, p. 1-30, 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1980-436920170000000035>>.

¹³³. Em reunião ocorrida na casa do tenente-coronel Francisco de Paula Freire de Andrada, em 26 de dezembro de 1788, na qual o alferes Tiradentes esteve presente, o anfitrião comentou que o abade Raynal era um escritor de “grandes vistas; porque prognosticou o levantamento da América Setentrional, e que a Capitania de Minas Gerais com o lançamento do tributo da derrama estaria agora nas mesmas circunstâncias”. In: Auto de perguntas ao tenente-coronel Francisco de Paula Freire de Andrada. 1ª inquirição, Fortaleza da Ilha das Cobras, Rio de Janeiro, 16/11/1789. In: AUTOS de Devassa da Inconfidência Mineira. op. cit., v. 5, 1982, p. 173.

deve ser exercido por uma elite de homens cultos, segundo preconiza no livro *A revolução na América*.¹³⁴

Com a divulgação de ideias insurgentes, a população conscientizava-se e passava a extrair de sua realidade política e econômica os estímulos necessários à elaboração de um movimento revolucionário. Aspirações, estas, que levaram os conspiradores mineiros a compreender e a detestar a tirania colonial portuguesa, na sua maneira brutal e arbitrária de governar e sua ganância sem limites para explorar as riquezas americanas.¹³⁵

Sobre isto, é de Tiradentes a fala transcrita em seu quarto depoimento à devassa:

Que esta terra se fizesse uma república e ficasse livre dos governos, que só vêm cá ensopar-se em riquezas de três em três anos, e quando eles são desinteressados, sempre têm uns criados, que são uns ladrões, e que as potências estrangeiras se admiravam de que a América portuguesa se não subtraísse da sujeição de Portugal.¹³⁶

Tiradentes, defensor fervoroso de que se podia criar em Minas Gerais uma república melhor e mais próspera do que a dos norte-americanos, dizia que isto seria possível por sermos mais bem dotados pela natureza e porque nossos recursos naturais eram de imensa riqueza.¹³⁷ Destemido, o alferes andava pelos caminhos, tabernas ou em reuniões cotidianas sem pretensões maiores do que a conversa a dizer para quem quisesse ouvir – em frase famosa lhe atribuída: “Se todos quisermos, poderemos fazer deste país uma grande nação”.¹³⁸

¹³⁴. Especificamente sobre a influência das ideias do abade Raynal na Inconfidência Mineira, consultar: VENTURA, Roberto. Leituras de Raynal e a Ilustração na América Latina. *Revista de Estudos Avançados*, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 40-51, 1998; e a bibliografia referenciada na nota de rodapé nº 103. Além destes, em artigo recente, Júnia Furtado e Nuno Monteiro comparam e analisam a parte sobre o Brasil na *História das duas Índias* nas edições de 1770, 1774 e 1780, que circularam no Brasil, confrontando as ideias difundidas pela historiografia corrente sobre esta que foi a obra setecentista mais lida à época, com os juízos que, nas suas várias edições, vão surgindo acerca da América portuguesa. Conferir: FURTADO, Júnia Ferreira; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Os Brasis na ‘Histoire des Deux Indes’ do abade Raynal. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 32, n. 60, p. 731-777, 2016.

¹³⁵. RODRIGUES, André Figueiredo. *O clero e a Conjuração Mineira*, op. cit., p. 143; RIBEIRO, Darcy. op. cit., p. 9.

¹³⁶. Auto de perguntas ao alferes Joaquim José da Silva Xavier. 4ª inquirição. Fortaleza da Ilha das Cobras, Rio de Janeiro, 18/01/1790. In: AUTOS de Devassa da Inconfidência Mineira. op. cit., v. 5, 1982, p. 33.

¹³⁷. RIBEIRO, Darcy. op. cit., p. 11.

¹³⁸. Apud. Ibidem, p. 11.

Em depoimento aos juízes da devassa, o tenente João Antônio de Melo contou que o alferes Tiradentes o doutrinaava afirmando:

Este país de Minas Gerais era riquíssimo, mas tudo quanto produzia levavam para fora sem nele ficar cousa alguma de tanto ouro que nele se extrai; que os quintos não deviam também sair; e que os ofícios se deviam dar aos filhos destas Minas para dotes de suas filhas e sustentação de seus familiares. Que havia pouco se tenha despedido deste País um General carregado de dinheiro e que aí vinha outro fazer o mesmo.¹³⁹

Após ser preso, em 10 de maio de 1789, na cidade do Rio de Janeiro, Tiradentes, de início, negou sua participação em qualquer proposta de um levante. Após sete meses e meio, incomunicável, depois do terceiro interrogatório a que foi submetido, até ser retirado da cela para o quarto depoimento, em 18 de janeiro de 1790, admitiu tudo o que os seus inquiridores já sabiam, cuidando sempre para não denunciar ninguém. Neste depoimento teria dito:

que ele até agora negou por querer encobrir a sua culpa, e não querer perder ninguém; porém que à vista das fortíssimas instâncias com que se vê atacado, e a que não poder responder corretamente senão faltando clara, e conhecidamente à verdade, se resolve a dizê-la, como ela é: que é verdade, que se premeditava o levante, que ele Respondente confessa ter sido quem ideou tudo, sem que nenhuma outra pessoa o movesse, nem lhe inspirasse coisa alguma, e que tendo projetado o dito levante, o que fizera desesperado, por ter sido preterido quatro vezes.¹⁴⁰

Em seu depoimento, afirmou que nenhuma pessoa o tinha inspirado ou influenciado em suas ações e que as suas atitudes em favor de um movimento de contestação à ordem vigente se justificavam por estar insatisfeito por não ter sido promovido na carreira militar. Com esta atitude procurou diminuir a magnitude da Inconfidência Mineira e tornar menor a culpa dos demais participantes.

¹³⁹. Formação de culpa (II) – Minas Gerais: inquirição da testemunha João Antônio de Melo. Casa do desembargador Pedro José Araújo de Saldanha, Vila Rica, 27/07/1789. In: AUTOS de Devassa da Inconfidência Mineira. op. cit., v. 1, 1976, p. 183.

¹⁴⁰. Auto de perguntas ao alferes Joaquim José da Silva Xavier. 4ª inquirição. Fortaleza da Ilha das Cobras, Rio de Janeiro, 18/01/1790. In: AUTOS de Devassa da Inconfidência Mineira. op. cit., v. 5, 1982, p. 31-32.

Por confessar e assumir “sozinho” o crime de levantar-se contra a Coroa portuguesa, enquanto os demais sediciosos negavam qualquer participação para se livrarem da culpa, imputando-lhe o ato de rebelião; Tiradentes demonstrou, segundo Márcio Jardim, “um propósito determinado de permanecer com a maior parte da culpa, se não toda ela, livrando continuanda e seguidamente seus colegas”. Este ato “se não conseguiu furtá-los à condenação, não foi por culpa sua”.¹⁴¹ Indiretamente, portanto, tornou-se o “cabeça do motim”.¹⁴²

No final do processo, após a leitura de uma carta de clemência escrita pela rainha dona Maria I, a sentença foi proclamada e apenas Tiradentes condenado à morte na forca. Sua cabeça seria cortada e espetada no mais alto poste da praça central de Vila Rica (atual cidade de Ouro Preto). O corpo seria esquartejado e suas partes expostas no caminho entre o Rio de Janeiro e Minas Gerais, nos principais lugares onde havia conversado sobre a premeditada revolta. Também sua casa, em Vila Rica, seria destruída e o terreno salgado, erguendo-se no local um padrão de infâmia. E seus descendentes até os netos passariam a ser considerados sem honra.¹⁴³

O cumprimento da sentença iniciou-se na manhã ensolarada de 21 de abril de 1792. “A cidade do Rio de Janeiro acordou com o badalar dos sinos das igrejas, com os toques das cornetas dos militares e com o desfilar das tropas reais pelas suas ruas.”¹⁴⁴ Todos se encaminharam para o campo de São Domingos para assistir ao espetáculo: a execução de Tiradentes na forca.

O enforcamento foi rápido e a sentença cumprida rigorosamente. De acordo com Joaci Pereira Furtado, ao dividir o corpo de Tiradentes,

¹⁴¹. JARDIM, Márcio. op. cit., p. 404.

¹⁴². A expressão “cabeça do motim” é corriqueira entre os juízes da devassa ao referirem-se ao alferes Tiradentes como sendo o “líder” do movimento insurreto de 1789

¹⁴³. Na sentença lê-se: “Justiça que a Rainha Nossa Senhora manda fazer a este infame réu Joaquim José da Silva Xavier, pelo horroroso crime de rebelião e alta traição de que se constitui chefe e cabeça, na Capitania de Minas Gerais, com a mais escandalosa temeridade contra a real soberania, e suprema autoridade da nossa Senhora que Deus guarde. Mande que, com barão e pregão, seja levado pelas ruas públicas desta cidade ao lugar da forca, e nela morra morte natural para sempre, e que separada a cabeça do corpo seja levada a Vila Rica, onde será conservada em poste alto junto ao lugar da sua habitação, até que o tempo a consuma; que a casa da sua habitação seja arrasada e salgada, e no meio de suas ruínas levantado um padrão em que se conserve para a posteridade a memória de tão abominável réu e delito, e ficando infame para seus filhos e netos, lhe sejam confiscados seus bens para a Coroa e Câmara Real. Rio de Janeiro, 21 de abril de 1792.” In: Mandado para execução da pena contra Joaquim José da Silva Xavier, Rio de Janeiro, 21/04/1792. In: AUTOS de Devassa da Inconfidência Mineira. op. cit., v. 7, 1982, p. 282.

¹⁴⁴. RODRIGUES, André Figueiredo. *O clero e a Conjuração Mineira*, op. cit., p. 127.

a Coroa não desejava apenas assustar as pessoas com a imagem terrível de um cadáver retalhado, ameaçando a todos os que ousassem pensar em rebelião. Mas que isto, o poder absoluto da rainha castigava o corpo de Tiradentes com aquilo que o próprio inconfidente teria pretendido fazer com o corpo do Estado: dividi-lo. Quer dizer, por meio do esquartejamento, demonstrava-se no próprio cadáver do alferes o quanto era terrível tentar separar um dos membros do Estado português (a colônia) de sua cabeça (a metrópole).

Não foi acaso, também, que o governo português expôs a cabeça de Tiradentes em Vila Rica, então capital de Minas e lugar onde nascera a idéia da revolta. Com isso demonstrava-se o destino das cabeças que se atrevessem a pensar contrariamente à principal cabeça do reino: a de Sua Majestade.¹⁴⁵

Embora a morte de Tiradentes tenha horrorizado a população das capitais das capitanias do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, a Inconfidência Mineira e o seu enforcado ficaram praticamente esquecidos até meados do século XIX, quando a Inconfidência e alguns de seus envolvidos – notadamente os poetas Tomás Antônio Gonzaga, Cláudio Manuel da Costa e Alvarenga Peixoto e o alferes Tiradentes – começam a ser recuperados pela literatura e, depois, pela história, por exemplo.¹⁴⁶

¹⁴⁵. FURTADO, Joaci Pereira. *Inconfidência Mineira: um espetáculo no escuro (1788-1792)*. São Paulo: Moderna, 1998, p. 59.

¹⁴⁶. A literatura brasileira começou a se ocupar da Inconfidência ou de seus personagens antes que a história o fizesse. As mais significativas obras literárias são: SOUZA, Antonio Gonsalves Teixeira e. *Gonzaga ou a Conjuração do Tira-Dentes*. Rio de Janeiro: Typhographia de Teixeira, 1848; e GUIMARÃES, Bernardo. A cabeça do Tiradentes. In: *História e tradições da província de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Garnier, 1872. Para o século XX, temos: ROSOLIA, Orestes. *Marília, a noiva da Inconfidência: romance historico*. São Paulo: Edições Unitas, 1933; MEIRELES, Cecília. *Romanceiro da Inconfidência*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1953; ALENCAR, Gilberto de. *Tal dia é o batizado* (o romance de Tiradentes). Belo Horizonte: Itatiaia, 1959; QUEIROZ, Maria José de. *Joaquina, filha do Tiradentes*. São Paulo: Marco Zero, 1986; e MOURÃO, Rui. *Boca de chafariz*. Belo Horizonte: Vila Rica, 1991.

Tiradentes no panteão da pátria

Para a história do Brasil, a Inconfidência Mineira e Tiradentes somente foram recuperados com o início da campanha republicana, na década de 1870.

Com a Proclamação da República, dissiparam-se os últimos sinais da presença portuguesa no governo do Brasil e personagens que se vinculavam a acontecimentos regionais de um passado subversivo, como Felipe dos Santos (Minas Gerais – Revolta de Vila Rica, 1720), frei Caneca (Pernambuco – Revolução Pernambucana, 1817) e Tiradentes, por exemplo, foram perdendo o estatuto de conspiradores e inimigos da pátria, e passaram a ser reabilitados, gradativamente, até o ponto de sua construção mítica como heróis republicanos.¹⁴⁷ Especificamente no caso do movimento mineiro, os republicanos, apoiados na certeza de que a sedição de 1788-1789 havia tido um caráter republicano, ascenderam o alferes Joaquim José da Silva Xavier ao panteão da pátria.¹⁴⁸

Em vista disto, no ano seguinte à Proclamação da República e para dar concretude ao regime político implantado no Brasil, em 1890, o alferes Tiradentes foi declarado herói da Independência e da República do Brasil. Desde então, diversos monumentos e representações pictográficas de sua “provável” imagem foram elaborados em sua homenagem.

Este processo, que não apareceu sozinho no início da República, buscava legitimar o sistema de governo surgido no dia 15 de novembro de 1889, com a derrocada da Monarquia. Neste cenário e no que se reverte como uma batalha por símbolos que justificassem apagar os vestígios da presença portuguesa no governo do Brasil, alteraram-se nomes e sinais representativos do período anterior, como o termo “corte”, referência ao monárquico Rio de Janeiro, foi trocado, por decreto, por “capital federal”. O largo do Paço passou a se chamar 15 de Novembro e a Estrada de Ferro Pedro II foi batizada com o nome de Central do Brasil. Uma nova lista de festas nacionais passou a substituir antigas datas do calendário imperial, como o dia 1º de janeiro que celebraria a “fraternidade universal”, o 13 de maio, “a fraternidade

¹⁴⁷. SALGUEIRO, Valéria. op. cit., p. 8.

¹⁴⁸. ANASTASIA, Carla. Os temas da liberdade e da república na Inconfidência Mineira. In: MINAS GERAIS. Secretaria de Estado da Educação. *Tiradentes: o herói que inventou a pátria*. Belo Horizonte, 1999, p. 20.

dos brasileiros”, o 14 de julho, “a República”, e o 21 de abril “os precursores”.¹⁴⁹ Neste último caso, tratava-se de consagrar a figura de Tiradentes como o mártir da pátria, ou aquele que morrera para defender os interesses da América portuguesa contra a opressão de Portugal.

Na República, muitos governantes utilizaram-se da imagem e do nome do alferes Tiradentes para dizer que, tal como ele, também defendiam a liberdade e os interesses do povo brasileiro, na feliz representação de que o inconfidente morreu pela liberdade do Brasil.¹⁵⁰

Na construção de sua memória, os republicanos negligenciaram a face cívica do herói, em detrimento da construção religiosa de sua imagem. As obras que tiveram como tema a Inconfidência Mineira, publicadas a partir da Proclamação da República, pautaram-se, sobretudo, nas narrativas do frei José Carlos de Jesus Maria do Desterro e do frei Raimundo da Anunciação Penaforte que “ênfatizaram a figura do réu enforcado, passivo, humilde”.¹⁵¹ A isto se soma a sua intensa religiosidade – marca que o ajudou a ser considerado o Cristo brasileiro –, que permitiu a ele ser admirado por todos.

Antes de sua morte, “Tiradentes penitenciou-se, morrendo com o coração aberto, sem rancor e ódio contra aqueles que o traíram. Alegrou-se com sua condenação em detrimento com a dos demais.” Sua felicidade estava “na generosidade e no sacrifício como proclama os ideais cristãos”.¹⁵²

Saindo do cárcere, na manhã do dia 21 de abril, durante o caminhar rumo ao local de seu flagelo, Tiradentes passou por filas de soldados, sendo seguido por muitas “pessoas curiosas e por aqueles que sentiam a sua dor”. Frei José Carlos Maria do Desterro, que o acompanhou até o cadafalso, em cumprimento a sentença condenatória, relatou sua austeridade diante da morte anunciada, que recebera com “ânimo sereno”. No caminho até o patíbulo, atos de extrema religiosidade ali aparecem e comovem a todos, como sua marcha sem tirar os olhos de um crucifixo

¹⁴⁹. SCHWARCZ, Lília M.; STARLING, Heloisa M. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 318.

¹⁵⁰. FURTADO, Joaci Pereira. op. cit., p. 60-61.

¹⁵¹. ANASTASIA, Carla. op. cit., p. 20-21.

¹⁵². RODRIGUES, André Figueiredo. *O clero e a Conjuração Mineira*, op. cit., p. 130.

que carregava nas mãos, deixando-o de olhá-lo apenas duas vezes, quando elevou os olhos ao céu.¹⁵³ Sobre este episódio, o dito frei José Carlos escreveu:

Quando se tratava com ele de oferecer a morte como sacrifício a Deus, apressava-se e era necessário detê-lo; quando se lhe dizia que aquele era o tempo precioso e os bons instantes necessários para amar a Deus, detinha-se e nisto se empregava.¹⁵⁴

A maior descrição de sua religiosidade, de acordo com André Figueiredo Rodrigues, apareceu nas discussões a respeito da Trindade.¹⁵⁵ Sobre isto, frei José Carlos afirmou: “Confessando o mistério inefável da Trindade, transportava-se; e aproximando-se da força, pediu que só dele lhe falasse”.¹⁵⁶ Já em frei Raimundo Penaforte esta questão aparece assim descrita:

Causava admiração a constância do réu e, muito mais, a viva devoção que tinha aos grandes mistérios da Trindade e da Encarnação, de sorte que, falando-lhe nestes mistérios, se lhe divisavam as faces abrasadas e as expressões eram cheias de unção – o que fez com que seu diretor não lhe dissesse nada mais senão repetir com ele o símbolo de Santo Atanásio.¹⁵⁷

Dentre os planos atribuídos aos inconfidentes, o único imputado ao alferes está à criação da bandeira. Pelo que se depreende dos depoimentos à devassa, a bandeira deveria conter um tríplice triângulo, que significaria a Santíssima Trindade.¹⁵⁸

¹⁵³. Ibidem, p. 127.

¹⁵⁴. DESTERRO, José Carlos de Jesus Maria do. Memória do êxito que teve a Conjuração de Minas e dos fatos relativos a ela acontecidos nesta cidade do Rio de Janeiro desde 17 até 26 de abril de 1792. In: AUTOS de Devassa da Inconfidência Mineira. op. cit., v. 9, 1977, p. 108.

¹⁵⁵. RODRIGUES, André Figueiredo. *O clero e a Conjuração Mineira*, op. cit., p. 129.

¹⁵⁶. DESTERRO, José Carlos de Jesus Maria do. op. cit. In: AUTOS de Devassa da Inconfidência Mineira. op. cit., v. 9, 1977, p. 108.

¹⁵⁷. PENAFORTE, Raimundo da Anunciação. Últimos momentos dos Inconfidentes de 1789, pelo frade que os assistiu em confissão. In: AUTOS de Devassa da Inconfidência Mineira. op. cit., v. 9, 1977, p. 173-174.

¹⁵⁸. Em seu segundo depoimento aos juízes da devassa, Alvarenga Peixoto assim se expressou: “se falou em umas bandeiras que o Alferes Joaquim José da Silva Xavier tinha ideado para servirem na nova premeditada República, que eram três triângulos enlaçados em comemorações da Santíssima Trindade”. In: Auto de perguntas ao coronel Inácio José de Alvarenga Peixoto. 2ª inquirição. Fortaleza da Ilha das Cobras, Rio de Janeiro, 14/01/1790. In: AUTOS de Devassa da Inconfidência Mineira. op. cit., v. 5, 1982, p. 122.

Ainda de acordo com André Figueiredo Rodrigues, no sequestro dos bens apreendidos ao alferes Tiradentes não se encontra qualquer objeto religioso, como imagens sacras ou quadros com figuras de papas ou de santos, entre seus pertences; demonstrando que, para ele, a religião era intimista, representada através dos atos que transmitia no dia a dia e não através de objetos físicos de culto.¹⁵⁹

A sacralidade que permitiu a construção do mito Tiradentes fez com que sua figura fosse construída e se tornasse muito parecida à simbologia religiosa da “imagem” de Jesus Cristo. Por ser o Brasil um país cristão, a proximidade da associação de sua representação plástica a de Jesus Cristo tornou sua aceitação mais favorável, familiar e próxima do povo.¹⁶⁰

O sentimento popular, fortemente marcado pela religiosidade cristã, permitiu a todos os brasileiros identificar-se com a figura de Tiradentes, já que a construção que lhe impuseram proporcionou a todos se reconhecer com a

unidade mística dos cidadãos, o sentimento de participação, de união em torno de um ideal, fosse ele a liberdade, a independência ou a república. Era o totem cívico. Não antagonizava ninguém, não dividia as pessoas e as classes sociais, não dividia o país, não separava o presente do passado nem do futuro. Pelo contrário, ligava a república à independência e a projetava para o ideal de crescente liberdade futura.¹⁶¹

A religiosidade de Tiradentes ajudou na sua construção como protomártir da República, transformando-o em um dos pilares da nação. Tão logo a República foi proclamada, lembremos que em 1890, como escrito no princípio deste capítulo, o alferes Joaquim José recebeu sanção oficial para que a data de seu suplício na forca, o 21 de abril, fosse transformada em feriado nacional. Este ato dá início ao seu processo de institucionalização ao patamar de herói, ao panteão da pátria.

¹⁵⁹. RODRIGUES, André Figueiredo. *O clero e a Conjuração Mineira*, op. cit., p. 130.

¹⁶⁰. CARVALHO, José Murilo de. op. cit., p. 64-67.

¹⁶¹. Ibidem, p. 68.

O culto de Tiradentes como herói em Minas Gerais

Em Minas Gerais, o alferes Tiradentes foi reconhecido como herói muito antes que outras regiões e mesmo o Estado nacional o reconhecessem como um dos homens importantes da nação.

Praticamente uma década após o processo de nossa emancipação dos laços coloniais de Portugal, o Conselho Geral da Província de Minas Gerais, em 3 de fevereiro de 1832, propôs uma lei ordenando a restituição dos bens apreendidos aos inconfidentes. No documento lê-se que

considerando que por um ato arbitrário do antigo governo despótico foram confiscado os bens de alguns mineiros assaz patriotas, pelo suposto crime de inconfidência, cujos bens foram arrecadados e ainda se arrecadam pela Fazenda Pública da Província; e considerando, outrossim, que a razão e a justiça indicam a necessidade de se restituírem tais bens aos herdeiros daqueles supostos inconfidentes.¹⁶²

Após a restituição dos bens ainda existentes às famílias dos sediciosos mineiros, expressiva homenagem ocorrerá em 1866, quando Joaquim Saldanha Marinho, presidente da província de Minas Gerais, mandou erguer a memória dos sediciosos um monumento em Ouro Preto.¹⁶³ (Figuras 3 e 4)

A Coluna Saldanha Marinho foi a primeira homenagem pública a memória dos inconfidentes de 1789. Inicialmente localizada na então Praça da Independência, depois Praça Tiradentes, o monumento permaneceu único na cidade até 1894, quando foi inaugurada a atual estátua de Tiradentes, no centro da praça que leva seu nome em Ouro Preto. A coluna, então, foi retirada do local poucos dias antes da inauguração da nova estátua e recolhida nas dependências da Câmara Municipal, tendo lá ficado muitos anos. Por ocasião do aniversário dos cinquenta anos da cidade de Belo Horizonte, em 1947, o padrão foi trasladado e exposto ao público, a partir daquela data, no Museu Histórico. Apenas em 1980, o então prefeito de Ouro Preto, Antônio Caram, solicitou e obteve o retorno da coluna a antiga cidade de Vila

¹⁶². CONSELHO Geral da Província de Minas Gerais. Proposta de lei ordenando a restituição dos bens seqüestrados aos Inconfidentes. Ouro Preto, 03/02/1832. In: AUTOS de Devassa da Inconfidência Mineira. op. cit., v. 9, 1977, p. 439.

¹⁶³. CARVALHO, José Murilo de. op. cit., p. 57.

Rica. Atualmente o totem encontra-se fixado na Praça da Estação ou Praça Cesário Alvim.¹⁶⁴ (Figura 3)

FIGURA 3

Coluna Saldanha Marinho
(na atual Praça da Estação)



FIGURA 4

Coluna Saldanha Marinho
(em foto de 1890, na Praça da Independência, atual Praça Tiradentes)



Fonte: Praça Tiradentes. Ouro Preto, 1890. Disponível em: <<https://teoriadoespacourbano.wordpress.com>>.

Em 25 de setembro de 1891, o governo de Minas Gerais, por intermédio da Lei nº 3, mandou erguer um monumento específico a Tiradentes no “coração” da cidade de Ouro Preto. Sua pedra inaugural foi lançada em 21 de abril de 1892 e sua inauguração ocorreu no dia 21 de abril de 1894. No topo da coluna consta uma estátua de bronze, confeccionada pelo escultor italiano Virgílio Cestari, tendo por representação o herói em posição de pé, voltando-se de frente para a serra do Itacolomi e a antiga Casa de Câmara e Cadeia, atual Museu da Inconfidência, e de costas para o Palácio dos Governadores, onde hoje funciona o Museu de Mineralogia da Universidade Federal do Ouro Preto. (Figuras 5 e 6)

O grandioso pedestal de granito, observado na Figura 5, com seus 19 metros de altura, traz incrustado os seguintes dizeres:

¹⁶⁴. ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL DE OURO PRETO. *A Inconfidência Mineira – homens e monumentos*. 18 abr. 2012. Disponível em: <<http://arquivopublicoop.blogspot.com.br/2012/04/inconfidencia-mineira-herois-e.html>>.

Na face da frente: um triângulo cercado pelas palavras 'Libertas quae sera tamen' [Liberdade ainda que tardia], tendo ao centro uma palma e a frase: 'Ao protomártir da liberdade nacional, Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes.' Na face direita: 'Aqui, em poste de ignorância, esteve exposta sua cabeça'. Na face posterior: '21 de abril de 1792 – 21 de abril de 1892'. Na face esquerda: '7 de setembro de 1822 – 7 de abril de 1831 – 15 de novembro de 1889 – 15 de junho de 1891' – Mandado erigir pelo 1º Congresso do Estado de Minas Gerais – Lei nº 3, de 25 de setembro de 1891.¹⁶⁵

FIGURA 5

Monumento a Tiradentes em Ouro Preto



Fotografia: André Figueiredo Rodrigues.

¹⁶⁵. VIEIRA, José Crux Rodrigues. op. cit., v. 1, n. 589, p. 363.

FIGURA 6

**Detalhe da Estátua de Tiradentes no Monumento
em sua homenagem em Ouro Preto**



Fotografia: André Figueiredo Rodrigues.

A partir de então, demonstrações públicas em apreço ao herói da Inconfidência começaram a se propagar por todos os lados. De lá para cá surgiram um sem número de monumentos em sua homenagem.

O culto cívico de Tiradentes

As maneiras de se apropriar e de representar os inconfidentes na história brasileira se deram no curso do século XIX até atingir um modo mais eficaz no século XX. Todavia, há, no mínimo, duas tendências ou interpretações historiográficas acerca dos sediciosos mineiros: uma delas aponta que sua apropriação e utilização simbólica já ocorriam durante o período monárquico, enquanto que outra estabelece que tais manejos concernentes às imagens inconfidentes somente ocorreram com o advento da República.

Não é incomum de se ler e ouvir que o uso referente à imagem dos conjurados mineiros, mas especialmente da de Tiradentes, ocorreu com a ascensão do regime republicano. De fato, foi a partir deste sistema político, implantado no Brasil a partir da derrubada do gabinete Ouro Preto e do imperador dom Pedro II, em 15 de novembro de 1889, que Tiradentes foi alçado à categoria de herói do panteão nacional. Contudo, esta história não se inicia nesse momento, mas em período anterior.

Historicamente e até a atualidade, o senso comum vê a Inconfidência Mineira como um movimento em prol da independência política do Brasil. Porém, esse equívoco, do ponto de vista historiográfico, poderia ser justificado por uma longa tradição relacionada ao movimento mineiro ser considerado o predecessor da Independência, em 1822. Mas, para que essa tradição fosse se consolidando no imaginário popular, muitas obras e diversas áreas do conhecimento, como a literatura, o teatro, a pintura, a imprensa e a história, por exemplo, tiveram lugar a partir do século XIX (vide, por exemplo, a nota de rodapé nº 119). Entretanto, é preciso ressaltar que não eram todas as publicações relativas aos inconfidentes que os tratavam como os precursores da Independência.

É interessante pontuar que, de acordo com Márcio de Vasconcellos Serelle, houve obras relacionadas à Inconfidência que saíram a lume ainda no século XVIII, sendo que a primeira delas foi a elaboração do livro *Marília de Dirceu*, do magistrado e poeta inconfidente Tomás Antônio Gonzaga. Boa parte dele foi escrito enquanto o autor estava preso, e foi o primeiro livro cujo tema versava sobre o movimento intentado nas Minas Gerais em 1788-1789. A obra foi editada em Lisboa, em 1792,

porém, seu ordenamento não foi feito por Gonzaga, mas, sim, pela editora. No Brasil, o exemplar tardou em chegar e foi publicado somente em 1810.¹⁶⁶

Os primeiros autores a escreverem sobre a Inconfidência foram George Staunton (1781-1859),¹⁶⁷ Robert Southey (1774-1843)¹⁶⁸ e Francisco Adolfo Varnhagem (1816-1878).¹⁶⁹ E apesar do tempo recuado em que foram escritas, tais obras foram consideradas por Márcio Serelle como mais relacionadas ao gênero histórico que a qualquer outro. No entanto, a Inconfidência Mineira teria sido bem mais retratada pela literatura do que pela história ao longo do Oitocentos. Deste modo, ele indica que muitos literatos abordaram o movimento de 1788-1789 durante o século XIX, e dentre os de maior destaque, ressalta três: Antônio Gonçalves Teixeira e Sousa (1812-1861), Bernardo Guimarães (1825-1884) e Antônio de Castro Alves (1847-1871). Ainda assim, o primeiro a escrever sobre os conjurados mineiros foi o fluminense Teixeira e Sousa, representante do Romantismo e cuja obra foi intitulada *Gonzaga ou a revolução do Tiradentes*, que saiu em duas edições, em 1848 e em 1851.¹⁷⁰

¹⁶⁶. SERELLE, Márcio de Vasconcellos. op. cit., p. 63-65.

¹⁶⁷. George Staunton, então secretário da comitiva do primeiro embaixador inglês na China, conde Macartney, quando esteve no Rio de Janeiro em 1792, presenciou o espírito de agitação e irritação da população com as medidas impostas aos inconfidentes. Em 1797 publicou *An authentic account of an embassy from the king of Great Britain to the emperor of China* ("Narrativa autêntica de uma embaixada do rei da Grã-Bretanha ao imperador da China"). "Os registros de Staunton foram reproduzidos por Cavendish Pelhan em *The world or the present estate of universe* ("O mundo ou a situação atual do universo"), editado em Londres em 1810". In: RODRIGUES, André Figueiredo. *O clero e a Conjuração Mineira*. op. cit., p. 23.

¹⁶⁸. O inglês Robert Southey escreveu a segunda interpretação sobre a Inconfidência. Alicerçando-se na narrativa oficial, cuja base foi obtida pela divulgação de alguns dos papéis constantes no conjunto modernamente intitulado *Autos de Devassa da Inconfidência Mineira*, assim como na versão que naquela época ecoava em Portugal, totalmente contrária ao intento sedicioso, escreveu a nossa primeira história moderna – *História do Brasil*, cuja edição é de 1810 a 1819. A obra, lançada em três tomos (o primeiro de 1810, o segundo de 1817 e o terceiro de 1819), traz menções à Inconfidência apenas no último volume. "Escreveu o livro sem vir ao Brasil, utilizando para isso materiais fornecidos por seu tio, Herbert Hill, que vivera 30 anos em Portugal. Os acontecimentos narrados por Southey balizaram-se como uma crítica às exaltações libertárias intentadas contra a Coroa portuguesa". O capítulo dedicado à Inconfidência foi traduzido e anotado por José de Resende Costa Filho para a Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1846. "Coube a este ex-conjurado corrigir e anotar as pequenas distorções e omissões existentes no texto, como a relação dos nomes dos indiciados e o local de degredo a que ficaram sujeitos." In: Ibidem, p. 27-28.

¹⁶⁹. Francisco Adolfo Varnhagem, com a sua *História geral do Brasil*, editada de 1854 a 1857, procurou, de maneira semelhante à praticada por Robert Southey, desqualificar o movimento de 1788. Em ambos, o que se deduz, de acordo com análise de André Figueiredo Rodrigues da historiografia sobre a Inconfidência Mineira, "é a falta de um exame aprofundado da temática, o que os levou, devido ao seu espírito crítico ter sido forjado em ambiente português, a direcionar-se para o lado lusitano, ou seja, as suas óticas de análises estiveram do lado do colonizador." In: Ibidem, p. 29-30.

¹⁷⁰. SERELLE, Márcio de Vasconcellos. op. cit., p. 97-100.

De acordo com Márcio Serelle, foi com a literatura que se cunhou, pela primeira vez, a referência de Tiradentes com a imagem e com o martírio de Jesus Cristo. Isso teria se dado a partir da obra *Gonzaga ou a revolução de Minas*, de Castro Alves, que dedicara um título ao “Cristo da multidão”.¹⁷¹

No entanto, as primeiras associações entre Tiradentes e a história bíblica ocorreram já no século XVIII, por meio do texto *Memória do êxito que teve a conjuração de Minas e dos fatos relativos a ela acontecidos nesta cidade do Rio de Janeiro, desde o dia 17 até 26 de abril de 1792*, de José Carlos de Jesus Maria do Desterro; bem como na obra escrita pelo frei Raimundo de Penaforte, *Últimos momentos dos inconfidentes de 1789 pelo frade que os assistiu de confissão*; já referenciadas no primeiro item deste capítulo.

Vê-se em José Murilo de Carvalho, que o caráter religioso adotado por Tiradentes durante o préstito que o conduziu ao cadafalso, assim como suas atitudes pias que teve perante o carrasco, serviram, ulteriormente, para seu conagração como um herói identificado com a população brasileira. As atitudes beatas do mártir teriam sido nele incutidas, em decorrência do longo período em que esteve encarcerado e pela atuação dos frades franciscanos, em especial do frei Raimundo de Penaforte. O viés piedoso e religioso de um mártir proporcionava uma aceitação maior de sua imagem como herói, do que a de concorrentes que, de fato, levaram seus movimentos a efeito, com violência, lutas e mortes.¹⁷²

A partir dessa perspectiva, vê-se que os inconfidentes mineiros tiveram sua história contada e propagada desde o século de sua malograda empresa, não sendo necessário que a alva do século XX chegasse, com a República, para que isso fosse de conhecimento de boa parte dos brasileiros. Mas, a fim de reforçar que os sediciosos já eram bastante conhecidos do público, José Murilo de Carvalho aponta para as dificuldades de um regime sem profundidade histórica e nem participação popular, como foi a República recém-implantada em 1889, em estabelecer um herói que reluzisse no panteão cívico nacional. E a

falta de envolvimento real do povo na implantação do regime leva à tentativa de compensação, por meio da mobilização simbólica. Mas, como a criação de símbolos não é arbitrária, não se faz no vazio social, é aí também que se colocam as maiores dificuldades na

¹⁷¹. SERELLE, Márcio de Vasconcellos. op. cit., p. 198-199.

¹⁷². CARVALHO, José Murilo de. op. cit., p. 55-73.

construção do panteão cívico. Herói que se preze tem de ter, de algum modo, a cara da nação. Tem de responder a alguma necessidade ou aspiração coletiva, refletir algum tipo de personalidade ou de comportamento que corresponda a um modelo coletivamente valorizado.¹⁷³

Carvalho informa que por ser o golpe republicano um movimento imposto de cima para baixo, na qual a participação popular foi extremamente diminuta, inclusive na posterior Proclamação, feita por José do Patrocínio na Câmara do Rio de Janeiro, o novo regime carecia de figuras fortes e potenciais para serem alçadas à dignidade de heróis nacionais. Candidatos vinculados ao movimento que depôs a monarquia não faltavam, como os de Benjamin Constant, Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto; além de nomes como almirante Tamandaré, general Osório e duque de Caxias, militares de prestígio e que foram heróis na guerra da Tríplice Aliança – composta por Argentina, Brasil e Uruguai – contra o Paraguai. Entretanto, apesar da envergadura destes três últimos, a guerra ocorrera décadas atrás, e o governo republicano necessitava de heróis de momento, a fim de legitimar o novo regime.¹⁷⁴

Não obstante e apesar Benjamin Constant contar com apoio de grande parte dos membros das escolas militares e de parte do oficialato do Exército, era um nome de pouco ou nenhum apelo popular, basicamente só acorde entre os positivistas. Já Deodoro da Fonseca congregava expressivo apelo entre os militares e tinha certa simpatia popular, porém seu passado fortemente ligado à monarquia, bem como ao monarca, ao qual lembrava fisicamente, não facilitou sua edificação como um herói republicano.¹⁷⁵

Quanto a Floriano Peixoto, era uma figura apagada no raiar da República, mas que ganhou destaque durante o período em que exerceu a presidência do país e ao enfrentar a Revolta da Armada, no Rio de Janeiro, e a Revolta Federalista, no sul do país. Apesar disso, ele passou apenas a despertar admiração de setores radicais republicanos, os jacobinos, embora dividisse os militares (Marinha contra Exército).¹⁷⁶

¹⁷³. Ibidem, p. 55.

¹⁷⁴. Ibidem, p. 55-56.

¹⁷⁵. Ibidem, p. 56.

¹⁷⁶. Ibidem, p. 56-57.

Era necessário, então, que os artífices da República trabalhassem mais arduamente no intuito de encontrarem um candidato mais ápto a herói nacional. Desse modo, os positivistas, que há muito sonhavam e batalhavam pela República, mas que tiveram papel secundário em seu estabelecimento, esmeraram-se e não tiveram muitas dúvidas em recorrer a um velho conhecido dos brasileiros para o posto de herói da pátria.

Assim, como já exposto, por ser a história da Inconfidência Mineira e de alguns de seus participantes já conhecidos e, também, por ser o alferes Tiradentes aquele que expiou com a morte, vítima do governo monárquico português e dos amigos que o traíram e que aceitara com resignação seu próprio sacrifício, tornou-se o perfeito candidato ao posto de herói da República.

Mas desde pelo menos a década de 1860 já encontramos manifestações em que a imagem de Tiradentes é louvada e glorificada. Por exemplo, em 30 de março de 1862, por ocasião da inauguração da estátua equestre de dom Pedro I, primeira escultura pública do Brasil, no centro do Rio de Janeiro, no local onde o alferes havia sido enforcado, houve protestos e distribuição de poemas críticos, o que para José Murilo caracterizou-se como “o primeiro conflito político em torno da figura de Tiradentes”.¹⁷⁷

Silvia Hunold Lara lembra que se pode afirmar que foram os republicanos os responsáveis pela construção da figura mítica do Tiradentes. Segundo ela,

Durante a segunda metade do século XIX, havia uma luta simbólica entre a figura de D. Pedro I e Tiradentes, que revestia a luta entre monarquistas e republicanos. Mesmo após a República, diferentes correntes do movimento republicano reivindicavam para si o culto e o perfil do herói: seria ele um revolucionário antimonarquista, um militar patriota, um precursor da luta antiescravista, um líder de rebelião armada contra o absolutismo, um patriota construtor da nacionalidade?¹⁷⁸

Desta feita, José Murilo demonstra que lentamente, e de maneira especial a partir dos anos 1870, Tiradentes começava a ser visto como portador de um potencial agregador concernente ao regime republicano, em especial pelos

¹⁷⁷. Ibidem, p. 60-61.

¹⁷⁸. LARA, Silvia Hunold. Tiradentes e a nação esquartejada. In: SÃO PAULO (Cidade). Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. *Pátria amada esquartejada*. Coordenação de Júlio Assis Simões e Laura Antunes Maciel. São Paulo, 1992, p. 19-28; p. 22.

positivistas, que passaram a fundar vários clubes, Brasil afora, em homenagem à memória do alferes mineiro. E foi a partir de 1881 que houve a primeira celebração pública atinente ao 21 de abril, que rememorava a morte de Tiradentes no patíbulo, em 21 de abril de 1792.¹⁷⁹

Em 1882, ano em que se completou o 90º aniversário de morte de Joaquim José da Silva Xavier, foi, até então, o período de maior celebrações cívicas ao mártir da Inconfidência (ainda não considerado de todo como herói, muito menos oficialmente). Isso pode ser visto ao longo da dissertação de mestrado de Augusto Henrique Assis Resende, sob o título de *Imprensa e política: os usos simbólicos da Conjuração Mineira em São João del-Rei e Ouro Preto (1877-1889)*, que, em um dos capítulos, analisa o desenrolar de uma comissão que visava a organização dos dias de festejo em homenagem aos conjurados de Minas, mas em especial a Tiradentes, que ocorreria em Ouro Preto. Essa festa cívica, em memória aos inconfidentes, contou com expressiva participação popular, bem como com a presença de autoridades de relevo da província de Minas Gerais e teve, dentre as muitas atividades, peças teatrais, poemas, luminárias e hinos, com destaque para o hino a Tiradentes, composto pelo poeta mineiro Bernardo Guimarães. Assim, para Augusto Resende

O ano de 1882 foi um período ímpar em Minas Gerais devido ao alto relevo dado à Conjuração Mineira, e essencialmente à imagem de Joaquim José da Silva Xavier, pois amplo destaque foi dado a sua memória. Afinal de contas, uma programação completa, com três dias de festas, discursos, conferências, etc. na capital mineira, dias em que a memória inconfidente foi elevada, demonstrava que havia interesse em se recuperar a Inconfidência como um evento de destaque na história nacional. Contudo, o ano seguinte d'A *Provincia de Minas* mostrou que foi tímida a programação de consagração à Conjuração dos mineiros. Aparentemente só se deu destaque a Tiradentes, o mais exaltado dentre os conjurados e, diferentemente de 1882, só se procedeu a uma conferência em tributo de sua imagem.¹⁸⁰

¹⁷⁹. CARVALHO, José Murilo de. op. cit., p. 57.

¹⁸⁰. RESENDE, Augusto Henrique Assis. *Imprensa e política: os usos simbólicos da Conjuração Mineira em São João del-Rei e Ouro Preto (1877-1889)*. Assis, São Paulo, 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, p. 117.

Ademais, e além de representar um valioso elemento às causas do republicanismo brasileiro, Tiradentes também pode ser usado pelos monarquistas que lutavam pela manutenção do regime, o qual começava a enfrentar crises consideráveis e questionamentos internos, em especial após a guerra contra o Paraguai; em decorrência do fortalecimento do Exército enquanto uma instituição hegemônica e nacional; da questão religiosa que envolvia a primazia do Estado sobre a Igreja católica; assim como pelo abolicionismo que crescia a cada ano. Deste modo, valer-se da memória da Inconfidência Mineira, um movimento do centrossul brasileiro, região responsável pela Independência e principal polo político e econômico do Brasil, parecia interessante aos principais baluartes da monarquia nacional.

Principalmente a partir da década de 1870 muitas referências aos conjurados mineiros foram feitas nas páginas dos jornais mineiros. Os envolvidos na Conjuração Mineira eram há muito citados, comentados e representados pela literatura, livros, por alguns ‘clubs’ e em casos isolados pela imprensa ao longo de todo o século XIX. Mas com a criação na Corte do partido Republicano, em dezembro de 1870, houve uma intensificação da apropriação dos conjurados. Em partes isso se dava pelo momento político conturbado que o país atravessava, pois após a guerra contra o Paraguai, a Monarquia foi sensivelmente abalada e passou a sofrer questionamentos cada vez mais fortes.¹⁸¹

A partir daí, figuras como Cláudio Manoel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga, Joaquim José da Silva Xavier e outros, passaram a ser manuseados com a finalidade de serem vistos como os pais da Independência brasileira, em um movimento similar ao dos *founding fathers*, dos Estados Unidos.¹⁸²

Para a República no Brasil também havia “pais fundadores”, como os apresentados acima, vinculados à Proclamação da República, que defendiam, entretanto, concepções republicanas divergentes. Por exemplo, Deodoro da Fonseca preferia uma República militar; Benjamin Constant acreditava na formação de uma República sociocrática (seguindo a concepção de Augusto Comte, de que era seguidor); e Quintino Bocaiúva (1830-1912) expressava interesses em uma República liberal.

¹⁸¹. Ibidem, p. 50.

¹⁸². Sobre os “pais fundadores” nos Estados Unidos, ver: RICHARD, Bernard. *Les emblemes de la République*. Paris: CNRS Éditions, 2012.

Esses três políticos, que defendiam concepções políticas diversas, não estavam aptos a assumir um papel concensual de “pais fundadores”. A personagem Tiradentes, em uma espécie de mito de origem, foi o escolhido para ter a sua imagem canonizada pela República como herói. Na imprensa de Minas Gerais, nos anos de 1870 a 1880, a utilização de sua imagem vislumbrava intenso jogo político pela sua representação. Na época, jornais monarquistas e publicações republicanas combatiam pela imagem de Tiradentes. Os primeiros – os monarquistas – com o intuito de mostrarem um ícone altivo, nacional e alinhado a Independência proclamada por dom Pedro I; enquanto que os segundos – os republicanos – desejavam demonstrar que o alferes era um visionário, um libertário e republicano, que foi assassinado a mando da bisavó do imperador dom Pedro II. Diz Augusto Resende que

Com o fortalecimento dos republicanos crescia também o culto à imagem dos inconfidentes. Mesmo quando ainda eram organizados em alguns clubes ou imersos nas fileiras do partido Liberal, uma prática que foi comum, as pessoas de tendência e inspiração republicana já cultuavam o imaginário inconfidente num vislumbre de um futuro incerto. Para combaterem simbólica e ideologicamente o regime monárquico, os republicanos tinham que se apoiar em figuras com um forte apelo nacional e que proporcionassem a eles a legitimidade para um novo regime, um governo republicano pautado em tradições do passado nacional. (...)

Entretanto, a apropriação relativa aos conjurados mineiros não se restringia aos membros do partido Republicano nem aos simpatizantes da causa da República no Brasil. Os políticos monarquistas, fossem eles conservadores ou liberais, também lançaram mão do simbolismo inconfidente. Isso se tornou evidente nas páginas de alguns dos seus jornais, que podem ser apontados, por vezes, como a voz do partido em determinadas regiões. Assim como pelas páginas da revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que em diversas oportunidades representou algum membro da conjura mineira de 1788-9.¹⁸³

Então, a partir desses embates em torno do imaginário inconfidente, mais intensos em relação a Tiradentes, celebrações à sua memória começaram a ser cada vez mais frequentes na década de 1880, com procissões cívicas, pinturas de quadros, nomeações de lugares de memória, apresentações teatrais, declamações de poemas, livros de história.

¹⁸³. RESENDE, Augusto Henrique Assis. op. cit., p. 50-51.

O certo é que a memória inconfidente estava viva entre parte da população brasileira desde muito antes do advento da República, tendo a literatura, a história e a política, esta conjuntamente com a imprensa, importante papel na constituição desse fenômeno.¹⁸⁴

Encetava-se, assim, um caminhar no sentido de transformar Tiradentes em uma figura nacional, já que era um nome aceito por vários segmentos e aparentemente sem nenhum desafeto.

Dos anos 1880 em diante, tanto monarquistas quanto republicanos procediam a homenagens públicas a Tiradentes, fazendo com que o nome e/ou a alcunha daquele mineiro supliciado ficasse cada vez mais vivo entre os brasileiros de então como o mártir que deveria sempre ser aclamado. Com a chegada do regime republicano e suas dificuldades de institucionalizar um dos seus partícipes como herói nacional, eis que Tiradentes pareceu ser uma figura ideal, visto que congregava sentimentos em torno de liberdade, abnegação, república. Com isso, e com o 21 de abril sendo decretado feriado nacional em 1890, criou-se um culto cívico referente à sua imagem.¹⁸⁵

Um dos facilitadores da assimilação de Tiradentes como herói e figura cultuada nacionalmente está no lado místico-religioso que lhe imputaram. Afinal, ele foi o mártir que assumiu sozinho a culpa por um movimento insurrecional sem que entregasse nenhum de seus companheiros. Além de ter sido membro de um movimento (separatista, pró-independência, o que seja) que por não ter logrado êxito, não provocou mortes; o que, segundo José Murilo de Carvalho, representava uma vantagem aos inconfidentes em relação a outros tantos movimentos potencialmente concorrentes, em termos de heroicidade nacional.¹⁸⁶ Sobre isto, ele nos diz que

Talvez esteja aí um dos principais segredos do êxito de Tiradentes. O fato de não ter a conjuração passado à ação concreta poupo-lhe ter derramado sangue, ter exercido a violência contra outras pessoas, ter criado inimigos. A violência revolucionária permaneceu potencial. Tiradentes era 'o mártir ideal e imaculado na brancura de sua túnica de condenado'. A violência real, dos 'loucos desejos de uma sonhada liberdade', na expressão do autor da *Memória*. Foi vítima não só do governo português e de seus representantes, mas

¹⁸⁴. Ibidem, p. 51.

¹⁸⁵. CARVALHO, José Murilo de. op. cit., p. 55-73.

¹⁸⁶. Ibidem, p. 63-68.

até mesmo de seus amigos Vítima da traição (...). Tudo isso calava profundamente no sentimento popular, marcado pela religiosidade cristã. Na figura de Tiradentes todos podiam identificar-se, ele operava a unidade mística dos cidadãos, o sentimento de participação, de união em torno de um ideal, fosse ele a liberdade, a independência ou a república. Era o totem cívico. Não antagonizava ninguém, não dividia as pessoas e as classes sociais, não dividia o país, não separava o presente do passado nem do futuro. Pelo contrário, ligava a república à independência e a projetava para o ideal de crescente liberdade futura. A liberdade ainda que tardia.¹⁸⁷

O Clube Tiradentes do Rio de Janeiro era o principal promotor do culto a Tiradentes até os primeiros anos da República, mas, com o correr do tempo, o governo federal tomou para si a tarefa relativa ao culto de Tiradentes. Em 1926, a estátua que rememoraria o herói cívico-religioso, adiada desde 1902, foi posta em frente ao Palácio Tiradentes, na capital federal (Figura 2). Nos anos 1930, o governo de Getúlio Vargas promoveu a repatriação dos restos mortais dos conjurados mineiros mortos no exílio africano, encaminhados para o recém-inaugurado Museu da Inconfidência, em Ouro Preto. Durante o Estado Novo, iniciativas governamentais levaram à promoção de peças teatrais em homenagem ao mártir da Inconfidência. E, em 1965, com a Ditadura Civil-Militar, elevou-se Tiradentes ao patamar de patrono cívico da nação.

¹⁸⁷. Ibidem, p. 68.

2

Tiradentes e a numismática: o herói no meio circulante**A numismática como objeto de estudo da história**

Moedas metálicas cunhadas e cédulas de papel-moeda são os objetos principais de estudo da numismática, que também inclui os chamados objetos “monetiformes”, ou seja, que apresentam formas semelhantes às das moedas, como medalhas (condecorações), moedas particulares (confeccionadas para “circular em círculos restritos, como uma fazenda”), jetons (“emitidos por corporações para identificar os seus membros”) e pesos monetários (instrumentos para aferição dos pesos das moedas em circulação).¹⁸⁸

Moedas e cédulas de papel-moeda, ou genericamente denominados apenas pelo termo “moedas”, assim como os selos, podem ser úteis como objetos de estudo da história.¹⁸⁹ No caso aqui analisado, para a história da República no Brasil, a análise de suas representações evocam elementos fundamentais para se compreender o processo de construção da nossa identidade.¹⁹⁰

Como fonte de pesquisa, o selo e o dinheiro são documentos que estão nas mãos das pessoas. São documentos originais e autênticos, encontrados em grande quantidade (emissão de numerosos exemplares), contemporâneos da época e emitidos por autoridade política oficial (que garante o seu peso e valor). Graças a essas características, o pesquisador da história pode, a partir do dinheiro, ter conhecimento de fatos do passado que, por vezes, não teria como fazê-lo de outro

¹⁸⁸. COSTILHES, Alain Jean. *O que é numismática*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 9.

¹⁸⁹. Carlos Carlan e Pedro Paulo Funari informam que na língua portuguesa, o termo “moeda” congrega conceitos distintos, mas que se integram: “um objeto metálico circular, que levamos no porta-moedas, aquilo que, em inglês, se chama de *coin*. Em seguida, indica um valor monetário de um estado ou união monetária, como o dólar, o euro ou o real. Em inglês, neste caso, o termo é *currency*. Por fim, em um nível ainda mais amplo, refere-se ao dinheiro, a um sistema de equivalência geral que serve para medir o preço das coisas, chamado, em inglês, *money*. Os três conceitos não por acaso usam uma mesma palavra em nosso idioma, moeda, pois na origem, (...) havia as moedas metálicas circulares, que serviam de padrão monetário e que eram um equivalente geral para o valor de tudo.” In: CARLAM, Cláudio Umpierre; FUNARI, Pedro Paulo A. *Moedas: a numismática e o estudo da história*. São Paulo: Annablume, 2012, p. 13.

¹⁹⁰. GOMES, Ângela de Castro; KORNIS, Mônica Almeida. Com a história no bolso: moeda e a República no Brasil. SEMINÁRIO INTERNACIONAL “O OUTRO LADO DA MOEDA”, 1., 2001, Rio de Janeiro. *Livro...* Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2002, p. 107-134; p. 107.

modo, principalmente quando a documentação escrita é insuficiente ou inexistente, ou, ainda, para confirmar ou retificar informações provenientes de outras fontes.¹⁹¹

Informam Carlos Carlam e Pedro Paulo Funari, que desde o século XIX a moeda em diócio estudada sob a categoria de mercadoria, como um objeto de uma simples troca econômica, procurando ligá-la a um processo de evolução social observado nas mutações monetárias produzidas em “termos prosaicos de salários”, custo de vida e nos consequentes “comportamentos coletivos de tais preocupações humanas”.¹⁹²

As moedas, até um momento histórico não muito afastado de nosso tempo, eram “os únicos objetos que chegavam de uma maneira uniforme ao público”. Por meio da imagem ali representada, “a mensagem política de um governo era transmitida aos seus governados”. Como até o século XX, parte significativa da população era analfabeta, não se pode subestimar que as imagens presentes nas moedas constituíam-se como um elemento central de sua identificação.¹⁹³

As efígies de soberanos e de “grandes” personagens da história, notadamente política, além de terem um valor artístico, representam a imagem que as autoridades – ao fundo e ao cabo – querem delas mesmo perpetuar. Por vezes, a iconografia, e toda a sua simbologia ali representada, aparece como testemunho do imaginário “político” de um determinado governo, de uma civilização ou de um grupo de mando, podendo o dinheiro apresentar-se como um instrumento de propaganda política (e o selo, por extensão, também se prega a isto). Em nosso caso específico, veremos isto ocorrer com o alferes Tiradentes e com a representação de sua imagem no numerário (e na filatelia).

Cabe ao historiador analisar a produção dos poderes ali existentes, buscando identificar essa produção como uma função do poder político. Quais interesses estão por trás dos desenhos estampados nas moedas?

¹⁹¹. COSTILHES, Alain Jean. op. cit., p. 56-57. Alain Costilhes exemplifica as moedas como “testemunhas” de fatos históricos ao ilustrar acontecimentos desconhecidos que passaram a apenas serem descobertos por se terem encontrado moedas alusivas a isto. Por exemplo, “na época da anarquia militar no Império Romano, no século III da nossa era, houve vários imperadores que ficaram no poder por períodos muito curtos, meses, ou mesmo semanas... Só no ano de 238, cinco deles tiveram morte violenta (assassinados ou mortos em batalhas). Pois bem, só se sabe que um desses, Uranius Antoninus, foi imperador em 253, porque foram encontradas moedas de sua emissão.” In: *Ibidem*, p. 11.

¹⁹². CARLAM, Cláudio Umpierre; FUNARI, Pedro Paulo A. op. cit., p. 59.

¹⁹³. *Ibidem*, p. 60.

As representações de Tiradentes no dinheiro

Em virtude do poder simbólico da imagem de Tiradentes, o governo brasileiro decidiu em dezembro de 1962 utilizar sua “pictografia” na estampa de uma série dedicada aos “grandes” vultos da história nacional nas cédulas de papel-moeda do Cruzeiro, que passou a circular a partir de 9 de agosto de 1963.¹⁹⁴

a-) Tiradentes na série *Vultos nacionais da história do Brasil* (1948-1973)

Na série *Vultos nacionais da história do Brasil*, que circulou no numerário entre 1948 e 1973, Tiradentes esteve ali presente. A coleção, em seu anverso exibia a imagem de uma personalidade histórica; em seu reverso, reproduzia uma pintura histórica relacionada ao personagem homenageado. Entre as celebridades ali representadas estavam Joaquim Marques Lisboa, o marquês de Tamandaré (cédula de Cr\$ 1,00 / reverso: Escola Naval do Rio de Janeiro)¹⁹⁵, Luís Alves de Lima e Silva, o duque de Caxias (cédula de Cr\$ 2,00 / reverso: Escola Militar de Resende, no Estado do Rio de Janeiro)¹⁹⁶, José Maria da Silva Paranhos, o barão do Rio

¹⁹⁴. BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia de Assuntos Jurídicos. Lei nº 4.190, de 17 de dezembro de 1962, que dispõe sobre o meio circulante e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Seção 1, Brasília, 16 jan. 1963, p. 514. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4190-17-dezembro-1962-353258-publicacaooriginal-1-pl.html>>.

¹⁹⁵. Joaquim Marques Lisboa (1807-1897), o almirante Tamandaré, é considerado o maior herói da Marinha brasileira, sendo seu patrono e herói naval. O dia de seu nascimento, 13 de dezembro, é lembrado como o Dia do Marinheiro. Foi elevado ao panteão de herói em 1925. Os motivos que o levou ao panteão de heróis brasileiros podem ser conferidos em: ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves de. A formação do herói Tamandaré na Marinha do Brasil. op. cit., p. 74-77. De acordo com informações transcritas do site da Marinha do Brasil, a Escola Naval – em imagem reproduzida no reverso – é a “mais antiga instituição militar e de ensino superior do Brasil”, tendo sido criada em 1782, em Lisboa, Portugal, pela rainha dona Maria I sob a denominação de Academia Real de Guardas-Marinhas. Com a vinda da Família Real para o Brasil, em 1808, a Academia foi trazida a bordo da nau Conde D. Henrique. “Instalada primeiramente no Mosteiro de São Bento, lá permaneceu até 1832, e a partir daí sofreu inúmeras mudanças de instalações, tendo funcionado inclusive a bordo de navios. Finalmente, em 1938, a Escola Naval instalou-se na Ilha de Villegagnon.” In: MARINHA DO BRASIL. Diretoria de Ensino da Marinha. *Escola Naval*. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/ensino/cgcf/escola-naval/en_princ>.

¹⁹⁶. Luís Alves de Lima e Silva, o duque de Caxias (1803-1880), é considerado o maior oficial militar do exército brasileiro, sendo seu patrono (Decreto nº 51.429, de 13 de março de 1962). Antes, em 1923, o então Ministério do Exército criou uma celebração anual em sua homenagem: a data de seu nascimento passou, a partir de 1925, a ser considerado como o Dia do Soldado. Seus restos mortais, em 1953, foram trasladados para o Panteão Duque de Caxias, no Rio de Janeiro, construído como parte das comemorações pelos 150 anos de seu nascimento e para enaltecer a sua memória. A

Branco (cédula de Cr\$ 5,00 / reverso: quadro de Antônio Parreiras – “Conquista do Amazonas”)¹⁹⁷, Getúlio Vargas, presidente do Brasil de 1930 a 1945 e de 1951 a 1954 (cédula de Cr\$ 10,00 / reverso: alegoria representando a unidade nacional)¹⁹⁸, marechal Deodoro da Fonseca, primeiro presidente (cédula de Cr\$ 20,00 / reverso: quadro de Cadmo Fausto de Souza – “Proclamação da República”)¹⁹⁹, princesa Isabel (cédula de Cr\$ 50,00 / reverso: quadro de Cadmo Fausto de Souza – “Lei Áurea”)²⁰⁰, dom Pedro II, segundo imperador do Brasil (cédula de Cr\$ 100,00 / reverso: quadro de Cadmo Fausto de Souza – “Cultura Nacional”)²⁰¹, dom Pedro I –

cédula com sua efígie circulou de 29 de agosto de 1955 a 13 de maio de 1967. Conferir: CASTRO, Celso. *A invenção do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: J. Zahar Ed., 2002, p. 15-20; SOUZA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 27-28. Conforme informação constante no site do Ministério da Defesa, a Escola Militar de Resende, atualmente denominada Academia Militar das Agulhas Negras, “é a instituição de ensino superior responsável pela formação dos oficiais combatentes de carreira do Exército Brasileiro.” Sua história “tem início em 1810, com a criação da Academia Real Militar pelo Príncipe Regente D. João, sendo, inicialmente, instalada na Casa do Trem, no Rio de Janeiro, hoje Museu Histórico Nacional. Ao longo dos seus mais de duzentos anos de existência, a Academia Militar ocupou seis sedes. A partir de 1812, ela passou pelo Largo de São Francisco, pela Praia Vermelha, por Porto Alegre e pelo Realengo, até que, em 1944, ela chegou à Resende.” In: BRASIL. Ministério da Defesa. *Academia Militar das Agulhas Negras*. Disponível em: <<http://www.aman.eb.mil.br/institucional>>.

¹⁹⁷. José Maria da Silva Paranhos Júnior, o barão do Rio Branco (1845-1912) foi um importante advogado, diplomata, geógrafo e historiador. É considerado o patrono da diplomacia brasileira, em virtude das importantes negociações de arbitramento das fronteiras do Brasil, conseguindo a incorporação de 900 mil quilômetros quadrados ao nosso território. A tela de Antônio Parreiras, no reverso da cédula, ilustra a conquista amazônica nos quadros da República, como representação de territórios ali instalados incorporados ao território do Brasil. O papel-moeda com sua representação iconográfica circulou de 14 de agosto de 1950 a 13 de maio de 1967. Sobre isto, conferir: CASTRO, Raimundo Nonato de. O quadro ‘Conquista do Amazonas’ de Antonio Parreiras e a ideia de nação. *19&20*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 4, 2010. Disponível em: <http://www.dezenovevinte.net/obras/ap_rnc.htm>.

¹⁹⁸. Getúlio Vargas (1882-1954), presidente do Brasil de 1930 a 1945 e de 1951 a 1954. Na cédula, em seu reverso, se apresenta uma alegoria que representa a unidade nacional, em desenho de Cadmo Fausto de Souza (1901-1983), tal qual a representação que se tem de ele ser considerado o pai da pátria, o personagem aglutinador de todos os brasileiros, o unificador da pátria. A cédula com seu desenho circulou de 24 de agosto de 1950 a 30 de junho de 1972.

¹⁹⁹. Marechal Deodoro da Fonseca (1827-1892), primeiro presidente de nossa República (1889-1891) e um dos principais personagens da Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889. Ingressou no Exército aos 18 anos. Lutou na Rebelião Praieira e na Guerra do Paraguai. Liderou a facção do Exército favorável à abolição da escravidão. No reverso da cédula há o quadro de Cadmo Fausto de Souza, representativo da Proclamação da República. Este dinheiro circulou de 4 de agosto de 1950 a 30 de junho de 1972.

²⁰⁰. A princesa Isabel (1846-1921) foi a responsável por sancionar a Lei Áurea (Lei Imperial nº 3.353, de 13 de maio de 1888), que aboliu a escravidão no Brasil. O reverso da cédula é uma alegoria deste fato histórico. O papel-moeda com sua efígie circulou de 16 de março de 1949 a 30 de junho de 1972.

²⁰¹. Dom Pedro II (1825-1891), segundo e último imperador do Brasil. O reverso da cédula ilustra sua erudição e os amplos projetos que bancou em favor da cultura brasileira, em imagem de Cadmo Fausto de Souza. O dinheiro com sua representação pictográfica circulou de 15 de março de 1949 a 30 de junho de 1972.

primeiro imperador do Brasil (cédula de Cr\$ 200,00 / reverso: quadro de Pedro América – “Grito do Ipiranga”)²⁰², dom João VI, rei de Portugal e do Brasil (cédula de Cr\$ 500,00 / reverso: quadro de Cadmo Fausto de Souza – “Abertura dos Portos”)²⁰³, Pedro Álvares Cabral, o descobridor do Brasil (cédula de Cr\$ 1.000,00 / reverso: quadro de Victor Meireles – “Primeira missa no Brasil”)²⁰⁴ e *Tiradentes* (cédula de Cr\$ 5.000,00).²⁰⁵

FIGURAS 7 a 16

Cédulas da série *Vultos nacionais da história do Brasil* (1948 a 1973)



²⁰². Dom Pedro I (1798-1834), primeiro imperador do Brasil e o responsável por declarar a Independência, em 7 de setembro de 1822, em ato simbólico denominado Grito do Ipiranga, representado no reverso do dinheiro pela pintura histórica “Independência ou Morte!”, popularmente conhecida como “Grito do Ipiranga”, de Pedro Américo (1843-1905), considerada a mais difundida e consagrada imagem representativa do episódio do 7 de setembro, quando dom Pedro I, levantando sua espada, proclama, no alto da colina do Ipiranga em São Paulo, a Independência do Brasil. O dinheiro com sua imagem circulou de 13 de junho de 1951 a 30 de junho de 1973. Sobre o quadro e a estrutura narrativa e imagética por trás das cenas ali representadas, conferir: OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles; MATTOS, Claudia Valladão de (Org.). *O brado do Ipiranga*. São Paulo: Edusp, 1999.

²⁰³. Dom João VI (1767-1826) foi rei do Reino Unido de Brasil, Portugal e Algarves de 20 de março de 1816 a 7 de setembro de 1822. Após a Independência do Brasil, em 1822, foi rei de Portugal e Algarves até sua morte em 10 de março de 1826, sendo sucedido pelo seu filho dom Pedro no trono português. No reverso do dinheiro conta a imagem “Abertura dos Portos”, alegoria pintada por Cadmo Fausto de Souza referente ao ato administrativo nº 1, após sua chegada ao Brasil em 1808, concernente à abertura dos portos às nações amigas. A cédula com sua efígie circulou de 30 de maio de 1949 a 30 de junho de 1973.

²⁰⁴. Pedro Álvares Cabral (1467 ou 1468-1520), oficialmente o descobridor do Brasil. No reverso da cédula consta reprodução do quadro de Victor Meireles (1832-1903), “A Primeira Missa no Brasil”, de 1861, sua mais afamada e significativa pintura. O papel-moeda com sua efígie circulou de 19 de dezembro de 1949 a 30 de junho de 1973.

²⁰⁵. CATÁLOGO das cédulas brasileiras: cédulas da série Cruzeiros. CÉDULAS DO BRASIL. Disponível em: <http://www.moedasdobrasil.com.br/moedas/c_series.asp?a=0&v=0&s=2&c=>>.





Fonte: Reproduções extraídas do site *Banco Moeda*, da Schindler Numismática. Disponível em: <<http://www.bancoMoeda.com.br/cedulas/cedulas-do-cruzeiro.html>>.

A maneira como as representações pictográficas das cédulas de dinheiro do Cruzeiro estão dispostas, com a efígie de ilustres brasileiros, reproduzida no centro do anverso das cédulas, e as cenas “históricas” ligadas aos seus feitos, impressas em seu reverso, permite-nos visualizar uma grande narrativa da história do Brasil.

No período, as cédulas emitidas tornaram-se significativos instrumentos de construção da identidade nacional. Veja-se que no tocante ao período colonial, seu início dá-se com a cédula de Cr\$ 1.000,00, que ilustra Pedro Álvares Cabral, o descobridor e o responsável inicial pela dominação das terras do Brasil, e no reverso a imagem símbolo da celebração da primeira missa católica proferida no território então descoberto pela esquadra cabralina nas aventuras marítimas do final do século XV e início do século XVI. Na ilustração observa-se o início do processo de conversão dos povos nativos então encontrados por religiosos da Igreja católica. A cena descreve, praticamente, o início da história do Brasil e está escrita na carta enviada pelo cronista Pero Vaz de Caminha, autor do primeiro documento produzido sobre o Brasil, ao rei dom Manuel I, dando notícia do achamento do território além-mar.

E, por último, a cédula de Cr\$ 200,00 com a iconografia em seu reverso da cena mestra da Independência do Brasil ou do rompimento dos laços políticos que nos uniam ao governo colonial português, a pintura de Pedro Américo sobre o “Grito do Ipiranga”. Em ambos os lados desta cédula, homem e obra se fundem e se confundem sob um mesmo aspecto: a proclamação da Independência.²⁰⁶

Ao reproduzir uma cena considerada fundadora do Brasil, na cédula de Cr\$ 1.000,00, por exemplo, o então presidente Getúlio Vargas, um dos responsáveis pela emissão da primeira série de dinheiro dedicado aos vultos da história nacional, insere-se na narrativa da história do país, que teve seu início com o descobrimento e

²⁰⁶. GOMES, Ângela de Castro; KORNIS, Mônica Almeida. op. cit., p. 107-134.

tinha continuidade no seu governo, já que ele se via representado na cédula de Cr\$ 10,00. O mesmo fizeram seus sucessores, que mantiveram, até 1973, o modelo estabelecido: cédulas de papel-moeda que apresentavam no anverso um personagem histórico importante e no reverso uma cena que o representasse graficamente.²⁰⁷

Aliás, ainda referindo-se ao nosso período colonial, de 1500 a 1822, o único dos personagens selecionados para ilustrar vultos de nosso passado foi o alferes Tiradentes, presente imagetivamente na cédula de Cr\$ 5.000,00 (Figura 17).

Como herói nacional, Tiradentes não podia deixar de estar ali representado. Ao longo da história, vários povos produziram imagens de seus heróis no numerário. A tradição de recuperar personagens da história pátria geralmente os associa a heroicas batalhas ou façanhas que eles se lançaram na defesa de populações oprimidas por terríveis invasores ou conquistadores que chegaram ao território para angariar fundos econômicos não suportáveis pela população ou, ainda, pela manutenção da ordem vigente e do prosperar da paz.²⁰⁸

b-) Tiradentes na cédula de cinco mil Cruzeiros (1963-1974)

A primeira representação imagética da “figura” do alferes Tiradentes no numerário brasileiro foi na cédula de papel-moeda de Cr\$ 5.000,00, da série dos vultos nacionais da história do Brasil de o Cruzeiro, circulada de 13 de dezembro de 1963 a 13 de junho de 1974, apesar de sua emissão ter finalizado em 1973. (Figura 17)

²⁰⁷. FLORENZANO, Maria Beatriz Borba; VIANNA, Salvador Teixeira Werneck; CASTRO, Maurício Barros de. *Faces da moeda*. São Paulo: Olhares, 2009, p. 161.

²⁰⁸. Sobre a diversidade de temas iconográficos que aparecem nas cédulas de dinheiro e nas moedas, como figuras de animais, obras-primas de arte, meios de transporte, cidades e monumentos, religião, reis e rainhas, imagens de heróis, de mitos e figuras alegóricas, consultar, por exemplo: A ICONOGRAFIA da moeda. Barcelona: Planeta, s.d.

A nota apresenta em seu reverso cópia da pintura de Rafael Falco, realizada em 1951, sob o título de *Tiradentes ante o carrasco*, hoje pertence ao acervo da Câmara dos Deputados.²⁰⁹

FIGURA 17

Efígie de Tiradentes na cédula de cinco mil Cruzeiros (1963-1974)



A tela, reproduzida no reverso da cédula de Cr\$ 5.000,00 (Figura 19), é de autoria do pintor Rafael Falco (1885-1967), nascido em Oran, na Argélia, mas criado na cidade paulista de Taubaté, onde frequentou os estudos. Mudou-se para São

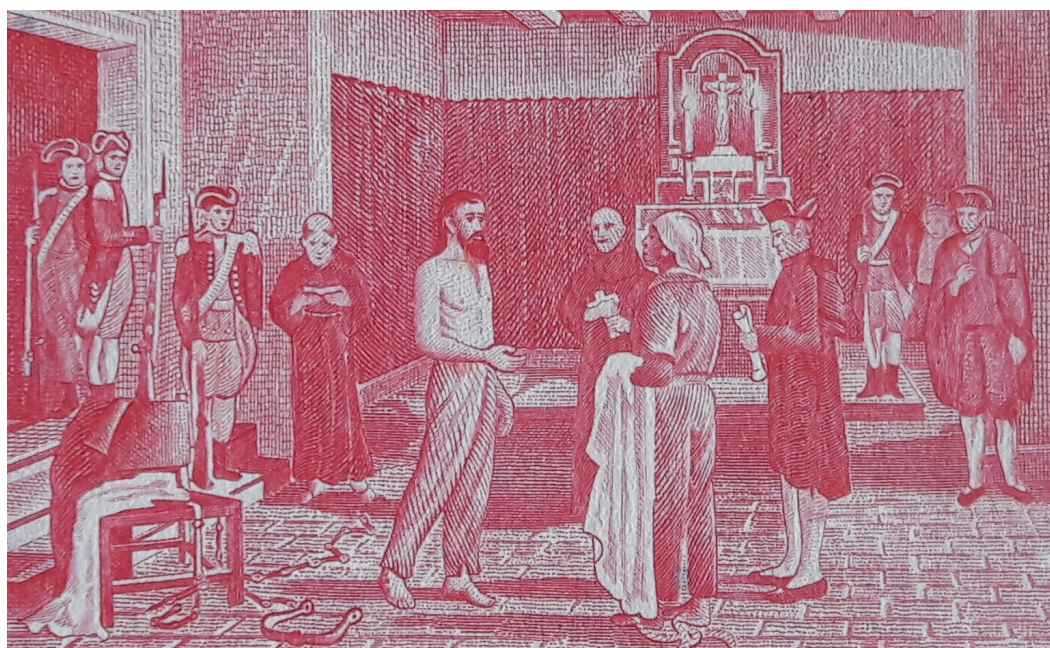
²⁰⁹ . RAFAEL Falco. Tiradentes ante o carrasco. Câmara dos Deputados. Brasília. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/a-camara/visiteacamara/cultura-na-camara/museu/acervo/obras-de-arte/rafael-falco>>.

Carlos, no interior de São Paulo, onde lecionou desenho, caligrafia e francês na Escola Normal.²¹⁰

Sobre o quadro sabe-se que foi exposto no XVI Salão Paulista de Belas Artes, tendo recebido o prêmio Prefeitura de São Paulo em 1963. Nesse mesmo ano foi escolhido para ilustrar o reverso da cédula de Cr\$ 5.000,00 do Tesouro Nacional, que tem no anverso a “efígie” de Tiradentes, extraída de uma pequena gravura pertencente ao acervo do Museu Histórico Nacional, do Rio de Janeiro, que, até aquele instante, não se conhecia a autoria. A tela, durante alguns anos, esteve exposta na sede do governo do Estado de São Paulo, no Palácio dos Bandeirantes. Na sequência, a obra foi transferida para o Palácio Tiradentes, antiga sede da Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro. Por último, foi transladado para o Palácio do Planalto, em Brasília.²¹¹

FIGURA 18

Tiradentes no reverso da cédula de cinco mil Cruzeiros



²¹⁰. SILVA, Emerson Correia da. *A configuração do habitus professoral para o aluno-mestre: a Escola Normal Secundária de São Carlos (1911-1923)*. Marília, 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, p. 69.

²¹¹. MILLIET, Maria Alice. *Tiradentes: o corpo do herói*. São Paulo: M. Fontes, 2001, p. 205; RAFAEL Falco. *Tiradentes ante o carrasco*. Câmara dos Deputados. Brasília. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/a-camara/visiteacamara/cultura-na-camara/museu/acervo/obras-de-arte/rafael-falco>>.

A imagem, em cópia (Figura 18), retrata a manhã do dia 21 de abril de 1792, quando o alferes Tiradentes preparava-se para receber a veste branca (a alva), antes do início do cortejo que o levaria ao patíbulo para o cumprimento da pena de morte que lhe fora imputado por participar da Inconfidência Mineira.

Na cena constante no reverso do papel-moeda aparecem representados Tiradentes, quatro soldados, dois frades franciscanos, dois juízes e o carrasco, em um ambiente com um altar com cruz. Os franciscanos, designados pelo Estado para cumprirem o dever de assistir ao condenado em sua aflição, trazendo o consolo da religião, concederam-lhe a absolvição divina.²¹²

FIGURA 19

Rafael Falco – *Tiradentes ante o carrasco* (1951)



Fonte: FALCO, Rafael. *Tiradentes ante o carrasco*. Óleo sobre tela, 1951. 128 x 182 cm. Câmara dos Deputados. Brasília. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/a-camara/visiteacamara/cultura-na-camara/museu/acervo/obras-de-arte/rafael-falco>>.

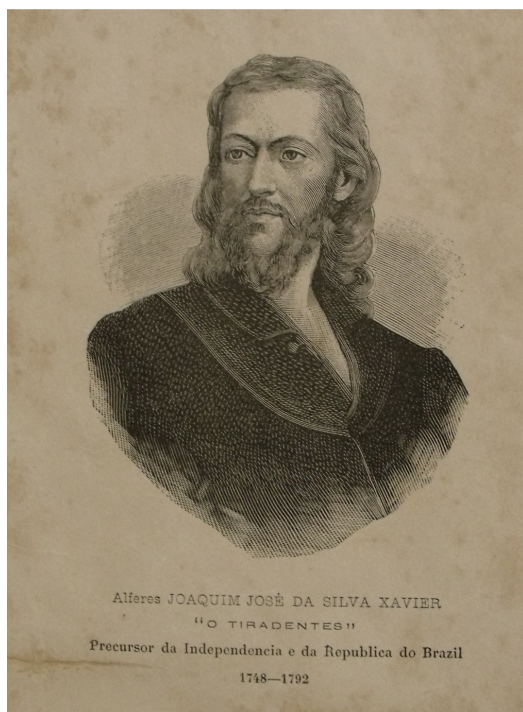
²¹². MILLIET, Maria Alice. op. cit., p. 204-205.

A imagem mostra Tiradentes frente ao negro Capitania, criminoso temido e também um condenado, a quem coube a responsabilidade pela condução e enforcamento do alferes Tiradentes no cadafalso armado no Largo da Lampadosa, centro da cidade do Rio de Janeiro, na manhã de 21 de abril de 1792. Na hora de levar o alferes à morte, carregou consigo também a enorme corda que iria servir de instrumento de execução, “e quando se viu frente a frente com ele, afirmou que era a Justiça e não ele que lhe movia os braços”. Segundo reza a história, Tiradentes disse na ocasião: “Ó meu amigo! Deixe-me beijar-lhe a mão e os pés.” E assim o fez. Capitania o acompanhou ao local do cumprimento da sentença, que trazia a corda em torno do pescoço. Chegando ao local da forca e feitas às formalidades de praxe, empurrou-o e, ao vê-lo suspenso no ar, montou em seus ombros para apressar o estrangulamento.²¹³

E para fazer cumprir a Justiça real, os juízes se fizeram presentes.

FIGURAS 20 e 21

Alferes Joaquim José da Silva Xavier



Fonte: ALFERES Joaquim José da Silva Xavier, “O Tiradentes”, Precursor da Independência e da República do Brasil, 1748-1792. Papel, s.d. Arquivo Histórico do Museu Histórico Nacional. Rio de Janeiro. Foto de: André Figueiredo Rodrigues.

²¹³. MOURA, Clóvis. Capitania. In: *Dicionário da escravidão negra no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2004, p. 82.

Já na efígie, anverso da cédula, consta uma “imagem” facial do alferes Tiradentes. No desenho, reproduzido de uma gravura anônima custodiada no Museu Histórico Nacional, não consta data de impressão e nele está grafado apenas o título “Alferes Joaquim José da Silva Xavier, ‘O Tiradentes’, Precursor da Independência e da República do Brasil, 1748-1792” (à esquerda – Figura 20)

Assim como no desenho do reverso (à direita – Figura 21), Tiradentes aparece com barba e um longo cabelo. No anverso, ele aparece vestido aparentemente com o casaco de um terno, omitindo-se quaisquer sinais do suplício que lhe acometeu no dia de sua morte, no 21 de abril: ali não aparecem informados nem a corda, nem o laço ou mesmo a veste branca que cabia a um condenado ao ato de enforcamento.

De qualquer maneira, as barbas do alferes, mesmo não existindo na real cena do enforcamento, se faz presente nas numerosas reproduções imagéticas existentes sobre o alferes.

Como se viu, em dezembro de 1965, o presidente marechal Castelo Branco assinou a lei que erigiu Tiradentes como patrono cívico da nação brasileira. No ano seguinte, em 1966, o mesmo presidente assinou outra lei que fixou como a efígie oficial daquele “herói” mineiro a estátua de Francisco Andrade (Figura 2), erigida em memória do inconfidente em frente à antiga sede da Câmara dos Deputados no Rio de Janeiro. Naquela representação, o alferes Tiradentes ostenta barba; de mais a mais também presente nas suas outras imagens reproduzidas na numismática e na filatelia.

Em 1976, o presidente Ernesto Geisel decidiu revogar a decisão que estabelecia um modelo oficial para a caracterização do alferes Tiradentes. (vide nota de rodapé nº 19, p. 20) Tanto a decisão governamental de 1966, quanto à de 1976, preceituava sobre detalhes: um Tiradentes com cabelo e barba. Naquele momento, em meados da década de 1970, a tentativa de se pensar um alferes desbarbado não deu certo, pois na memória popular já estava cristalizada a efígie do alferes tradicionalmente barbado.

Acreditar em um Tiradentes com ou sem barba pouco importava naquele momento. O que interessava era projetar a sua imagem sob um plano generalizante, no qual o apelo cívico-religioso fosse a mola mestra. Independente dos múltiplos sentidos que lhe possam atribuir à sua figura, Tiradentes permanece uma

personagem forte no campo do simbólico. Na Figura 20 se ilustra bem esse simbólico.

De acordo com Maria Alice Milliet, estudiosa da imagem de Tiradentes, na Figura 20 aparece um alferes nobilitado, começando pela fisionomia relaxada e ativa, como um tipo ariano. No olhar, segundo ela, nenhuma agressividade. O pescoço não traz a marca do suplício: o barço. Quanto à estética, pintam-lhe certo ideal de beleza:

o nariz torna-se afilado e reto, as sobrancelhas alongadas, os lábios cheios, o bigode denso, a ondulação da barba e dos cabelos bem-composta. Desaparece qualquer indício de mestiçagem e, mais do que isso, desaparece o conflito interior: a expressão firme e serena restabelece o equilíbrio psicológico. Em traje escuro, o herói torna-se belo, austero e nobre. Contudo, um véu de melancolia empana sua glória.²¹⁴

Em ambos os lados da cédula de papel-moeda, o porte físico e a descrição fisionômica do herói, com barba e cabelo, dialogam entre si. As imagens do verso e do reverso da cédula do papel-moeda de Tiradentes mostram uma apurada tentativa de enobrecimento do herói mineiro. As alterações pictográficas, embora extremamente sutis, como também nos alertou Maria Alice Milliet, modificam “não só a aparência da personagem”, mas, também, seu caráter. Desaparece qualquer indício de conflito interior, estabelecendo-se um equilíbrio psicológico. “Em traje escuro, o herói torna-se belo, austero e nobre.”²¹⁵

Mas, para que este processo se efetivasse, os sinais do suplício deveriam simbolicamente ser apagados. É por isso que a maior parte de suas representações no numerário e na filatelia não traz representados nem a corda, nem o laço e nem a alva branca de um condenado.

A imagem pertencente ao acervo histórico do Museu Histórico Nacional (Figura 20), em análise de Maria Alice Milliet, procurou afastar “definitivamente qualquer alusão ao mártir”, tanto que a legenda do folheto “Alferes Joaquim José da Silva Xavier, o ‘Tiradentes’” resgata-lhe o posto que exercia na tropa paga de Minas Gerais e outorga-lhe o título de “Precursor da Independência e da República do

²¹⁴. MILLIET, Maria Alice. op. cit., p. 190.

²¹⁵. Ibidem, p. 190.

Brasil.” E como fecho aparecem grafadas as datas de 1748 e 1792, respectivamente os anos alusivos ao seu suposto nascimento e a sua morte.²¹⁶

Em torno disto, referindo-se ainda à Figura 20, uma questão vem à tona: qual a origem desta representação imagética? Em quem seu autor se inspirou? Melhor, quem é o seu autor?

Vasculhando-se as imagens construídas em torno da figura do alferes, a partir de pistas informadas por Mariana de Carvalho Dolci, em sua dissertação de mestrado²¹⁷, chegamos à Fundação Biblioteca Nacional e ao conjunto de cartões (muito semelhantes a uma caixa de cartas de baralho – dimensões: 13,4 x 9 cm) que reproduzem, dentro de bordas douradas, 32 retratos de personalidades históricas.²¹⁸ No verso da caixa que guarda aquele conjunto há a anotação de um título geral

²¹⁶. Ibidem, p. 190-192.

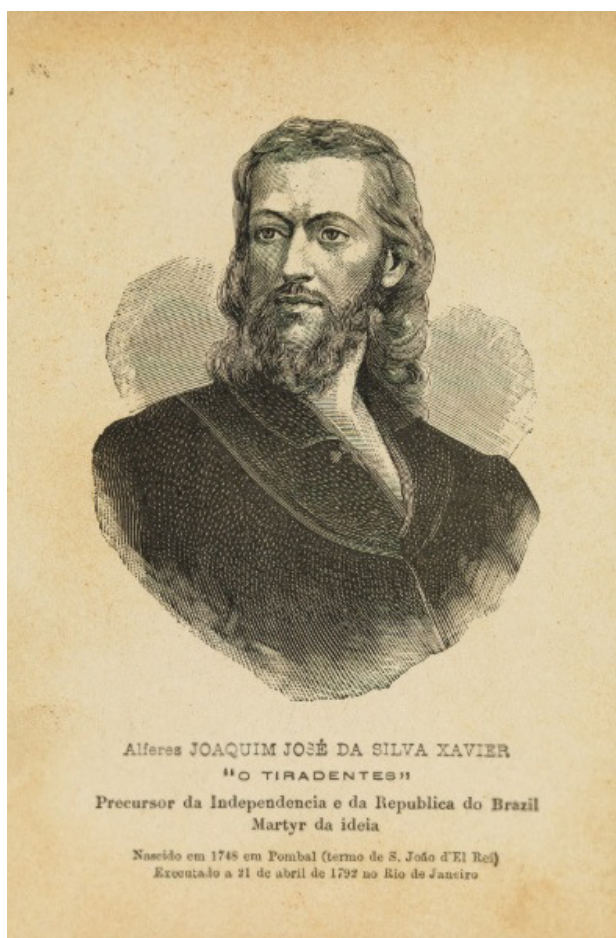
²¹⁷ DOLCI, Mariana de Carvalho. *Personagem imortal: a construção da memória de Tiradentes no Museu Paulista e no Museu da Inconfidência*. São Paulo, 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, p. 109.

²¹⁸. As 32 personalidades históricas retratadas no conjunto são, na ordem: Cristóvão Colombo (descobridor da América), Pedro Álvares Cabral (descobridor do Brasil), José de Anchieta (padre jesuíta e apóstolo do Brasil), João Fernandes Vieira (português que lutou contra os holandeses em Pernambuco em 1654), Henrique Dias (“cabo dos homens pretos que lutou na guerra contra os holandeses em Pernambuco”), Antônio Vieira (padre jesuíta e exímio orador sacro), Gomes Freire de Andrada (conde do Bodadela, governador do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, além de vice-rei do Brasil na repartição do sul), *Joaquim José da Silva Xavier, “o Tiradentes”*, Tomás Antônio Gonzaga (inconfidente e poeta), José da Silva Lisboa (visconde de Cairú, primeiro economista brasileiro e senador), padre Diogo Antônio Feijó (deputado nas Cortes de Lisboa, senador, ministro e Regente do Império), Mariano José Pereira da Fonseca (marquês de Maricá, ministro, conselheiro do Estado e senador), Bernardo Pereira de Vasconcelos (estadista, senador, parlamentar, ministro e legislador), Pedro de Araújo Lima (marquês de Olinda, regente do Império, ministro e conselheiro do Estado), frei Francisco de Mont’alverne (franciscano, pregador régio e filósofo), dom Pedro de Alcântara (primeiro imperador do Brasil), José Bonifácio de Andrada e Silva (patriarca da Independência do Brasil), José Clemente Pereira (conselheiro do Estado, ministro, senador e fundador do Hospital da Misericórdia do Rio de Janeiro), dom Pedro de Alcântara (segundo e último imperador do Brasil), Luiz Alves de Lima e Silva (duque de Caxias, marechal do exército, senador, ministro e herói da guerra do Paraguai), Honório Hermeto Carneiro Leão (marquês do Paraná, deputado, senador e ministro), Manoel Luiz Osório (marquês de Herval, senador, ministro de guerra e legendário general na guerra do Paraguai), almirante Francisco Manoel Barroso (barão do Amazonas, “comandante da esquadra brasileira no glorioso combate do Riachuelo, na guerra do Paraguai”), Domingos José Gonçalves de Magalhães (visconde de Araguaia, professor, diplomata e “criador da poesia romântica no Brasil”), Casemiro de Abreu (poeta lírico), Antônio Gonçalves Dias (“primeiro poeta lírico do Brasil”), Joaquim José Rodrigues Torres (visconde de Itaboraí, deputado, senador, ministro, conselheiro de Estado e fundador do Banco do Brasil), D. M. do Monte Rodrigues de Araújo (conde de Irajá, 9º bispo de Rio de Janeiro), José Maria da Silva Paranhos (visconde do Rio Branco, diplomata, deputado, senador, ministro, conselheiro de Estado e “libertador do ventre escravo no Brasil”), José Bonifácio de Andrada e Silva (“sobrinho e neto do patriarca da Independência, deputado, senador, ministro e orador”), generalíssimo Manuel Deodoro da Fonseca (primeiro presidente dos Estados Unidos do Brasil) e Benjamim Constant Botelho de Magalhães (fundador da República no Brasil). Conferir: SABINO, Januário dos Santos; CUNHA, Antonio Estevão da Costa e. *Pantheon escolar brasileiro*. Rio de Janeiro: J. G. de Azevedo Ed., s.d. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon95726_1396400/icon95726_1396400.pdf>.

(“Pantheon escolar brasileiro”), a lista dos retratados – e entre eles o do alferes Tiradentes (Figura 22) – e em seu rodapé o dizer: “No nosso *Plutarcho escolar brasileiro* (em via de publicação) se acharão desenvolvidas as biographias d’este e outros illustres brasileiros.” Impresso e para venda na Livraria de J. G. de Azevedo Editor, localizada na rua da Uruguaiana, nº 33, no Rio de Janeiro. Sem data de impressão, mas, ao que tudo indica, pelos personagens ali referenciados, é possível datar o conjunto como sendo entre meados da década de 1890 e o final da década de 1910.²¹⁹

FIGURA 22

Tiradentes, reproduzido no *Plutarco escolar brasileiro*



Fonte: SABINO, Januário dos Santos; CUNHA, Antonio Estevão da Costa e. *Alferes Joaquim José da Silva Xavier, "O Tiradentes", Precursor da Independência e da República do Brasil, 1748-1792*. Papel, s.d. Xilogravura. Fundação Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon95726_1396400/icon95726_1396400.htm>.

²¹⁹. Ibidem, p. 1.

Provavelmente as imagens dos 32 retratos hoje pertencentes ao acervo da Fundação Biblioteca Nacional (incorporados àquele acervo em 1911) foram confeccionadas para ilustrar a publicação de Januário dos Santos Sabino e Antonio Estevão da Costa e Cunha.

A efígie de Tiradentes ali representada serviu de base para a composição de sua imagem no numerário brasileiro, pois foi a partir dela que se confeccionou o desenho constante no acervo do Museu Histórico Nacional, que serviu de matriz para se alegorizar a pictografia do alferes. Entretanto, ainda assim se deve buscar o modelo inspirativo daquela imagem, o desenho precursor.

A partir do banco de dados imagético sobre Tiradentes do Prof. Dr. André Figueiredo Rodrigues, da UNESP de Assis, identifica-se que seu inspirador é o editor e ilustrador Angelo Agostini (1843-1910) que, em 26 de abril de 1890, pouco depois da decretação do dia de morte do alferes como feriado nacional republicano, pela primeira vez, em 1890, traz ao público em sua Revista Ilustrada um desenho intitulado *Alegoria à comemoração do dia de Tiradentes* (Figura 23), que teve por referência a imagem que saiu em um andor no Dia do Tiradentes, na cidade do Rio de Janeiro em 1890.

Na página do semanário de Agostini podem ser observadas três representações de Tiradentes. A primeira relacionada à sua morte, no canto superior esquerdo, na qual a rainha dona Maria I, em cena alegórica, em gesto para sua decapitação, rompe com o ideário republicano personificado na figura alegórica de Marianne, mulher símbolo da liberdade e da república francesa, com um barrete frígio (espécie de touca ou de um boné), que se encontra chorosa ao ver a cabeça cortada do alferes, cujo sangue faz deslizar pelo chão rumo a um abismo a coroa imperial. E junto à soberana, em seu lado esquerdo, a indígena – que representa o Brasil – está com as suas mãos amarradas, em atitude de completo desvalimento. Tudo isto na data de 21 de abril de 1792, como aparece indicado. Já na parte inferior direita da imagem, a segunda das representações de Tiradentes naquela página de periódico, consta cena de comemoração, em 21 de abril de 1892, pelo triunfo do ideário do herói mineiro e seu centenário de morte. A República de túnica e barrete frígio deposita guirlanda de flores no pedestal que sustenta o busto aureolado de luz do alferes Tiradentes. No busto veem-se os atributos do herói: “a coroa de louros, a

palma do martírio, o laço da força.” E sobre o oval, a terceira das representações, a efígie de Tiradentes funciona como um elo que liga o passado ao presente.²²⁰

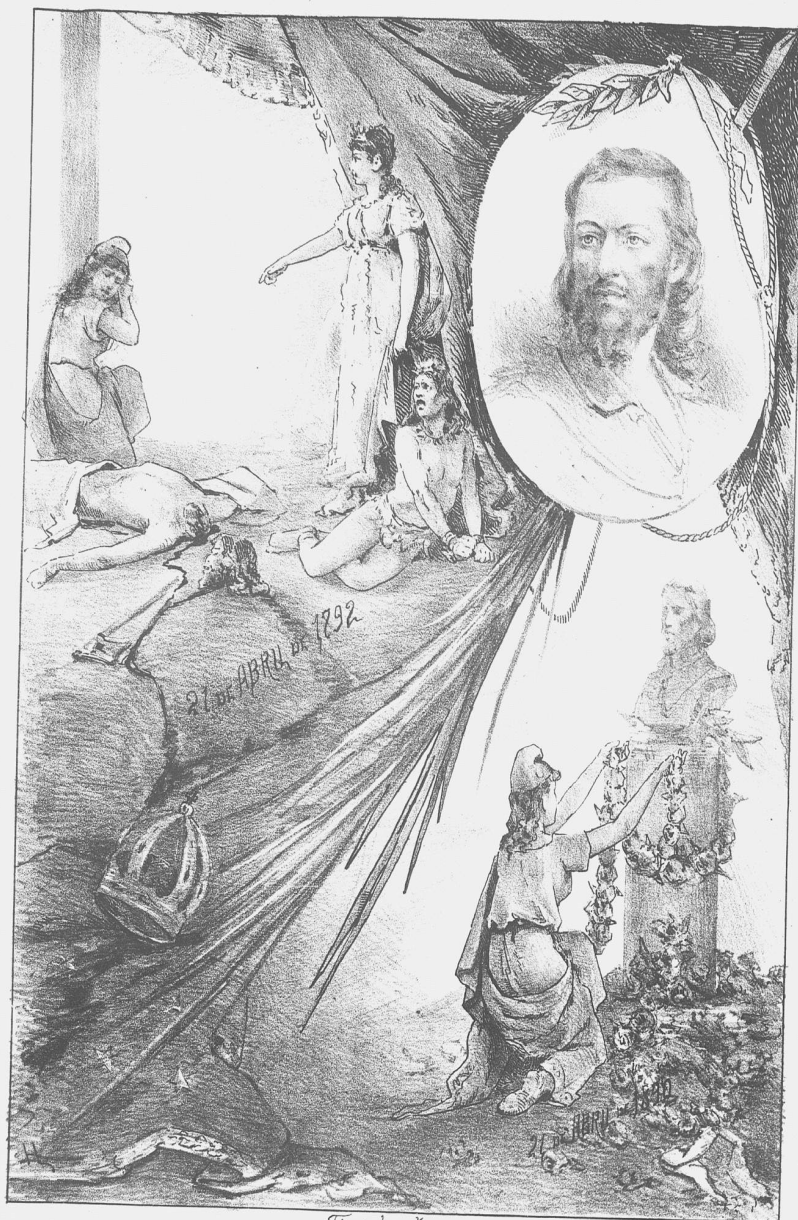
É interessante observar que no círculo superior, a imagem de Tiradentes assemelha-se à gravura (Figura 20) reproduzida na cédula do dinheiro republicano (Figura 21). Só que entre a imagem de Angelo Agostini, datada de 1890 (Figura 23), e a representação de Tiradentes na cédula de papel-moeda, do ano de 1963, consta a imagem custodiada tanto na Fundação Biblioteca Nacional (Figura 22) quanto no Museu Histórico Nacional (Figura 20). Esta peça permite-nos presumir que ela foi a imagem que serviu de inspiração para a confecção do desenho do numerário e, depois, do selo postal brasileiros, em um claro compromisso entre as versões cívica e religiosa.

A imagem do ilustrador, desenhista, pintor, gravador e caricaturista Angelo Agostini, ao que tudo indica, é a base da representação pictográfica que tornou Tiradentes popular e ajudou a legitimar visualmente o herói do nascente regime político republicano em fins do século XIX, ao unificar a nação sob seu comando. Ele é o único brasileiro a ter um feriado nacional decretado em sua homenagem e memória. Foi executado pela monarquia portuguesa e encarnou o papel de mártir, antes de sua morte, ao incorporar para si as culpas, as dores e os sonhos de todo o povo. A imagem vencedora fez-se presente a partir de então.

²²⁰. Ibidem, p. 187-188. A figura de Marianne personifica a República, tal como idealizada na Primeira República Francesa, depois da Revolução de 1789. Naquela época, com a derrubada da monarquia, substituiu-se a cabeça do monarca que estampava as moedas e adotou-se o busto de uma mulher denominada Marianne, usando o barrete frígio. “Este boné tem sua origem na civilização greco-romana: ele era usado pelos escravos quando conquistavam a liberdade; desde então, foi adotado por várias revoluções como símbolo da liberdade.” In: COSTILHES, Alain Jean. op. cit., p. 49.

FIGURA 23

Angelo Agostini – *Alegoria ao dia de Tiradentes* (1890)



Tiradentes
1792 — 1890

Fonte: AGOSTINI, Angelo. Alegoria à comemoração do dia de Tiradentes. *Revista Ilustrada*, Rio de Janeiro, ano 15, n. 588, p. 4, 26 de abril de 1890. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/332747/per332747_1890_00588.pdf>.

c-) Tiradentes na moeda comemorativa de cinco mil Cruzeiros (1992)

Em homenagem aos 200 anos de sua execução, em 1992, lançou-se uma moeda de aço inox comemorativa, mas de circulação regular, com valor facial de Cr\$ 5.000,00, que esteve em giro entre 21 de setembro de 1992 e 15 de setembro de 1994. (Figura 24)

FIGURA 24

Moeda comemorativa alusiva a Tiradentes (1992-1994)



Fonte: MOEDA de Cr\$ 5.000,00. Disponível em: <<http://diniznumismatica.blogspot.com/2018/01/5000-cruzeiros-tiradentes-descubra.html>>.

Em seu anverso vê-se a efígie do alferes e a legenda em triângulo *Liberdade, cidadania e Tiradentes – 1792-1992*, em formato análogo ao de uma forca. Já em seu reverso têm-se descrito o valor da moeda, o dístico Brasil e a representação de uma corda sem laço.

A imagem representada teve por modelo, ao que tudo indica, pelas características semelhantes, o Tiradentes desenhado pelo escultor, pintor e caricaturista Décio Rodrigues Vilares (1851-1931).

FIGURA 25
Décio Vilares – *Tiradentes* (1890)



Fonte: VILARES, Décio Rodrigues. *Tiradentes*. Litogravura. 1890. Museu Histórico Nacional. Rio de Janeiro. Fotografia de André Figueiredo Rodrigues. 2017.

A litografia com o “retrato” de Tiradentes (Figura 25), desenhada por Décio Vilares, foi, na data de comemoração de seu dia como feriado republicano, em 21 de abril de 1890, distribuída ao povo, em ação promovida pelo Apostolado Positivista do Brasil.

No desenho observa-se um alferes com certa aura de santidade, em idealização que busca evidenciar naquele instante – em momento em que já se acentua a sua pictografia como herói republicano – sua semelhança as representações de Jesus Cristo.

Tiradentes é apresentado, tanto na litografia de Vilares quanto na moeda, com longas barbas e cabelo, ar sereno e olhar perdido no infinito. No desenho aparece a corda do enforcamento em volta de seu pescoço; na moeda o “fingir” desta mesma corda em formato análogo a de um triângulo (o pregão), distanciando estas imagens da representação religiosa do Cristo na crucificação.

De acordo com Maria Alice Milliet, em análise detida da obra de Vilares, o rosto do alferes, visto de três quartos, “é o de um homem de tez clara, traços regulares, com pouco mais de 40 anos.” E continua: “A longa barba e cabelos até os ombros emprestam-lhe um ar de estudada negligência. Seu olhar evasivo não fixa o observador, perde-se na distância.”²²¹

Apesar de condenado como partícipe da Inconfidência e sofrer no cárcere por três anos, o seu olhar nas duas imagens – a da moeda e da litogravura – “não trai íntima comoção, nem convoca o espectador”. Como em um passe de mágica, dos cem anos de lutas republicanas, expurga-se toda a violência. O que subsiste na imaginação coletiva, guiando-nos pelas notas de Alice Milliet, “é a efígie olímpica e, por que não dizer, adocicada, próxima da medalha de devoção ou mesmo do santinho de catecismo.”²²² Esse visual e o caráter que empresta ao personagem ganham definitiva aceitação, e a moeda, já no bicentenário de sua morte na forca, reforça o mito fundador presente na imagem desenhada por Décio Vilares.

Naquele momento, quando Décio Vilares fez seu desenho de Tiradentes, predominava a interpretação tendenciosa retirada do livro de Joaquim Norberto de Sousa Silva (1820-1891), *História da Conjuração Mineira*, de que o alferes, baseando-se em declaração do magistrado e poeta Alvarenga Peixoto, extraída dos Autos de Devassa, era “feio e espantado”, acrescentando por conta própria que ele “não tinha nada de simpático, que era repelente”.²²³

²²¹. MILLIET, Maria Alice. op. cit., p. 140.

²²². Ibidem, p. 143.

²²³. CARVALHO, José Murilo de. op. cit., p. 65. Joaquim Norberto foi “poeta, filólogo, dramaturgo, romancista e crítico literário. Suas atividades na área de história estiveram, em sua maioria, vinculadas ao IHGB, entidade na qual ingressou no ano de 1841 e foi presidente de 1886 até o ano

A obra de Joaquim Norberto, impressa em 1873 e considerada a primeira dedicada exclusivamente ao exame do movimento sedicioso mineiro, foi escrita para “minimizar as crescentes críticas e as aspirações republicanas que começaram a tomar fôlego e a invadir os gabinetes, os salões de reunião da intelectualidade e as conversas populares a partir da segunda metade do século XIX”. No texto, procurou salientar o fracasso da Inconfidência e atribuiu aos poetas Tomás Antônio Gonzaga, Alvarenga Peixoto e a Cláudio Manuel da Costa a liderança do movimento, relegando a um segundo plano a participação do alferes Tiradentes.²²⁴

A interpretação de Vilares, distribuída ao público nas cerimônias de 1890, em homenagens ao alferes, tornou popular a sua representação, abertamente contrária à versão tida como verdadeira descrita por Joaquim Norberto, cujos trabalhos de pesquisa, para a escrita de seu livro, apresentado ao Instituto Histórico na forma de leituras sequenciais de 1860 a 1873, baseou-se nos documentos extraídos em primeira mão das teias do movimento sedicioso mineiro – as devassas realizadas no Rio de Janeiro e em Minas Gerais.²²⁵

Independente disso, Décio Vilares volta a reiterar sua interpretação contestadora à versão de Joaquim Norberto, e retrata novamente o inconfidente, só que dessa vez em um quadro pintado a óleo. Na obra (Figura 26), um claro desdobramento da primeira (Figura 25), “a força das cores e a maior estilização da figura – cabelos e barba menos revoltos – acentuavam ainda mais a semelhança com Cristo, pelo menos com o Cristo adocicado da maioria das representações.”²²⁶

Essa simbologia cristã de Vilares torna-se perceptível na imagem construída como reverso da moeda de 1992. (Figura 24) Aliás, a iconografia cristianizada do alferes de Vilares determinou as características físicas e morais que conformaram o herói representado na filatelia e na numismática.

de seu falecimento, em 1891.” In: RODRIGUES, André Figueiredo. *O clero e a Conjuração Mineira*. op. cit., p. 29.

²²⁴. RODRIGUES, André Figueiredo. *O clero e a Conjuração Mineira*. op. cit., p. 30.

²²⁵. Ibidem, p. 29.

²²⁶. CARVALHO, José Murilo de. op. cit., p. 65.

FIGURA 26
Décio Vilares – *Tiradentes*



Fonte: VILARES, Décio Rodrigues. *Tiradentes*. Óleo sobre Tela. s./d. Museu Histórico Nacional. Rio de Janeiro. Fotografia de André Figueiredo Rodrigues. 2017.

A moeda, com seus traços simples, confere-lhe simplicidade, onde não se observam quaisquer contradições sociais ou políticas emanadas de sua execução pelo governo português por rebelar-se contra as mazelas que afligiam a sociedade mineira em fins do século XVIII.

Tiradentes, o escolhido pelos republicanos, entre eles Décio Vilares, participou de um movimento abortado, no qual o único sangue derramado foi o seu próprio, no ato de sua decapitação, capaz de redimir a nação. Seu sacrifício promovia, de maneira simbólica, a união mística do Brasil em torno de uma vaga ideia de liberdade. Liberdade, ou melhor, ideia transformada em vocábulo e que

aparece escrita e que, também, nominalmente estampa o formato análogo da força que envolve a cabeça do alferes, que tem o seu nome – Tiradentes – completando a extremidade de baixo do triângulo transformado em um pseudo-pregão que conforma a força.

Já por cidadania, palavra estampada como o terceiro pilar que sustenta o triângulo, no contexto da década de 1990, no Brasil, representava a sua acepção mais ampla, representada pelo exercício da democracia, pela ideia de que ser cidadão significava “ter direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei”, ou seja, ter direitos civis, e, também, participar no destino da sociedade.²²⁷

Tiradentes encarnava o ideário de cidadania e liberdade, tão almejado pela população brasileira, representando as carências, notadamente as vinculadas ao universo do social, proporcionadas pela “má” administração pública, e os direitos elementares privados aos brasileiros, principalmente aqueles relacionados às pessoas que não se sentem cidadãos ou que não acreditam na possibilidade de que é possível construir algo melhor.

d-) Tiradentes na moeda de cinco centavos de Real (1997-...)

De início, com a criação do Plano Real, que instituiu o Real como padrão monetário em 1994, o governo federal decidiu retirar de cena os personagens da história do Brasil. As cédulas do novo padrão, que vigora até os dias de hoje, trazem no anverso a efígie feminina da República. No reverso são representados os animais da fauna brasileira: a onça, a arara, a graça, o beija-flor, etc. Trata-se “de uma proposta de recomeço da era republicana.”²²⁸

Em um segundo momento, em 1997, com a introdução da segunda série do Real (Figuras 27 a 31), as moedas passam a reproduzir bustos de personalidades históricas brasileiras. Suas seis moedas apresentam os seguintes personagens:

²²⁷. PINSKY, Jaime. Introdução. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 9.

²²⁸. FLORENZANO, Maria Beatriz Borba; VIANNA, Salvador Teixeira Werneck; CASTRO, Maurício Barros de. op. cit., p. 170.

Pedro Álvares Cabral (moeda de 1 centavo de Real = R\$ 0,01), *Tiradentes* (moeda de 5 centavos de Real = R\$ 0,05), dom Pedro I (moeda de 10 centavos de Real = R\$ 0,10), marechal Deodoro da Fonseca (moeda de 25 centavos de Real = R\$ 0,25) e o barão do Rio Branco (moeda de 50 centavos de Real = R\$ 0,50). A peça de R\$ 1,00 continuou com o desenho-símbolo da República, desde a série inicial de 1994.

FIGURAS 27 a 31

Moedas circulantes da segunda série de Real (1997-...)



FIGURA 32

Moeda de 1 centavo de Real (1997-2004)



Fonte: MOEDA de 1 centavo de Real. Disponível em: <<https://coleccionfm.wordpress.com/tag/vultos/>>.

Atualmente, de fato, a menor moeda em circulação no território brasileiro é a que traz representado o alferes Tiradentes, pois o numerário de 1 centavo (R\$ 0,01 – Figura 32), que homenageia Cabral, teve vida breve, sendo descontinuado em 2004.

Na série, a moeda de aço carbono revestida por uma liga de cobre de 5 centavos, alusiva ao alferes (Figura 33), traz em seu reverso adaptações ao Tiradentes de Rafael Falco (1951). A tela de Falco é a que se encontra reproduzida na cédula de Cr\$ 5.000,00, de 1964. (Figura 19)

FIGURA 33

Moeda circulantes de 5 centavos de Real alusiva à Tiradentes (1997-...)



Fonte: MOEDA de 5 centavos de Real. Disponível em: <<https://colecaosfm.wordpress.com/tag/vultos/>>.

Na moeda metálica (Figura 33) ainda se observam uma pomba em revoadas, em simbologia com a luta pela liberdade tão sonhada pelos inconfidentes e as suas inconformidades com a submissão ao poder despótico real português nas terras de Minas Gerais; e um triângulo, em semelhança ao usado pelos sediciosos na bandeira alvitada pelo alferes Tiradentes, em alusão à Santíssima Trindade.

Aliás, no tocante à bandeira da Inconfidência, foi Tiradentes o vencedor pela escolha dos símbolos a serem ali incorporados. Em seu depoimento à devassa, disse que propôs um triângulo, significando as três pessoas da Santíssima Trindade:

E falando ele Respondente, em que a nova República que se estabelecesse devia ter bandeira, disse que como Portugal tinha nas suas por armas as cinco chagas, deviam as da nova República ter um triângulo, significando as três pessoas da Santíssima Trindade.²²⁹

²²⁹. Auto de perguntas ao alferes Joaquim José da Silva Xavier. 4ª inquirição. Fortaleza da Ilha das Cobras, Rio de Janeiro, 18/01/1790. In: AUTOS de Devassa da Inconfidência Mineira. op. cit., v. 5, 1982, p. 37.

Na doutrina cristã, as três pessoas da Santíssima Trindade são o Pai, o Filho e o Espírito Santo, representados em um único Deus, mesmo as três pessoas sendo distintas. Na verdade, residem neste ponto as principais referências que se encontram sobre a religiosidade de Tiradentes.

De acordo com André Figueiredo Rodrigues, em seu *O clero e a Conjuração Mineira*, sabe-se que o alferes era um religioso convicto. A maior descrição de sua religiosidade apareceu nas discussões a respeito da Trindade. Sua religiosidade, também, muito se deveu à formação familiar. Ele descendia do português Domingos da Silva do Santos e da sanjoanense Antônia da Encarnação Xavier e, como escrito no item “A trajetória do alferes Joaquim José da Silva Xavier” (capítulo 1º, p. 49-50), ele tinha dois irmãos padres, Domingos da Silva Xavier²³⁰ e Antônio da Silva do Santos²³¹; e vários primos eclesiásticos, entre eles, frei José Mariano da Conceição Velloso²³² e Antônio Rodrigues Dantas.²³³

A família era católica praticante – semelhante a maior parte da atual população brasileira – e devota de “Nossa Mãe Senhora Trindade”.²³⁴ Devoção, aliás, fortemente presente no alferes.

²³⁰. “O padre Domingos da Silva Xavier foi ordenado sacerdote em 19 de março de 1765. A partir de então, passou a exercer a função de capelão na igreja de Santa Rita (São João del Rei). Em 1772, no dia 10 de julho foi promovido a vigário da vara de Cuieté, Santo Antônio, Correntes, Peçanha, Suassui Grande e Pequeno e Guanhães. Devido a desavenças, fugiu para Cuiabá, residindo naquela vila com nome falso. Em 1790 foi preso por dívidas e enviado para Lisboa, não retornando mais ao Brasil. Nessa ocasião, revelou a sua verdadeira identidade.” In: RODRIGUES, André Figueiredo. *O clero e a Conjuração Mineira*. op. cit., p. 129, nota 138.

²³¹. “Vigário da freguesia do Espírito Santo da Varginha. Após a morte de Tiradentes, abandonou a profissão de capelão que exercia no povoado de Ressaca (atual distrito de Ferreiras, no município de São Gonçalo do Sapucaí) para dedicar-se à agricultura.” In: Ibidem, p. 129, nota 139.

²³². “Este frei foi um importante botânico, classificando mais de 2.000 plantas em oito anos de pesquisas realizadas em todo o vale do Paraíba do Sul, auxiliado pelos confrades Francisco Solano (desenhista) e Anastácio da Santa Inês (secretário). No final da pesquisa apresentou a obra *Flora fluminense*, em 11 volumes.” In: Ibidem, p. 130, nota 140 e a bibliografia ali constante.

²³³. “O padre Dantas foi reitor do Seminário de Mariana em 1768, lecionando ali as disciplinas de latim e retórica. Autor da obra *Sintaxe latina*, que teve grande repercussão.” In: Ibidem, p. 130, nota 141.

²³⁴. Observando-se os dados do Censo demográfico 2010 sobre religião, divulgados pelo IBGE em 29 de junho de 2012, a população brasileira que se declara católica representa cerca de 123 milhões de pessoas, o equivalente a 64,6% do total, classificando o catolicismo como a religião predominante entre os brasileiros e o Brasil como o maior país católico do mundo em números nominais. Sobre isto, conferir: CABREIRA, Maria Alda Barbosa. Religiões e religiosidades em debate. *História Unisinos*, São Leopoldo, Rio Grande do Sul: Unisinos, v. 22, n. 1, p. 149-152, 2018, p. 149-150. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/htu.2018.221.13/60746140>>. Resenha do livro: RODRIGUES, André Figueiredo; AGUIAR, José Otávio (Org.). *História, religiões e religiosidade: da Antiguidade aos recortes contemporâneos, novas abordagens e debates sobre religiões*. São Paulo, Humanitas, 2016.

Antes de sua morte, como já mostrado em outros trechos deste trabalho, Tiradentes penitenciou-se, morrendo com o coração aberto, sem rancor e sem ódio contra aqueles que o traíram. “Alegrou-se com a sua condenação em detrimento a dos demais.” A felicidade está na generosidade e no sacrifício como proclamava os ideais cristãos católicos. Portanto, “para que sua penitência fosse completa, esses preceitos deveriam estar harmoniosamente juntos; caso contrário, seu ato de penitência não estaria completo, ou seja, não alcançaria a graça procurada.”²³⁵

Atos como esses são os mais vivos designativos de uma verdadeira fé e em um país católico como o Brasil, nada como transmiti-los em um dos meios mais populares de divulgação: a moeda, e de preferência em uma de baixo valor, acessível a todos. Ver o “rosto” do alferes Tiradentes ali representado permite estabelecer os laços que uniam o presente republicano ao passado, ligado à Inconfidência Mineira. O herói mineiro torna-se o porta-voz da nação, aquele que como uma pomba em revoada anseia o desejo de liberdade, de poder voar sobre os ares que devem lembrar o ideário dos inconfidentes, em sua representação do triângulo ao fundo, tal como na moeda comemorativa de 1992 – buscar liberdade e que práticas de cidadania atinjam a todos.

²³⁵. RODRIGUES, André Figueiredo. *O clero e a Conjuração Mineira*. op. cit., p. 130-131.

3

Tiradentes e a filatelia: o herói em miniatura**Os selos postais como objeto de estudo da história**

Diversos personagens da História do Brasil também tiveram suas “representações faciais” ou “alguns de seus feitos heroicos” estampados nos selos postais brasileiros. Dentre os personagens selecionados, o alferes Tiradentes figura entre as celebridades escolhidas para ilustrar o selo postal ou materiais filatélicos. Em quatro ocasiões esteve ali representado:

- ✓ 1948 = *Tiradentes*;
- ✓ 1963 = *Tiradentes* (dentro da série: *Vultos célebres da história do Brasil*);
- ✓ 1992 = *Bicentenário de Tiradentes*;
- ✓ 2008 = *Tiradentes no Panteão da Pátria* (dentro da série: *Heróis da pátria*).

O selo postal como um instrumento de cultura visual pode ser considerado uma importante fonte de pesquisa para se estudar a receptividade da informação que em um determinado contexto histórico se quis transmitir ao grande público. Quais intenções existem por trás de determinadas escolhas imagéticas? Quais recursos discursivos foram utilizados nos selos individuais ou em coleções postais para ilustrar certa seletividade de determinados fatos históricos?

A filatelia, enquanto atividade de colecionar e de estudar selos e documentos postais, permite, por meio das estampas ali representadas, visualizar “parte” da história regional ou nacional, mediante figuras de personagens ilustres, pinturas, monumentos, fauna, flora e eventos selecionados da história política, social, e econômica, o que a torna uma fonte histórica de investigação e contempla os aspectos estéticos e criativos, podendo ser apropriada também como potencial didático e pedagógico na Educação.

Os elos postais, como objetos de estudo da história, possuem como função original conferir valor a um serviço dos Correios – o franqueamento para o envio de cartas e encomendas. Mas, além deste aspecto econômico, o selo pode ser, pelo aspecto da cultura, um item colecionável, que perde a sua função usual e passa a

exercer um novo papel: “são protegidos, guardados, observados, exibidos e adorados.”²³⁶

Na análise dos selos, a filatelia preocupa-se, de início, com seus aspectos físicos, como o tipo de papel utilizado para a confecção do selo, o ano de sua emissão, o país emissor, a dimensão (em centímetros quadrados) e a denteação (ou picotagem). Em um segundo momento analisa-se a mensagem transmitida na imagem e no texto que se reproduz na face do selo, ou seja, as suas representações, mensagens e significados.²³⁷

Assim, devemos pensar o selo com “uma função específica dentro da realidade que ele se encontra”. Além de sua função legal, “possui função política, social e cultural.”²³⁸

O selo postal pode ser entendido como

Um produto de uma autoridade oficial, é natural admitirmos que ele evidencie igualmente o seu regime político, sobretudo, quando, por motivos históricos, esse regime se modifica. Sendo assim, as emissões postais funcionam como agentes da legitimação de um governo por meio de propaganda.²³⁹

Os selos dos Correios, portanto, são um elemento de soberania nacional e um privilegiado lugar de memória. A história postal, ou o correio, é uma fonte muito útil para se conhecer a realidade política, econômica, ideológica, religiosa, cultural e social de cada momento. Os selos, elaborados pelo governo, refletem a evolução do pensamento oficial ao longo do tempo. Eles são, em consequência, elementos chave de propaganda, mas, também, de memória histórica.²⁴⁰

De acordo com Jesús García Sánchez, como mecanismo de propaganda, “o selo utiliza a seleção e simplificação dos conceitos de imagens, sua repartição sistemática e a retroalimentação de atitudes afins ao regime político”. Como

²³⁶ MENINI, Vitor Bianconi. *Pedaços de papel, pedaços de história: o selo como documento histórico*. 3 f. p. 1. Disponível em: <<http://arqueologiapublicalap.blogspot.com.br/2014/04/pedacos-de-papel-pedacos-de-historia-o.html>>.

²³⁷ Ibidem, p. 2.

²³⁸ Ibidem, p. 2.

²³⁹ Ibidem, p. 3.

²⁴⁰ GARCÍA SÁNCHEZ, Jesús. Sellos y memoria: la construcción de una imagen de España, 1936-1945. *Studia Historica: História Contemporânea*, Salamanca, v. 25, p. 37-86, 2007, p. 38. Disponível em: <<http://revistas.usal.es/index.php/0213-2087/article/view/1052>>.

instrumento de memória, o selo “exerce antes de tudo uma função normativa, criadora de modelos exemplares ou símbolos imutáveis, que legitimam a identidade afetiva de grupo destinatário” com o que representa: personagem, partido, acontecimento histórico, preservação da natureza, campanha social, religião, filme, esporte, ideia, etc. A lista é interminável.²⁴¹

O selo é um lugar de memória, como diria Pierre Nora, em obra já clássica, porque como um ícone, registra ou comemora a história e, ao mesmo tempo, é um signo de história.²⁴²

É memória de uma sociedade determinada, sendo ou não organizada. É um distintivo fundamental da soberania nacional, junto com a bandeira, o brasão, o hino e, já em menor medida, a moeda.²⁴³

Jesús García Sánchez lembra-nos que em muitos casos o selo de um lugar “procede a constituição de um Estado, anuncia sua criação ou reflete o âmbito territorial que quer constituir.”²⁴⁴ Em várias ocasiões, por exemplo, a Argentina tem incluído as Ilhas Malvinas como sendo parte de seu território, causando conflitos diplomáticos com a Inglaterra.²⁴⁵ Este assunto, aliás, tem mais importância que parece, pois se um Estado aceita as cartas franqueadas com selos emitidos por uma autoridade de um território, está legitimando a independência deste lugar, o reconhecendo perante a comunidade internacional.²⁴⁶

²⁴¹ GARCÍA SÁNCHEZ, Jesús. Sellos y memoria: la construcción de una imagen de España, 1936-1945. *Studia Historica: História Contemporânea*, Salamanca, v. 25, p. 37-86, 2007, p. 38. Disponível em: <<http://revistas.usal.es/index.php/0213-2087/article/view/1052>>.

²⁴² Discussões sobre as relações entre memória e história podem ser consultadas em: NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993; NORA, Pierre. *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1984; RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007; LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992; POLLACK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, v. 5, n. 10, 1992; POLLACK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, v. 2, n. 3, 1989.

²⁴³ GARCÍA SÁNCHEZ, Jesús. op. cit, p. 39.

²⁴⁴ Ibidem, p. 39.

²⁴⁵ Sobre o caso argentino, conferir: BECK, P. Argentinas's “philatelic annexation” of the Falklands. *History Today*, Londres, v. 33, n. 2, p. 39-44, 1983.

²⁴⁶ GARCÍA SÁNCHEZ, Jesús. op. cit, p. 39.

FIGURA 34
Penny Black (1840)



Fonte: PENNY Black. Disponível em:
 <https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/3/36/Penny_black.jpg>.

Mas, no contexto, a história do selo tem sua origem na Europa, no século XIX. O primeiro selo postal nasceu na Inglaterra em 6 de maio de 1840, sob o título de Penny Black (Figura 34), uma homenagem à rainha Vitória, e passou, a partir de então, a ser considerado um significativo meio de comunicação e objeto de pesquisa e de estudos da história.²⁴⁷

O surgimento do selo foi motivado pela Revolução Industrial, a partir da segunda metade do século XIX, com o desenvolvimento das relações comerciais, aumentando, assim, a necessidade de comunicação, pois o volume de correspondência cresceu tanto que os correios não davam mais conta de atender a demanda, o que obrigou a se descobrir uma nova maneira de facilitar o serviço.

O inglês Rowland Hill (1795-1879) criou o selo adesivo, considerado um dos grandes acontecimentos históricos contemporâneos, o que significa afirmar que as primeiras edições postais têm um valor documental ímpar.²⁴⁸

O selo, portanto, é um documento histórico e a filatelia um ramo do conhecimento, uma categoria do conhecimento histórico, que tem como objeto de estudo os selos postais e os materiais relacionados a eles. A filatelia representa, em sua essência, um poderoso elemento auxiliar da história.²⁴⁹

²⁴⁷ QUANDO e onde surgiu o primeiro selo de correio? *Super Interessante – Mundo Estranho*. 11 abr. 2011. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/mundo-estranho/quando-e-onde-surgiu-o-primeiro-selo-de-correio/>>.

²⁴⁸ FERREIRA, Luis Eugénio. *Um certo olhar pela filatelia*. 2. ed. Santarém (Portugal): Húmus, 2006, p. 13. Disponível em: <https://www.fep.up.pt/docentes/cpimenta/lazer/html/ebook/bfd002_p.pdf>.

²⁴⁹ . Ibidem, p. 11.

Por razões históricas determinantes, nos primeiros cinquenta anos de história da filatelia, as primeiras edições foram remetidas às efígies de soberanos reinantes, às armas e brasões e aos motivos mitológicos.²⁵⁰

O primeiro selo brasileiro, a exemplo do inglês, foi planejado pela direção dos Correios do Brasil à época para agradar ao jovem imperador dom Pedro II, estampando sua efígie. Porém, “a Corte recusou a honraria por achar um desrespeito carimbar a imagem do monarca.” Então, decidiu-se apenas desenhar “os algarismos indicativos do valor do selo, em fundo neutro, sobre linhas onduladas e entrelaçadas.”²⁵¹

Assim sendo, em 29 de novembro de 1842, dom Pedro II aprovou os Decretos nº 254 e 255, pelos quais instituiu o selo postal nas correspondências brasileiras. Em 1º de agosto de 1843 foram colocados em circulação nos Correios do Império os nossos três primeiros selos postais: os denominados Olhos de Boi – de 30, 60 e 90 réis cada. (Figuras 35 a 37)²⁵²

As cifras foram desenhadas pelos gravadores de moedas Carlos Custódio de Azevedo e Quintino José de Faria, em papel médio acinzentado ou amarelado, e impressos pela Casa da Moeda do Brasil, sem denteação ou picote. “Foram produzidos mais de 1,5 milhão de selos de 60 réis, quase 1,1 milhão de 30 réis (ambos para uso dentro do país) e cerca 350 mil de 90 réis (para cartas destinadas ao exterior).”²⁵³ Os Olhos de Boi circularam até 1º de julho de 1844.²⁵⁴ Como este feito, o Brasil tornou-se o segundo país do mundo a emitir selos.

²⁵⁰ QUANDO e onde surgiu o primeiro selo de correio? op. cit.

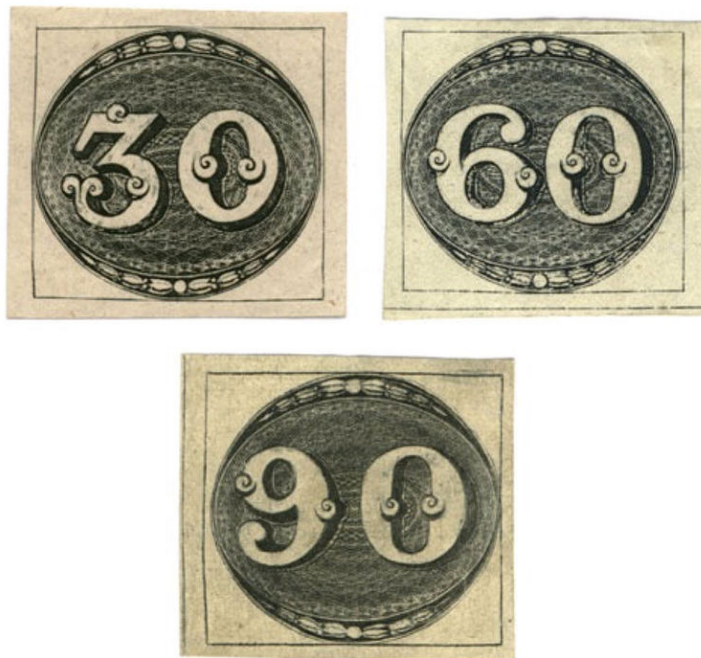
²⁵¹ 1º DE AGOSTO: dia do selo postal brasileiro. *Blog dos Correios*. Disponível em: <<http://blog.correios.com.br/correios/?p=48822>>.

²⁵² Ibidem.

²⁵³ Ibidem. Destes números sabe-se que dos selos Olhos de Boi de 60 réis foram postos à venda apenas 1.335.865 selos; dos de 60 réis apenas 856.617 selos e dos de 90 réis apenas 341.125 circularam. Em virtude de sua desmonetização, a Administração do Correio Geral da Corte, em documento de 18 de julho de 1894, que considerou nulos todos os selos emitidos no período imperial, decretou a data de 20 de outubro daquele ano para o seu cumprimento. Em 30 de março do ano seguinte, os selos recolhidos foram incinerados no pátio da Casa da Moeda. Sobre isto e a história dos selos Olhos de Boi, conferir: STUDART, Marcelo Gladio da Costa. O Olho-de-Boi. In: EXPOSIÇÃO Brasileira 93. São Paulo, 1993. *Catálogo*... São Paulo: ABRAFITE, 1993, p. 50-55. Disponível em: <<http://www.abrafite.com.br/artigo8a.htm>>, p. 50-51.

²⁵⁴ CATÁLOGO de selos do Brasil 2017, 1843-2016. 60. ed. São Paulo: RHM, 2017, p. 15.

FIGURAS 35 a 37
Selos *Olhos de Boi* (1843-1844)



Fonte: SELOS Olhos de Boi – 30, 60 e 90 réis. Arte de Carlos Custódio de Oliveira e Quintino José de Faria. Brasil, 1843-1844. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Olho_de_Boi_\(selo\)#/media/File:Ochsenaugen-Brasilien.jpg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Olho_de_Boi_(selo)#/media/File:Ochsenaugen-Brasilien.jpg)>.

Os selos postais, inicialmente criados com a simples finalidade de postagem de correspondência, divulgam e assinalam hoje informações importantes sobre o Brasil, ao mesmo tempo em que prestam homenagem a heróis brasileiros e personalidades nacionais, divulgando tradições e auxiliando na consolidação da identidade nacional, em diálogo com outras textualidades (elementos verbovisuais), como as moedas e as cédulas de dinheiro, os cartões postais, a construção de monumentos, os currículos escolares, as fotografias, a documental oficial do estado, as medalhas, as edificações e as placas comemorativas instaladas nas paredes de casas de mortos ilustres, etc.

O selo postal, enquanto material ilustrativo, tem características e funções marcantes como portador de informações e mensageiro do grande público, como também o papel de educar os leitores para a prática de uma leitura diferente de mundo, com a intenção de emancipar o intelecto, já que muitas pessoas têm dificuldades em leituras iconográficas, pois as imagens e os símbolos refletem a

realidade, e dela se apropriam para emitirem mensagens muitas vezes não decodificadas.²⁵⁵

Diego Salcedo e Isaltina Gomes lembram que o selo postal pode ser considerado um meio de divulgação de informações científicas, utilizado tanto para enviar mensagens ao grande público quanto para educar leitores de mundo. A cultura visual, por meio da imagem, é um meio de expressão da cultura humana.²⁵⁶

Segundo Diego Salcedo, “a imagem tem sido utilizada como um recurso discursivo que informa, (...) modifica seu mundo e tem papel importante na construção da realidade social”.²⁵⁷

O selo, portanto, tem a função social e histórica de contemplar temas de relevância nacional, propagando a cultura, a arte e a história. Porém, não se pode esquecer do poder ideológico revestido nele, a serviço da política, da economia e da cultura.

Tiradentes nos selos postais

O alferes Tiradentes fez-se presente em quatro emissões filatélicas brasileiras.

a-) Tiradentes (1948): a imagem monumental

A primeira das representações de Tiradentes na filatelia ocorreu em 12 de novembro de 1948, com o lançamento do selo postal comemorativo autônomo “Bicentenário do nascimento do alferes Joaquim José da Silva Xavier – ‘Tiradentes’ – 1748-1948”.²⁵⁸ (Figura 38)

²⁵⁵ SALCEDO, Diego Andres; GOMES, Isaltina Maria M. A. A visibilidade da ciência nos selos postais comemorativos. *E-Compós*, v. 12, n. 1, 2009, p. 7. Disponível em: <<https://doi.org/10.30962/ec.v12i1.263>>.

²⁵⁶ Ibidem, p. 1.

²⁵⁷ Ibidem, p. 1.

²⁵⁸ . CATÁLOGO de selos do Brasil 2017. op. cit., p. 121. Após o seu lançamento, o então presidente Eurico Gaspar Dutra publicou a Lei nº 1.197, em 9 de setembro de 1950, que autorizava nova emissão daqueles selos, em virtude de os impressos disponibilizados ao comércio apresentarem erros nas datas de nascimento e do bicentenário natalício do alferes. A cronologia correta é 1746 e

FIGURA 38
Selo *Tiradentes* (1948)



Fonte: TIRADENTES. Brasil, 1948. Acervo: André Figueiredo Rodrigues.

O selo ilustra a imagem canonizada do alferes pelo poder público como um “mártir”, construída pelos republicanos entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX: um homem com longas barbas e cabelos, vestido com uma túnica branca e com a corda e o baraço ao pescoço.

No selo, a imagem facial de Tiradentes recupera – pelo menos é o que se pode supor – as representações pintadas por Aurélio de Figueiredo (1856-1919), em 1893, de seu “Martírio de Tiradentes” (Figura 39), óleo sobre tela pertencente ao Museu Histórico Nacional, e no quadro “Tiradentes no patíbulo”, de 1898, que se encontra no plenário da Câmara Municipal da cidade do Rio de Janeiro / Palácio Pedro Ernesto. Semelhantes entre si, as duas pinturas apresentam o mesmo desenho: Tiradentes na forca momentos antes de sua execução; mudando-se, apenas, as suas dimensões.

1946. Não se emitiu qualquer selo corrigindo aquele equívoco cronológico. Conferir: DECRETO nº 1.197, de 9 de setembro de 1950. *Diário Oficial da União*, Brasília, seção I, 15 set. 1950. Disponível em: <<https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/118098-autoriza-o-poder-executivo-por-intermédio-do-ministério-da-via-u-o-e-obras-públicas-a-emitir-selos-postais-comemorativos-do-bi-centenário-de-tiradentes.html>>.

A iconografia do selo (Figura 38) traduz a monumentalidade de um Tiradentes que se agiganta frente ao destino que lhe foi imposto – o enforcamento. Sua posição ereta e por estar no mesmo plano do observador, assim como o círculo que destaca o seu dorso e rosto, conduz-nos a um enquadramento que potencializa a dramaticidade do momento de sua execução.

Ao se reproduzir no selo a imagem de Tiradentes como se esta representação imagética fosse a de um santinho distribuído a amigos quando da morte de uma pessoa querida ou de promessa e oração, o observador o rememora e o recupera como alguém próximo. A face de Tiradentes reforça o simbolismo criado em torno de sua imagem como figura cívico-religiosa. Um homem identificado com as dores da nação, que morreu vítima do governo português e dos amigos que o traíram, mas que aceita com resignação seu próprio sacrifício.

O selo apresenta o “mártir imaculado”, na feliz expressão cunhada por José Murilo de Carvalho para apresentá-lo como o símbolo de um movimento sedicioso que ficou apenas no plano das intenções, que configura e que exalta um homem popular, humilde e, acima de tudo, rebelde. Um herói integrador, portador da imagem de um povo inteiro, que merece identificá-lo como o símbolo da redenção do país, como aquele que, em miniatura, como um santinho de promessa e oração, ou de um candidato ou mesmo de homenagem a morte de alguém, congregava tudo isso.²⁵⁹

O executado e a representação construída em torno de sua imagem no selo evidenciam histórias de liberdade que se digladiavam, diferentes projetos de cidadania que se confrontavam em busca de uma harmônica nação construída por incipientes princípios democráticos nos anos de 1948, que acabaram solapados na década de 1960, quando o herói libertador será recuperado pela Ditadura Civil-Militar, com propósitos assemelhados ao que se vinha reforçando desde finais do século XIX: o homem-herói capaz de unificar a nação e ocultar conflitos e histórias múltiplas de lutas pela liberdade. Essa “manipulação” libertária ainda tem muito a nos revelar...

²⁵⁹. CARVALHO, José Murilo de. op. cit., p. 55-73; LARA, Silvia Hunold. op. cit., p. 22-23.

FIGURA 39
Aurélio de Figueiredo – *Martírio de Tiradentes* (1893)



Fonte: MELLO, Francisco Aurélio de Figueiredo e. *Martírio de Tiradentes*. Óleo sobre Tela. 1893. Museu Histórico Nacional. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://br.pinterest.com/pin/796926096535839818/>>.

b-) Tiradentes entre os *Vultos célebres da história do Brasil* (1963-1966)

Entre 1963 e 1966 circulou a segunda representação imagética do alferes Tiradentes em formato de selo postal. Neste período sua “imagem” foi incluída na série regular *Vultos célebres da história do Brasil* (Figuras 40 a 46), ao lado de outras seis personalidades: o engenheiro Severino Henrique de Lucena Neiva (selo de Cr\$ 8,00),²⁶⁰ o engenheiro Euclides da Cunha (selo de Cr\$ 30,00),²⁶¹ o médico Angelo Moreira da Costa Lima (selo de Cr\$ 50,00),²⁶² o poeta Antônio Gonçalves Dias (selo de Cr\$ 100,00),²⁶³ o próprio *Tiradentes* (selo de Cr\$ 200,00), o imperador dom Pedro I (selo de Cr\$ 500,00)²⁶⁴ e o imperador dom Pedro II (selo de Cr\$ 1.000,00).²⁶⁵

Na década de 1960, a série postal (Figuras 40 a 46), de maneira semelhante ao ocorrido com o dinheiro (conjunto *Vultos nacionais da história do Brasil*, Figuras 7 a 16), estampou uma coleção de efígies de personalidades da história do Brasil. Dos homenageados, Tiradentes e os imperadores dom Pedro I e dom Pedro II se fazem representar nas duas séries.

²⁶⁰. Severino Henrique de Lucena Neiva (1875-1958) foi diretor dos Correios. De sua biografia, infelizmente não encontramos nada.

²⁶¹. Euclides da Cunha (1866-1909), escritor e jornalista, notabilizou-se com autor de *Os sertões*, obra-prima em que narra os principais acontecimentos da Guerra de Canudos, nos sertões da Bahia em 1896 e 1897, mostrando a vida do sertanejo em sua luta diária pela sobrevivência em um interior, à época, negligenciado e esquecido pelas autoridades.

²⁶². Angelo Moreira da Costa Lima (1887-1964) foi um médico e biólogo que colaborou no combate a febre amarela no estado do Pará, na comissão organizada pelo médico sanitário Oswaldo Cruz. Foi pesquisador dedicado ao estudo dos insetos e, pelas suas importantes contribuições a essa área de estudos, é considerado o maior entomologista do Brasil. Sobre ele, conferir: ANGELO Moreira da Costa Lima. Instituto Oswaldo Cruz / Fiocruz. Rio de Janeiro. 2000. Disponível em: <<http://www.ioc.fiocruz.br/pages/personalidades/AngeloMCLima.htm>>.

²⁶³. Antônio Gonçalves Dias (1823-1864), importante poeta, crítico de história, teatrólogo e jornalista, notabilizado como um dos expoentes do romantismo literário brasileiro. É autor do poema “Canção do exílio”, um dos mais famosos da literatura brasileira.

²⁶⁴. Sobre dom Pedro I, conferir a nota de rodapé nº 202, p. 86.

²⁶⁵. Para dom Pedro II, verificar a nota de rodapé nº 201, p. 85.

FIGURAS 40 a 46

Série postal *Vultos célebres da história do Brasil* (1963-1966)



Fonte: VULTOS célebres da história do Brasil. Brasil, coleção postal, 1963-1966. Acervo: André Figueiredo Rodrigues.

Em meio à Ditadura Civil-Militar, tanto no selo quanto no dinheiro, o governo se esforçou por representar vultos e episódios brasileiros, notadamente políticos, como instrumentos de propaganda e consolidação do regime. Naquele contexto, Tiradentes, como mostrado, estava em evidência, como indicam as manifestações oficiais que lhe alardearam o epíteto de “patrono cívico da nação brasileira”, em conjunto com a determinação de que a sua efígie estivesse exposta nas unidades das Forças Armadas, nas repartições públicas, nas escolas e nas entidades relacionadas ao governo, e o 21 de abril ser instituído como feriado nacional (Decreto nº 4.897, de 9 de dezembro de 1965). Naquele momento, Tiradentes já era o patrono nacional das polícias militares e civis, a ponto de a data de sua morte, para além de ser feriado nacional, ser a data em que se comemora o Dia da Política Militar no Brasil e, em alguns estados, também o da Polícia Civil.

Nas proximidades do 21 de abril de 1966, decreto complementar a lei anterior (Decreto nº 58.168, de 11 de abril de 1966), adotou como modelo o monumento de bronze ao ar livre de Francisco Andrade (Figura 2) como a efígie a ser utilizada nas representações do alferes.

No avançar da década de 1970, associando-se às comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil, a mesa da Câmara dos Deputados, em reunião de 5 de dezembro de 1972, decidiu promover a reedição dos Autos de Devassa da Inconfidência Mineira, cuja primeira edição foi publicada pelo então Ministério da Educação e Saúde Pública, de 1936 a 1938, durante a gestão do ministro Gustavo Capanema, no governo presidencial de Getúlio Vargas. A publicação foi relançada, com o acréscimo de aproximadamente três centenas de documentos, entre eles os já referenciados “Últimos momentos dos inconfidentes”, pelo frade Raimundo Penaforte, e “Memória do êxito que teve a Conjuração de Minas e dos fatos relativos a ela...”, pelo frei José Maria do Desterro, que ajudaram a construir, na memória popular, a religiosidade do alferes. Em dez volumes, ao invés dos anteriores sete patrocinados pelo governo de Vargas, os “novos” Autos de Devassa tornaram-se públicos de 1976 a 1983, em edição conjunta da Câmara dos Deputados e da Imprensa Oficial do Governo do Estado de Minas Gerais.²⁶⁶

É interessante observar, como nos alerta Helder Cyrelli Souza, que nas comemorações aos 150 anos de nossa Independência, em 1972, o alferes Tiradentes, já como protomártir da Independência, não foi referido em uma única emissão daquele ano, que assinalava também os 180 anos decorridos de sua morte. Esta omissão, segundo ele, “pode ser tão sugestiva quanto uma emissão, quando se trata de compreender os mecanismos de massificação das tradições inventadas.”²⁶⁷

Invenção que se fez presente na imagem reproduzida no selo postal regular Tiradentes, dentro da série *Vultos célebres da história do Brasil*. (Figura 47) No conjunto, como já exposto, a representação facial do alferes assemelha-se ao desenho que estampa a cédula de papel-moeda de Cr\$ 5.000,00, da série dos vultos nacionais da história do Brasil de o Cruzeiro. O modelo, de ambos, ao seu final, é a imagem de Angelo Agostini (Figura 23).

²⁶⁶. MATHIAS, Herculano Gomes. Introdução histórica. In: AUTOS de Devassa da Inconfidência Mineira. op. cit., v. 1, 1976, p. 17-66.

²⁶⁷. SOUZA, Helder Cyrelli. *Os cartões de visita do Estado: a emissão de selos postais e a ditadura militar no Brasil*. Porto Alegre, 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, p. 130.

FIGURA 47**Tiradentes na série *Vultos célebres da História do Brasil***

Fonte: TIRADENTES. Selo pertencente à coleção postal *Vultos célebres da história do Brasil*. Brasil, coleção postal, 1963-1966. Acervo: André Figueiredo Rodrigues.

No selo, comparando-se com o desenho do artista gráfico Angelo Agostini, apenas se inverteu o lado para o qual se gira a face do alferes. Comparativamente temos (Figuras 48):

Assim como no desenho do reverso da cédula do dinheiro (Figura 17), no selo postal o alferes Tiradentes aparece com barba e um cabelo longo. Aparentemente vestido com o casaco de um terno, não se observam nele quaisquer sinais do suplício que a Coroa portuguesa lhe imputou em 1792. Nas iconografias não aparecem à corda, o laço da forca ou a veste branca que ele trajava no ato de seu enforcamento.

FIGURA 48

Tiradentes: desenho de Angelo Agostini e selo (1963-1966)



Tiradentes, adaptado de Angelo Agostini.²⁶⁸



Selo Tiradentes (1963-1966)²⁶⁹

Com semblante afável, olhar firme, lábios cerrados e acentuado vinco entre as sobrancelhas ligeiramente erguidas, o Tiradentes reaparece nobilitado no selo postal, haja vista a sua primeira aparição na filatelia brasileira em 1948. (Figura 38) No olhar, nenhuma agressividade, como se aquele material filatélico quisesse transmitir, em alegoria, que o sistema vivenciado naquele instante de ditadura, fosse pacífico, sem convulsões políticas e culturais, por exemplo. O retrato de Tiradentes, entre os vultos selecionados, sem qualquer menção ao suplício que vivenciou em 1792, já que o elemento visual que a isto poderia representar – a corda com o seu baraço –, foi apagada da imagem em miniatura de 1963 a 1966, assim como no dinheiro, possibilitando ao leitor o visualizar – assim como à nação sob o regime administrativos dos militares (tanto quanto Tiradentes) – de maneira altiva, sem ares de beligerância ou agressividades e em estado de paz. Em contrastes com o estado de exceção que se vivia na época.

²⁶⁸. Fonte: Adaptado de AGOSTINI, Angelo. Alegoria à comemoração do dia de Tiradentes. *Revista Ilustrada*, Rio de Janeiro, ano 15, n. 588, p. 4, 26 de abril de 1890. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/332747/per332747_1890_00588.pdf>.

²⁶⁹. Fonte: TIRADENTES. Selo pertencente à coleção postal “Vultos célebres da história do Brasil”. Brasil, coleção postal, 1963-1966. Acervo: André Figueiredo Rodrigues.

A concepção de Tiradentes como o mártir da liberdade ou aquele que encarnou os princípios da pátria, na década de 1970 representava o nascedouro da brasilidade política. Sua glorificação o fez aparecer com atribuídas qualidades visíveis no selo, no dinheiro, na história e na imagética que dele se construiu: um herói que não se acovardou diante de leis parciais, de circunstâncias econômicas e políticas do final do século XVIII e das ações de juízes prevaricadores.²⁷⁰ Ao enaltecê-lo, transformaram Joaquim José da Silva Xavier em modelo para os cidadãos, em arquétipo para os nacionalistas, em protótipo para os patriotas. No período, em obra de meados da década de 1960, o historiador Waldemar de Almeida Barbosa, em sua *A verdade sobre Tiradentes*, escreveu:

Tiradentes, pela sua atuação durante a Devassa, pelo seu anseio de libertação que arruinou toda a sua vida, pelo seu martírio, pelo sangue derramado pela Pátria, pelo estoicismo que o colocou num plano diferente de todos os demais inconfidentes, merece realmente tenha sua memória cercada pela auréola de glória e engrandecida permanentemente por todos os brasileiros.²⁷¹

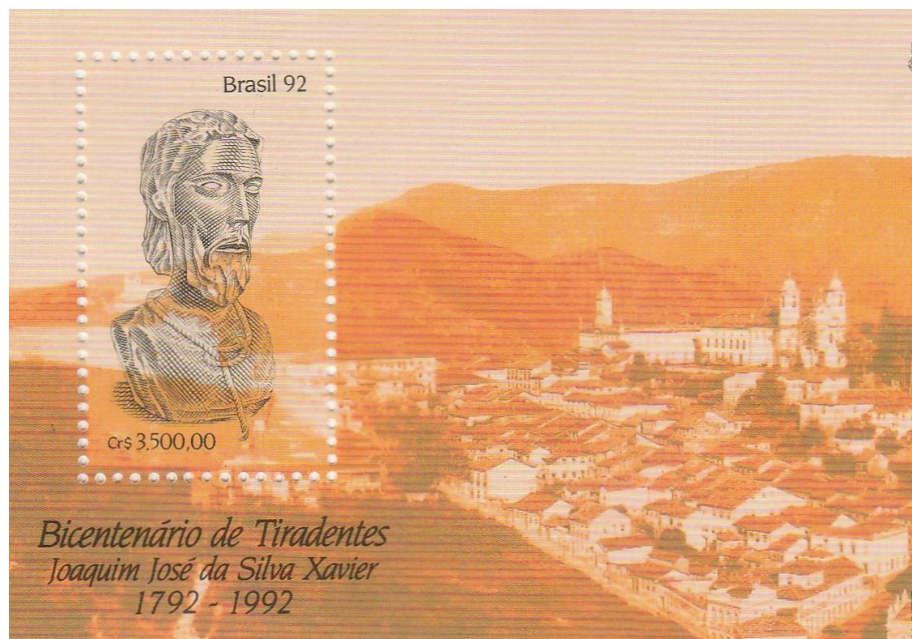
Deste ponto ao panteão definitivo da pátria, resta um passo; mas não sem antes comemorar o seu bicentenário de morte em 1992 (Figura 49) e, só assim, ingressar de vez no rol dos heróis da pátria, no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, em seu Livro de Aço e na publicação do selo alusivo a este fato. (Figura 79)

c-) Bicentenário de Tiradentes (1992)

Em 21 de abril de 1992, quando se comemoravam os 200 anos da data de morte do alferes Tiradentes na forca, no Rio de Janeiro, os Correios lançaram um selo em bloco comemorativo em sua homenagem. (Figura 72)

²⁷⁰. Sobre as tramas envolvendo juízes e a estrutura da devassa, consultar: RODRIGUES, André Figueiredo. *A fortuna dos inconfidentes*. op. cit., cap. 1, p. 33-84.

²⁷¹. BARBOSA, Waldemar de Almeida. *A verdade sobre Tiradentes*. Belo Horizonte: Instituto de História, Letras e Artes, s.d., p. 170-171.

FIGURA 49**Tiradentes no bloco comemorativo ao seu bicentenário (1992)**

Fonte: BICENTENÁRIO da execução de Tiradentes, Joaquim José da Silva Xavier, 1792-1992. Brasil, 1992. Acervo: André Figueiredo Rodrigues.

FIGURA 50**Tiradentes no selo do bloco de seu bicentenário (1992)**

No selo (Figura 50), Tiradentes é representado em desenho, a partir da cópia da escultura em bronze de Bruno Giorgi (1905-1993), de 1985, que se encontra à esquerda da rampa de acesso ao memorial cívico fúnebre Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, na Praça dos Três Poderes, em Brasília.

Fonte: BICENTENÁRIO da execução de Tiradentes, Joaquim José da Silva Xavier, 1792-1992. Brasil, 1992. Acervo: André Figueiredo Rodrigues.

A composição, de maneira semelhante ao representado no selo de 1948 (Figura 38), traz o alferes Tiradentes envolto com a corda no pescoço. Este fato, aliás, é significativo, pois somente se encontram imagens do alferes com a corda no pescoço em momento histórico regido por princípios de democracia.

Em 1948, por exemplo, vivíamos um incipiente regime democrático, após o governo ditatorial de Getúlio Vargas (Estado Novo, de 1937 a 1945), com a vitória eleitoral do general Eurico Gaspar Dutra para a presidência do Brasil (governo de 1946 a 1950), a promulgação de nossa quinta Constituição, em setembro de 1946, e a implantação de uma política desenvolvimentista (Plano Salte) baseada na intervenção estatal nos setores produtivos e financeiros.²⁷²

Já em 1992, quando a corda e o barão reaparecem envolvendo o pescoço do alferes, vivíamos também um momento de reconstrução da democracia. Na presidência estava Fernando Collor de Mello, o mais jovem e o primeiro presidente eleito por voto direto da população, após o regime da Ditadura Civil-Militar.

Em ambas as situações, de vivência democrática, aparecem um Tiradentes discordante do padrão concebido pelos ideólogos da República, quando da implantação do novo regime. O herói com a “cara da nação”, muito em virtude dos traços místicos alinhados à monarquia desenvolvidos por Joaquim Norberto de Sousa Silva, a partir de seus escritos de 1860, que mostrou a coragem de uma pessoa que encarcerado por mais de um ano, sem falar com praticamente ninguém, viu-se com a coragem de, ainda assim, assumir para si o crime cometido por muitos, qual seja, rebelar-se contra a Coroa portuguesa. Como mostrado pelos frades que o acompanharam ao cadafalso, em seus últimos momentos de vida, proveio enorme fervor religioso, identificando a sua marcha e seus atos abertamente com a trajetória dos últimos dias de Jesus Cristo. O cerimonial de seu enforcamento aproximou o ritual da encenação de sua morte em semelhança a de Cristo. Neste simbolismo não havia espaço para lembrar a força ou qualquer tentativa de mostrar a história do condenado, que teve o seu corpo esquartejado e manchado com o sangue que lhe escorreu do corpo no momento de seu esquartejamento.

²⁷². Sobre o governo Eurico Gaspar Dutra e o seu Plano Salte, consultar: CALICCHIO, Vera. Plano Salte. In: DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/plano-salte>>.

O selo, ao mostrar um alferes diferente, abre caminho para a revisão de sua biografia e, por simetria, a releitura da própria história da Inconfidência Mineira. Mas, naquele contexto, pensar em Tiradentes e mesmo no movimento que participou ia além de narrar a sua biografia ou a dos fatos ligados a ele, mas tornar possível, a partir dos princípios democráticos que avançavam pela nação, a partir das décadas de 1980 e 1990, em processo de redemocratização vivido pelo país após o período do regime militar (1964-1985), um dos “sonhos” daqueles sediciosos: o de viver em uma nação livre, moderna e que assegure a todos o direito à cidadania. Isto, aliás, não faz com que a história perca o seu caráter exemplar, mas incorpore um novo mote ao seu repertório discursivo, que é a reivindicação da cidadania.²⁷³

FIGURA 51

Bruno Giorgi – *Tiradentes*

O desenho do alferes ali apresentado (Figura 50) baseou-se na estátua de Bruno Giorgi (Figura 51) que se encontra no lado esquerdo da rampa de entrada do Panteão da Pátria e da Liberdade. O monumento (Figura 52), que simboliza uma pomba, projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer, foi inaugurado em 7 de setembro de 1986, tendo por finalidade homenagear os heróis oficialmente reconhecidos do Brasil, ou seja, as pessoas que lutaram pela liberdade e pela democracia em nosso país, especialmente Tiradentes, que, além de ser um dos heróis nacionais ali agraciados (o número 1), é o “patrono cívico da nação brasileira”.



Pedestal – Tiradentes, de Bruno Giorgi.²⁷⁴

²⁷³. SOUZA, Helder Cyrelli. op. cit., p. 137.

²⁷⁴. Fonte: TIRADENTES no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves. Brasília. Disponível em: <https://www.tripadvisor.com.br/Attraction_Review-g303322-d2349425-Reviews-Panteao_da_Patria-Brasilia_Federal_District.html#photos;aggregationId=101&albumid=101&filter=7&ff=348486832>.

A criação do panteão, “defendida desde 1891 e concretizada quase um século depois, em pleno processo de redemocratização”, trouxe para Brasília, “a lembrança eterna de personagens fundamentais para a consolidação da nação”, “inscrevendo de maneira indelével na história suas contribuições para a Pátria brasileira”.²⁷⁵

A ideia pela construção do monumento ganhou força na ação do então governador do Distrito Federal, José Aparecido de Oliveira, como maneira de prestar uma “homenagem póstuma ao ex-presidente Tancredo Neves”, que morreu antes de assumir o cargo político maior do país, após ter sido o primeiro presidente eleito democraticamente, ainda que indiretamente no colégio eleitoral, depois de vinte anos de regime militar, em 1984.²⁷⁶ (Figura 52)

FIGURA 52

Tiradentes no Panteão da Pátria e da Liberdade



Fonte: PANTEÃO da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves. Brasília. Disponível em: <<https://bora.ai/bsb/passeios/monumento-em-homenagem-aos-herois-nacionais>>.

²⁷⁵. CÂMARA DOS DEPUTADOS. Centro de Informação e Documentação. Coordenação Edições Câmara. *A construção da memória nacional: os heróis no Panteão da Pátria*. Brasília, 2010, p. 7. A ideia de se construir um panteão aos fundadores da pátria já no final do século XIX partiu do deputado Aristides Lobo, por ocasião dos debates da Assembleia Constituinte de 1890-1891. Em certa ocasião, Lobo propôs, em discurso no plenário, a sua construção como forma de homenagear um dos próceres do movimento republicano, Benjamin Constant (1836-1891). A medida, que procurava dar continuidade à criação de uma simbologia para o recém-instalado regime republicano, “que necessitava de signos e imagens para sua legitimação”; entretanto, não saiu do papel. O máximo que se fez foi adquirir a residência onde ele faleceu e colocar no local uma lápide em homenagem à sua memória. Isto foi realizado apenas em 1926. In: *Ibidem*, p. 15-16.

²⁷⁶. *Ibidem*, p. 19.

No selo (Figura 50) aparece um Tiradentes representando um complexo de deveres cívicos, com ar disciplinado e olhar e suspiros de coragem, frente ao barão que viria a apertar a corda e lhe tirar a vida, incluindo-o na galeria dos heróis da pátria, no rol daqueles que morreram por acreditar em ideais libertários. No Livro de Aço dos Heróis da Pátria – o símbolo máximo da honraria governamental de pertencer ao grupo de heróis nacionais – consta, como já informado, o nome do alferes Tiradentes, o primeiro dos ali inscritos. (Figura 53) Ele foi o primeiro “herói” a ter o nome inserido naquele Livro, com inscrição em 21 de abril de 1992. (Figura 54)

FIGURA 53

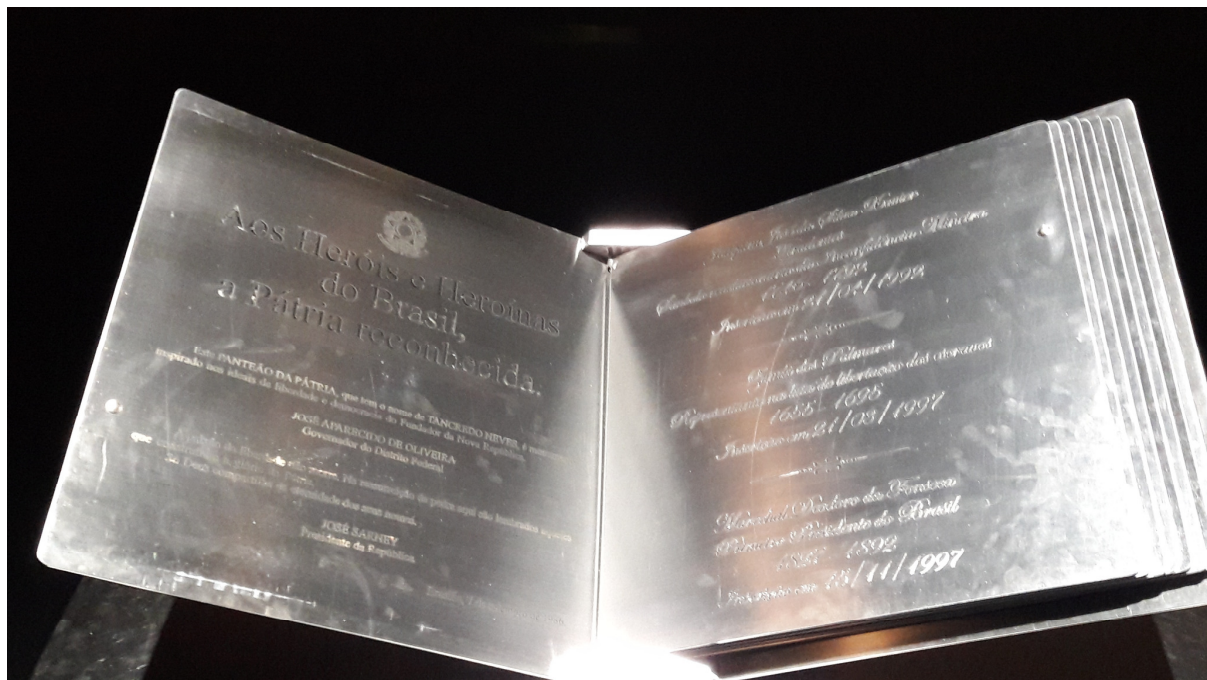
Livro de Aço constante no Panteão da Pátria e da Liberdade



Fonte: Fotografia: André Figueiredo Rodrigues. 2017.

FIGURA 54

Página com a inscrição do nome de Tiradentes no Livro de Aço do Panteão da Pátria e da Liberdade



Fonte: Fotografia: André Figueiredo Rodrigues. 2017.

d-) Tiradentes na série *Heróis da pátria* (2008)

Em 2008, foi publicada pelos Correios uma folha de selos homenageando dez vultos brasileiros que “possuíram e defenderam ideais de liberdade e de democracia”. Na série, intitulada *Heróis da pátria: Panteão da Pátria Tancredo Neves – Livro de Aço dos heróis nacionais*, lá estava o alferes Tiradentes.

Nesta emissão, a escolha dos heróis laureados foi inspirada no Livro de Aço do Panteão da Pátria. Cada página de metal daquele Livro contém o nome de um homenageado e rápidas notas biográficas sobre ele.

Na folha do selo (Figura 55) constam, na ordem em que aparecem representados, os nomes do imperador dom Pedro I,²⁷⁷ do marechal Deodoro da

²⁷⁷ . O imperador dom Pedro I teve o seu nome inserido no Livro de Aço em 5 de setembro de 1999. Sobre dom Pedro I, verificar a nota de rodapé nº 202, p. 86.

Fonseca,²⁷⁸ do duque de Caxias,²⁷⁹ do almirante Barroso,²⁸⁰ do almirante Tamandaré,²⁸¹ de José Bonifácio de Andrada e Silva,²⁸² de Alberto Santos Dumont,²⁸³ do Zumbi dos Palmares,²⁸⁴ do alferes *Tiradentes* e de Plácido de Castro.²⁸⁵

²⁷⁸. Marechal Deodoro da Fonseca teve o seu nome inscrito no Livro de Aço em 15 de novembro de 1997. Sobre ele, conferir a nota de rodapé nº 199, p. 85.

²⁷⁹. Luís Alves de Lima e Silva, o duque de Caxias, patrono do Exército brasileiro, teve o seu nome inserido no Livro de Aço em 28 de janeiro de 2003. Sobre ele, ver a nota de rodapé nº 296, p. 84. Conferir: EDITAL 11 – 2008: heróis nacionais. Brasília: ECT, 2008. Disponível em: <<http://www.selosefilatelia.com.br/PastaLancamentos/011.html>>.

²⁸⁰. Francisco Manoel Barroso da Silva (1804-1882), almirante Barroso, participou de combates na Guerra da Cisplatina, em operações contra a Cabanagem, na Província do Pará, e comandou a Força Naval Brasileira na batalha naval do Riachuelo, na guerra da Tríplice Aliança contra o governo do Paraguai. Ocupou relevantes cargos na Marinha. Teve o seu nome inscrito no Livro de Aço em 11 de junho de 2005. Conferir: EDITAL 11 – 2008: heróis nacionais. Brasília: ECT, 2008. Disponível em: <<http://www.selosefilatelia.com.br/PastaLancamentos/011.html>>.

²⁸¹. Joaquim Marques Lisboa, o almirante Tamandaré, patrono da Marinha brasileira, teve o seu nome gravado no Livro de Aço em 13 de dezembro de 2004, data em que se comemora o Dia do Marinheiro. Sobre ele, verificar a nota de rodapé nº 195, p. 84. Conferir: EDITAL 11 – 2008: heróis nacionais. Brasília: ECT, 2008. Disponível em: <<http://www.selosefilatelia.com.br/PastaLancamentos/011.html>>.

²⁸². José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838), cognominado o patriarca da Independência. Por sua fecunda carreira de homem público e capacidade e dotes políticos, foi o principal articulador da nossa Independência. “O grito do Ipiranga, em 7 de setembro de 1822, foi, na verdade, o arremate do processo de emancipação, do qual José Bonifácio foi o grande arquiteto”. Seu nome foi inserido no Livro de Aço em 21 de abril de 2007, nas comemorações do quadragésimo sétimo aniversário de Brasília. Conferir: EDITAL 11 – 2008: heróis nacionais. Brasília: ECT, 2008. Disponível em: <<http://www.selosefilatelia.com.br/PastaLancamentos/011.html>>.

²⁸³. No edital de lançamento do selo consta ser Alberto Santos Dumont (1873-1932) um aeronauta que projetou, construiu e voou os primeiros balões dirigíveis com motor. Também foi o primeiro a decolar a bordo de um avião impulsionado por um motor a gasolina. Seu nome foi inscrito no Livro de Aço em 26 de julho de 2006, na data em que se comemora o centenário do voo do 14 Bis, realizado em 23 de outubro de 1906, em Paris, na França. É o patrono da Aeronáutica e da Força Aérea Brasileira. Conferir: EDITAL 11 – 2008: heróis nacionais. Brasília: ECT, 2008. Disponível em: <<http://www.selosefilatelia.com.br/PastaLancamentos/011.html>>.

²⁸⁴. Zumbi dos Palmares (1655-1695), “batizado com o nome de Francisco, (...) foi entregue ao padre Antônio Melo com quem viveu até os 15 anos de idade, quando fugiu para Palmares, quilombo entre os estados de Pernambuco e Alagoas, onde se reuniam os escravos fugidos. Lá, ele se fez líder graças à sua coragem, capacidade de organização e comando. Morreu no ataque inimigo de 20 de novembro de 1695.” É reconhecido como um dos pioneiros na resistência contra a escravidão no Brasil e “símbolo da luta dos negros por dignidade e igualdade.” E, em virtude disto, na data de sua morte se comemora o Dia da Consciência Negra. Recebeu sua inscrição como herói nacional, no Livro de Aço dos Heróis Nacionais, em 21 de março de 1997. Conferir: EDITAL 11 – 2008: heróis nacionais. Brasília: ECT, 2008. Disponível em: <<http://www.selosefilatelia.com.br/PastaLancamentos/011.html>>.

²⁸⁵. José Plácido de Castro (1873-1908) foi militar e um dos líderes da Revolução Acreana, de 1903, que expulsou os bolivianos do local e proclamou o Estado Independente do Acre. Naquele mesmo ano, pelo Tratado de Petrópolis, a região passou a integrar o Brasil. O seu nome consta no Livro de Aço desde 17 de novembro de 2004. Conferir: EDITAL 11 – 2008: heróis nacionais. Brasília: ECT, 2008. Disponível em: <<http://www.selosefilatelia.com.br/PastaLancamentos/011.html>>.

FIGURA 55
Folha de selos *Heróis da pátria* (2008)



Fonte: HERÓIS da pátria: Panteão da Pátria Tancredo Neves – Livro de Aço dos heróis nacionais. Arte de Fernando Lopes. Foto de Aislan Carlos Bezerra dos Santos, César Augusto, Fernando Bezerra e Hélio Messias. Folha com 20 selos, sendo dois selos de cada herói. Data de emissão: 21 de abril de 2008. Acervo: André Figueiredo Rodrigues.

Quanto à imagem de Tiradentes (Figura 56), o artista do selo se inspirou, na medida do possível, na representação em caricatura de Décio Vilares (Figura 48). Apenas tornou jovializado o alferes. Seu rosto apresenta tez clara, com barba – aparentemente cortada, sem qualquer indicação de negligência no visual – e cabelos que chegam aos ombros.

FIGURA 56

Selo *Tiradentes*, da folha de selos *Heróis da pátria*



Fonte: TIRADENTES. Selo pertencente à coleção postal “Heróis da pátria: Panteão da Pátria Tancredo Neves – Livro de aço dos heróis nacionais”. Arte de Fernando Lopes. Brasil, coleção postal, 2008. Acervo: André Figueiredo Rodrigues.

Seu semblante reverencia e traz a público o espírito cívico que se espera do brasileiro, principalmente ao se pensar que o selo – como um símbolo nacional – reproduz e imortaliza os heróis oficializados pelo governo brasileiro até então, 2008, no Panteão construído na Praça dos Três Poderes, no coração da República, em Brasília.

Tiradentes posiciona sua mão direita sobre o peito e o braço esquerdo ao longo do corpo, em postura de etiqueta que nos lembrar do perfilar para cantar o hino nacional. Interessante que este ato de continência também pode ser visualizado na representação imagética que se construiu para Zumbi. Observa-se que o herói negro, símbolo de resistência ao escravismo no Brasil do século XVII, apruma-se

ereto, como se estivesse em posição de continência em cerimonial onde a bandeira e/ou o hino nacional fizessem-se executados.

Zumbi e seu “colega” Tiradentes são os únicos rebeldes homenageados no conjunto representado como heróis da pátria. Suas fisionomias procuram transparecer, pelo estilo jovem que aparentam, que são pessoas portadoras de atitudes internalizadas de respeito à nação. Suas biografias demonstram serem eles dois rebeldes que se levantaram contra os mandos governamentais na América portuguesa, respectivamente nos séculos XVII e XVIII.

Estrategicamente, eles aparecem juntos, um ao lado do outro, na folha de selos. Zumbi pavoneia-se ao centro, como se o seu posicionalmente na folha de selos fosse de propósito, por ser ele na cronologia o primeiro a aparecer em vida.

Na linha superior representam-se apenas personagens de nossa história política: o primeiro imperador, o primeiro presidente e dois patronos das Forças Armadas, um do Exército e, outro, da Marinha. Entre essas duas forças militares encontra-se o “quase” patrono da Marinha, almirante Barroso. Antes da oficialização de Tamandaré como o herói da Marinha havia disputa para saber quem deles representaria a Marinha brasileira como herói (história naval no campo da memória).

A atitude modernizada e internalizada de respeito à nação provocada pelas imagens de Tiradentes e de Zumbi fazem-nos supor que eles, como os demais heróis políticos da história do Brasil ali representados imagetivamente, deveriam servir como modelos de zelo patriótico, com vistas ao fortalecimento e a projeção de valores éticos da nacionalidade. Eles aparecem como símbolos que permitiram o fortalecimento da unidade nacional, já que personagens como os patronos das Forças Armadas e Plácido de Castro, por exemplo, aparecem para a história como responsáveis pela defesa de nosso território, frente ameaças internas e externas que pudessem fazer com que perdêssemos parte ou que tivéssemos que dividir o nosso espaço geográfico, tal qual o ocorrido com os nossos irmãos latino-americanos durante os seus processos independentistas ou de consolidação de suas nações no decorrer do século XIX.

Para que este espírito nacionalista se avolume, nada melhor do que inscrever no rol de heróis nacionais do Panteão da Pátria e da Liberdade o patrono cívico da nação brasileira. A presença de Tiradentes ali e sua representação iconográfica no selo da folha de 1998 teve, portanto, ao que tudo indica, o sentido de pensar o

preparo do cidadão brasileiro para o exercício de atividades cívicas, fundamentadas no patriotismo e na visão construtiva de um bem comum ao Estado.

Para isto, o Panteão da Pátria e o Tiradentes ali presente – mostrado no selo – serviam ao propósito de pensar aquele local de culto ao passado como um monumento de celebração e sentimento da essência maior do sonho republicano: a liberdade. Lembrando o contexto da redemocratização e a homenagem título daquele mausoléu, que existe sem corpos, ao político Tancredo Neves e aos demais vultos nacionais que mereceram das autoridades governamentais brasileiras estar ali representados.

Este “lugar de memória”, e o selo também se presta a ser isto, na feliz expressão de Pierre Nora, nos faz lembrar que eles

nascem e vivem do sentimento [de] que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. (...) Os lugares de memória são, antes de tudo, restos.²⁸⁶

O Panteão é um lugar topográfico e o selo um lugar simbólico de memória. E para reforçar a interpretação da defesa cívica da nação, por meio da figura do alferes Tiradentes, na data da estreia daquele conjunto de selos foram elaboradas algumas peças filatélicas, como envelopes com carimbo comemorativo de postagem com data de seu primeiro dia de emissão e cartões postais selados (Figura 57), para circulação ou não como correspondência.

A imagem utilizada como referência visual ao selo de Tiradentes no rol dos heróis da pátria, é a do monumento ao ar livre de Francisco Andrade, oficializado pela Ditadura Civil-Militar brasileira como a representação iconográfica a ser seguida pelos brasileiros como sendo a sua “imagem”.

²⁸⁶. NORA, Pierre. Entre memória e história. op. cit., p. 13.

FIGURA 57

Cartão postal com o selo *Tiradentes*, da folha *Heróis da pátria*



Fonte: CARTÃO postal e selo Tiradentes, da folha de selos “herói da pátria: Panteão da Pátria Tancredo Neves – Livro de Aço dos heróis nacionais”. Disponível em: <<http://www.selosefilatelia.com.br/PastaLancamentos/011.html>>.

O monumento de Francisco Andrade reforça a visão da construção religiosa que se fez do alferes. O selo de Tiradentes, com toda a sua representação e expressividade cívica, em 1998 ainda recupera padrões estilísticos de desenhos que o forjaram no início da República ao patamar de um herói capaz de legitimar o regime político que se iniciava no final do século XIX, ocultando diferenças e unificando a nação. A mão no peito, em deferência à nação, como aparece no selo, vislumbra o papel de mártir que incorporou as culpas e dores do povo, em semelhança as representações de Jesus Cristo, apresentado com barba e longos cabelos, túnica branca, ar sereno e perdido no infinito. E, mais uma vez, sem a corda no pescoço, auxiliando na montagem do herói, mesmo que ele apareça em miniatura...

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de até hoje não conhecermos a fisionomia de Joaquim José da Silva Xavier, cognominado Tiradentes, nos habituamos a enxergá-lo como um homem de cabelos longos e escuros e com barba de muitos meses. Esta aparência do herói assemelhou-se à imagem popular de Jesus Cristo, que tem merecido das autoridades irrestrito aval do poder público. Institucionalizado como Patrono Cívico da Nação Brasileira em 1965 e em 1966 teve a sua figura padronizada para fins de reprodução, perpetuando-se àquela conotação bíblica, ao indicar como modelo a cabeça da estátua ao ar livre de Francisco Andrade, que existe no Rio de Janeiro, em frente à sede do legislativo estadual.

Como símbolo nacional, Tiradentes e a sua fisionomia heroica materializada na filatelia e na numismática, mesmo que em desacordo com as informações históricas disponíveis, trouxe ao público toda a artimanha em atribuir aos sonhos de um indivíduo, à sua vontade e ao seu gesto singular (e até ao seu aspecto), “as origens de mudanças e conflagrações de nossa sociedade”. As consequências disto são a criação de mitos e o acobertamento das causas que determinam os fatos sociais e históricos.²⁸⁷

Vimos ao longo desta Tese à incursão de Tiradentes no panteão da nação; reforçado pela idealização de sua face e história nas moedas e nos selos postais. As imagens, como vistas, não são de todo ociosas. Elas foram construídas e reedificadas, plantando na memória um alferes sem defeitos e ilibado, como sendo aquele que perdeu a vida em favor dos anseios de milhares de concidadãos, aceitando com resignação seu próprio sacrifício.

O heroísmo mitificado de Tiradentes no meio circulante e no selo postal, via versão oficial, propiciou certo mascaramento da verdade e do contexto histórico – muitas vezes conflituoso – em que a sua imagem foi divulgada. Sobre isto, a presença do Patrono Cívico da Nação Brasileira na série dos vultos nacionais em moeda e em selo na década de 1960 é exemplar.

²⁸⁷. FARACO, Sérgio. *Tiradentes: a alguma verdade (ainda que tardia)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p. 11.

A filatelia e a numismática proporcionaram ao alferes Tiradentes várias mortes. A cada representação que lhe recuperava a memória, um ato de criação imagética cívico-religiosa imputava-lhe significado político importante.²⁸⁸ Isto, procuramos mostrar ao longo dessas páginas.

Tanto no dinheiro quanto no selo, a figura do alferes Tiradentes, como informamos, visava auxiliar na afirmação da nacionalidade brasileira. Como símbolo de unidade nacional, em torno deles se constroem uma memória que avança desde fins do século XIX até os dias de hoje.

Moeda metálica, papel-moeda e selo, por exemplo, como frutos de seu tempo, transmitem a imagem que as autoridades querem delas mesmo perpetuar. Tiradentes foi glorificado pelos republicanos iniciais, durante o Estado Novo e a Ditadura Militar, e mais recentemente na redemocratização. Em todos esses contextos, sua figura esteve lá representada, em uma espécie de reconhecimento oficial póstumo. Várias mortes, muitos renascimentos e um número incalculável de representações... eis o alferes escapando da força e sobrevivendo aos dissabores que lhe foram imputados.

Ao andar no bolso do brasileiro, na forma de papel-moeda, ou sendo o selo levado à boca para colá-lo em um envelope, com a goma que se encontra em seu verso, nos aproximamos do herói, tende-o como uma pessoa de nosso dia a dia, de nosso cotidiano.

Tanto assim que no primeiro capítulo mostramos a história do homem por trás do mito e a sua lenta inclusão no rol de heróis em Minas Gerais e no Brasil. No segundo capítulo, estudamos no universo da numismática as narrativas e as imagens de uma história monumental representada na figura do alferes Tiradentes em três contextos: na década de 1960, com sua imagem estampando a cédula de Cr\$ 5.000,00, na moeda de igual valor de 1992 e na atual moedinha de cinco centavos de real, de 1998, que está em circulação até os dias de hoje. E no último capítulo, refizemos a trajetória do herói na miniatura dos selos postais, mostrando-o no final da década de 1940 em selo comemorativo autônomo ao seu “bicentenário”, na década de 1960 em sua inclusão entre os vultos célebres da história do Brasil, em série semelhante encontrada na mesma época no meio circulante, e nos selos de 1992 e 2008 que tiveram por base homenagear a sua participação dentre os

²⁸⁸ . LARA, Silvia Hunold. op. cit., p. 27.

heróis da pátria incluídos no Panteão da Pátria e da Liberdade existente em Brasília, no atual coração e sede dos poderes republicanos do Brasil.

Enfim, buscar Tiradentes e a sua representação na moeda e no selo, na numismática e na filatelia, é recompor os reflexos das circunstâncias políticas, econômicas, religiosas, artísticas e sociais da época de suas emissões, assim como os trajetos percorridos e o recuperar as nuances da formação de nossa nacionalidade, que, aliás, ainda está em permanente construção.

O poeta Carlos Drummond de Andrade (1902-1987), mineiro como o alferes Joaquim José da Silva Xavier, em seu poema “Os últimos dias” nos alerta, em um de seus excertos, sobre os descompassos de um longo período de tempo, que se pode, literariamente, associar à construção de seu mito de representatividade da nação:

O tempo de despedir-me e contar
que não espero outra luz além da que nos envolveu
dia após dia, noite em seguida a noite, fraco pavio,
pequena ampola fulgurante, facho, lanterna, faísca,
estrelas reunidas, fogo na mata, sol no mar,
mas que essa luz basta, a vida é bastante, que o tempo
é boa medida, irmãos, vivamos o tempo.²⁸⁹

²⁸⁹. ANDRADE, Carlos Drummond de. *Os últimos dias*. Disponível em: <<https://solangef.wordpress.com/2008/02/12/carlos-drummond-de-andrade-os-ultimos-dias/>>.

REFERÊNCIAS

1º DE AGOSTO: dia do selo postal brasileiro. *Blog dos Correios*. Disponível em: <<http://blog.correios.com.br/correios/?p=48822>>.

A ICONOGRAFIA da moeda. Barcelona: Planeta, s.d.

ALMEIDA, Cícero Antônio F. de; VASQUEZ, Pedro Karp. *Selos postais do Brasil*. São Paulo: Metalivros, 2003.

ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves de. A formação do herói Tamandaré na Marinha do Brasil: uma breve análise teórica. *Navigator: Subsídios para a História Marítima do Brasil*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, p. 69-77, 2007.

ANASTASIA, Carla. Os temas da liberdade e da república na Inconfidência Mineira. In: MINAS GERAIS. Secretaria de Estado da Educação. *Tiradentes: o herói que inventou a pátria*. Belo Horizonte, 1999, p. 20-30.

ANDRADE, Carlos Drummond de. *Os últimos dias*. Disponível em: <<https://solangeff.wordpress.com/2008/02/12/carlos-drummond-de-andrade-os-ultimos-dias/>>.

AUGÉ, Marc. Heróis. In: ENCICLOPÉDIA Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1994, p. 128-148. v. 30 (Religião – Rito).

AUTOS de Devassa da Inconfidência Mineira. 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados; Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1976-1982. v. 1, 2, 5.

AZEVEDO, Luiz Antônio Duff. *Selos, viagens & envelopes: selos comemorativos do Brasil de 1900 a 1942 – um capítulo da história postal brasileira*. São Paulo: LDA Azevedo, 2001.

BACZKO, Bronislaw. A imaginação social. In: ENCICLOPÉDIA Einaudi, Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1985, p. 296-332. v. 5. (Anthropos – Homem).

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *A verdade sobre Tiradentes*. Belo Horizonte: Instituto de História, Letras e Artes, s.d.

_____. *História de Minas*. Belo Horizonte: Comunicação, 1979. v. 2.

BARROS, Carlos Henrique Farias de. Ensino de História, memória e história local. *Revista de História da UEG*, Porangatu (Goiás), v. 2, n. 1, p. 301-321, 2013.

BECK, P. Argentinas's "philatelic annexation" of the Falklands. *History Today*, Londres, v. 33, n. 2, p. 39-44, 1983.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Org.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998, p. 349-363.

BONNET, Jean-Claude. *Naissance du panthéon: essai sur le culte des grands hommes*. Paris: Fayard, 1998.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. São Paulo: Difel, 1989.

BREFE, Ana Cláudia Fonseca. Pierre Nora, ou o historiador da memória. *História Social*, Campinas, n. 6, p. 13-33, 1999.

BURKE, Peter. *Testemunha ocular: história e imagem*. Bauru: Edusc, 2004.

_____. *Variedades de história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

CABREIRA, Maria Alda Barbosa. Religiões e religiosidades em debate. *História Unisinos*, São Leopoldo, Rio Grande do Sul: Unisinos, v. 22, n. 1, p. 149-152, 2018, p. 149-150. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/htu.2018.221.13/60746140>>. Resenha do livro: RODRIGUES, André Figueiredo; AGUIAR, José Otávio (Org.). *História, religiões e religiosidade: da Antiguidade aos recortes contemporâneos, novas abordagens e debates sobre religiões*. São Paulo, Humanitas, 2016.

CAINELLI, Marlene. A construção dos heróis e a memória nacional entre os não letrados. *História & Ensino*, Londrina, v. 10, p. 5-19, 2004.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Centro de Informação e Documentação. Coordenação Edições Câmara. *A construção da memória nacional: os heróis no Panteão da Pátria*. Brasília, 2010.

CAPEL, Heloisa Selma Fernandes. Ambições eucrônicas: história cultural e interpretação das imagens. *Locus: Revista de História*, Juiz de Fora, v. 37, n. 1, p. 29-43, 2013.

CARLAN, Cláudio Umpierre. Simbologia, numismática e iconografia: a imagem como documento. *Almanaque Multidisciplinar de Pesquisa*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 4-13, 2015.

_____; FUNARI, Pedro Paulo Abreu. *Moedas: a numismática e o estudo da história*. São Paulo: Annablume, 2012.

CARVALHO, Francismar Alex Lopes de. O conceito de representações coletivas segundo Roger Chartier. *Diálogos*, Londrina: UEM, v. 9, n. 1, p. 143-165, 2005.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

CASADEI, Eliza Bachega. O papel da memória nas ramificações da cultura em Theodor W. Adorno e Walter Benjamin. *Biblioteca On-Line de Ciência da Comunicação*. 18 f. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/bocc-casadei-teorias.pdf>>.

CASTRO, Celso. *A invenção do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: J. Zahar Ed., 2002.

CASTRO, Raimundo Nonato de. O quadro 'Conquista do Amazonas' de Antonio Parreiras e a ideia de nação. *19&20*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 4, out./dez. 2010. Disponível em: <http://www.dezenovevinte.net/obras/ap_rnc.htm>.

CATÁLOGO de selos do Brasil 2017, 1843-2016. 60. ed. São Paulo: RHM, 2017.

CATROGA, Fernando. *Nação, mito e rito: religião civil e comemoracionismo* (EUA, França e Portugal). Fortaleza: Museu do Ceará; Nudoc, 2005.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1988.

CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. *Pintura, história e heróis no século XIX: Pedro Américo e "Tiradentes Esquartejado"*. Campinas, 2005. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas.

COSTA, João. *Os pintores e o suplício de Tiradentes*. Rio de Janeiro: ALERJ, 1992.

COSTILHES, Alain Jean. *O que é numismática*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CUNHA, Beatriz Rietmann da Costa e. Experiências de professores primários na Corte imperial: a trajetória de Antonio Estevão da Costa e Cunha. 12 f, p. 5-6. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 5. Aracaju, 2008. *Anais eletrônicos...* Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/195.pdf>>.

D'ALESSIO, Marcia Mansor. A política no fazer e no saber históricos. In: SEBRIAN, Raphael Nunes Nicoletti et alii (Org.). *Dimensões da política na historiografia*. Campinas: Pontes, 2008, p. 39-49.

DIAS, Renato da Silva. A queda do gigante: a Escola dos Annales, o declínio da história política e as ciências sociais. In: DIAS, Renato da Silva (Org.). *Repensando o político: poder, trabalho e identidades*. Montes Claros: Unimontes, 2012, p. 13-34.

DOLCI, Mariana de Carvalho. *Personagem imortal: a construção da memória de Tiradentes no Museu Paulista e no Museu da Inconfidência*. São Paulo, 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

ECO, Umberto. *Os limites da interpretação*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.

EDITAL 11 – 2008: heróis nacionais. Brasília: ECT, 2008. Disponível em: <<http://www.selosefilatelia.com.br/PastaLancamentos/011.html>>.

ENDERS, Arlene. *Os vultos da nação: fábrica de heróis e formação dos brasileiros*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

FALCON, Francisco J. Calazans. História e representação. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir (Org.). *Representações: contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas: Papirus, 2000, p. 41-80.

FARACO, Sérgio. *Tiradentes: a alguma verdade (ainda que tardia)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

FÉLIX, Loiva Otero; ELMIR, Cláudio P. *Mitos e heróis: a construção de imaginários*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1998.

FERREIRA, Luis Eugénio. *Um certo olhar pela Filatelia*. 2. ed. Santarém (Portugal): Húmus, 2006, p. 13. Disponível em: <https://www.fep.up.pt/docentes/cpimenta/lazer/html/ebook/bfd002_p.pdf>.

FERRO, Marc. *A manipulação da história no ensino e nos meios de comunicação*. São Paulo: IBRASA, 1983.

FIGUEIREDO, Lucas. *O Tiradentes: uma biografia de Joaquim José da Silva Xavier*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

FILATELIA de A a Z. *Blog dos Correios*. Disponível em: <http://blog.correios.com.br/filatelia/?page_id=5542>.

FLORENZANO, Maria Beatriz Borba; VIANNA, Salvador Teixeira Werneck; CASTRO, Maurício Barros de. *Faces da moeda*. São Paulo: Olhares, 2009.

FONSECA, Thaís Nívia de Lima. A comemoração do 21 abril: o cenário do jogo político. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 12, n. 21-22, p. 437-486, 2006.

_____. *Da infâmia ao altar da pátria: memória e representações da Inconfidência Mineira e de Tiradentes*. São Paulo, 2001. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo.

_____. Inconfidência Mineira: mito e história na historiografia. In: COSENTINO, Francisco Carlos; SOUZA, Marco Antônio de (Org.). *1500/2000: trajetórias*. Belo Horizonte: Centro Universitário Newton Paiva, 1999, p. 123-130.

_____. Os heróis nacionais para crianças: ensino de história e memória nacional In: ROCHA, Helenice; MAGALHÃES, Marcelo; GONTIJO, Rebeca (Org.). *A escrita da história escolar: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 107-126.

_____. Ouro e heróis nas representações da Inconfidência Mineira. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 24, p. 228-244, 2001.

_____. Representações de um passado de ouro: mitos, memória e imaginário da Inconfidência. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage; VILLALTA, Luiz Carlos (Org.). *História de Minas Gerais: as Minas Setecentista*. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007. v. 2, p. 649- 668.

_____. Tiradentes – 21 de Abril de 1792. In: BITTENCOURT, Circe Maria (Org.). *Dicionário de datas da história do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2007, p. 102-106.

FRIEIRO, Eduardo. *O diabo na livraria do cônego*. 2. ed. rev. e aum. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981.

FURTADO, Joaci Pereira. *Inconfidência Mineira: um espetáculo no escuro (1788-1792)*. São Paulo: Moderna, 1998.

FURTADO, João Pinto. *O manto de Penélope: história, mito e memória da Inconfidência Mineira de 1788-9*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FURTADO, Júnia Ferreira; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Os Brasis na 'Histoire des Deux Indes' do abade Raynal. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 32, n. 60, p. 731-777, 2016.

GAGNEBIN, Jeanne Maria. *Lembrar esquecer escrever*. São Paulo: Ed. 34, 2006.

GARCÍA SÁNCHEZ, Jesús. Sellos y memoria: la construcción de una imagen de España, 1936-1945. *Studia Historica: História Contemporânea*, Salamanca, v. 25, p. 37-86, 2007. Disponível em: <<http://revistas.usal.es/index.php/0213-2087/article/view/1052>>.

GASKELL, Ivan. História das imagens. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 1997, p. 237-289.

GASPAR, Tarcísio de Souza. Derrama, boatos e historiografia: o problema da revolta popular na Inconfidência Mineira. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 51-73, 2010.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOMES, Ângela de Castro; KORNIS, Mônica Almeida. Com a história no bolso: moeda e a República no Brasil. SEMINÁRIO INTERNACIONAL "O OUTRO LADO DA MOEDA", 1., 2001, Rio de Janeiro. *Livro...* Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2002, p. 107-134.

GONZÁLEZ FERNÁNDEZ, Daniel. La filatelia, ciencia auxiliar de la historia. *Fuentes: Revista de la Biblioteca y Archivo Histórico de la Asamblea Legislativa Plurinacional*, La Paz, v. 6, n. 23, p. 14-34, 2012.

GUIMARÃES, Manoel Luis Lima Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: FGV, n. 1, p. 5-27, 1988.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.

HOBBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismos desde 1870: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

_____; RANGER, Terence (Org.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HOOK, Sidney. *O herói na história*. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.

IGLÉSIAS, Francisco. Raízes ideológicas da Inconfidência Mineira. *Acervo: Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 7-13, 1989.

JARDIM, Márcio. *A Inconfidência Mineira: uma síntese factual*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1989.

JONES, Robert. Heroes of the Nation? The celebration of scientists on the postage stamps of Great Britain, France and Germany. *Journal of Contemporary History*, London, v. 36, n. 3, p. 403-422, 2001.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição a semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

LARA, Silvia Hunold. Tiradentes e a nação esquartejada. In: SÃO PAULO (Cidade). Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. *Pátria amada esquartejada*. Coordenação de Júlio Assis Simões e Laura Antunes Maciel. São Paulo, 1992, p. 19-28.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 4. ed. Campinas: Editora UNICAMP, 2006.

LEITE, Paulo Gomes. A Inconfidência Mineira e a ideologia política do Iluminismo. Parte I. *Revista Minas Gerais*, Belo Horizonte, n. 19, p. 6-9, 1989.

_____. A Inconfidência Mineira e a ideologia política do Iluminismo. Parte II. *Revista Minas Gerais*, Belo Horizonte, n. 20, p. 6-9, 1989.

_____. A propagação do Iluminismo em Minas Gerais. *Revista Minas Gerais*, Belo Horizonte, n. 14, p. 24-26, 1989.

_____. Revolução e heresia na biblioteca de um advogado de Mariana. *Acervo: Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1/2, p. 153-166, 1995.

LE MOS, Carmem Silva. Reflexões acerca do processo de repatriamento das ossadas dos inconfidentes degredados para a África. *Oficina do Inconfidência: Revista de Trabalho*, Ouro Preto: Museu da Inconfidência, ano 2, n. 1, p. 195-221, 2001.

LOUREIRO, Heitor de Andrade Carvalho. O troco do real: um estudo das representações de Tiradentes na numismática brasileira contemporânea. *Veredas da História*, São Paulo, v. 4, ed. 1, p. 1-21, 2011. Disponível em: <http://veredasdahistoria.kea.kinghost.net/edicao5/Art.06_Troco_Real_Tiradentes_Heitor_Loureiro.pdf>.

MANGUEL, Alberto. *Lendo imagens*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MARSON, Izabel Andrade. *Selos comemorativos: fragmentos da história do Brasil*. São Paulo: Empresa das Artes, 1989.

MATHIAS, Herculano Gomes. *Tiradentes através da imagem*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1969.

MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa. A Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal, 1750-1808*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

MENDONÇA, Sonia Regina de; FONTES, Virginia. História e teoria política. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 55-71.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, história visual: balanço provisório, propostas cautelares. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 11-36, 2003.

_____. História e imagem: iconografia / iconologia e além. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 243-252.

MENINI, Vitor Bianconi. *Pedaços de papel, pedaços de história: o selo como documento histórico*. 3 f. Disponível em: <<http://arqueologiapublicalap.blogspot.com.br/2014/04/pedacos-de-papel-pedacos-de-historia-o.html>>.

MICELI, Paulo. *O mito do herói nacional*. São Paulo: Contexto, 1988.

MILLIET, Maria Alice. *Tiradentes: o corpo do herói*. São Paulo: M. Fontes, 2001.

MONTEIRO, Charles. Pensando sobre a história, imagem e cultura visual. *História*, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 3-16, 2013.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). *Cultura política na história: novos estudos*. Belo Horizonte: Argumentum, 2009, p. 13-37.

_____. A história política e o conceito de cultura política. *LPH: Revista de História*, Ouro Preto: UFOP, n. 6, p. 92-100, 1996.

MOURA, Clóvis. *Dicionário da escravidão negra no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2004.

NEIVA, Eduardo. Imagem, história e semiótica. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 11-29, 1993.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Napoleão Bonaparte: imaginário e política em Portugal, c.1808-1810*. São Paulo: Alameda, 2008.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.

_____. *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1984.

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles; MATTOS, Claudia Valladão de (Org.). *O brado do Ipiranga*. São Paulo: Edusp, 1999.

PAIVA, Eduardo França. *História & imagens*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

PESAVENTO; Sandra Jatahy; PATRIOTA, Rosângela; RAMOS, Alcides Freire. *Imagens na história*. São Paulo: Hucitec, 2008.

_____; SANTOS, Nádia Maria Weber; ROSSINI, Miriam de Souza. *Narrativas, imagens e práticas sociais*. Porto Alegre: Asterisco, 2008.

PINSKY, Jaime. Introdução. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 9-13.

POCOCK, John Greville Agard. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Edusp, 2003.

POLLACK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, v. 5, n. 10, 1992.

_____. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, v. 2, n. 3, 1989.

QUANDO e onde surgiu o primeiro selo de correio? *Super Interessante – Mundo Estranho*. 11 abr. 2011. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/mundo-estranho/quando-e-onde-surgiu-o-primeiro-selo-de-correio/>>.

RANK, Otto. *O mito do nascimento do herói: uma interpretação psicológica dos mitos*. São Paulo: Cienbook, 2015.

RAMOS, Marina Contin. O meio circulante: o nosso dinheiro como ideologia e propaganda. SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 17., 2013, Natal. *Anais...* São Paulo: ANPUH, 2013. 11 f. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371336589_ARQUIVO_ANPUH2013.pdf>.

REIS, Elisa Pereira. O estado nacional como ideologia: o caso brasileiro. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 2, v. 1, p. 187-203, 1998.

RÉMOND, René. Do político. In: RÉMOND, René. (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; FGV, 1996, p. 441-450.

_____. Por que a história política? *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, v. 7, n. 13, p. 7-19, 1994.

_____. Uma história presente. In: RÉMOND, René. (Org.). *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 13-36.

RESENDE, Augusto Henrique Assis. *Imprensa e política: os usos simbólicos da Conjuração Mineira em São João del-Rei e Ouro Preto (1877-1889)*. Assis, São Paulo, 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. Leituras e releituras da Inconfidência Mineira. *Minas Gerais*, Suplemento Literário, p. 14-18, 1º jul. 1989.

RIBEIRO, Darcy. *Tiradentes*. 2. ed. São Paulo: Global, 2016.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

RODRIGUES, André Figueiredo. *O clero e a Conjuração Mineira*. São Paulo: Humanitas FFLCH-USP, 2002.

_____. *A fortuna dos inconfidentes: caminhos e descaminhos de bens de conjurados mineiros (1760-1850)*. São Paulo: Globo, 2010.

_____. Os sertões proibidos da Mantiqueira: desbravamento, ocupação da terra e as observações do governador dom Rodrigo José de Meneses. *Revista Brasileira de História*, São Paulo: ANPUH, v. 23, n. 46, p. 253-270, 2003.

_____. Religiosidade, sociabilidade e o clero nas Minas Gerais do século XVIII. In: RODRIGUES, André Figueiredo; AGUIAR, José Otávio (Org.). *História, religiões e religiosidade: da Antiguidade aos recortes contemporâneos, novas abordagens e debates sobre religiões*. São Paulo: Humanitas, 2016, p. 99-118.

_____. Sequestro de bens dos participantes da Inconfidência Mineira como fonte de pesquisa para a história do livro e das bibliotecas (1789). *História*, São Paulo, v. 36, e. 35, p. 1-30, 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1980-436920170000000035>>.

ROLLEMBERG, Denise. Aos grandes homens a pátria reconhecida: os “justos” no panteão. In: GOMES, Ângela de Castro (Coord.). *Direitos e cidadania: memória, política e cultura*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, p. 45-64.

ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político (nota de trabalho). *Revista Brasileira de História*, São Paulo: ANPUH, v. 15, n. 30, p. 9-22, 1995.

_____. *Por uma história do político*. São Paulo: Alameda, 2010.

SABINO, Januário dos Santos; CUNHA, Antonio Estevão da Costa e. *Pantheon escolar brasileiro*. Rio de Janeiro: J. G. de Azevedo Ed., s.d. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon95726_1396400/icon95726_1396400.pdf>.

SALCEDO, Diego Andres. *A ciência nos selos postais comemorativos brasileiros: 1900-2000*. Recife, 2010. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Pernambuco.

_____. *Espelhos de papel: pelo estatuto do selo postal*. Recife, 2013. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal de Pernambuco.

_____. O selo postal como meio de divulgação científica. *Ação Midiática: Estudos em Comunicação, Sociedade e Cultura*, Curitiba, v. 7, p. 1-19, 2014.

_____. ; GOMES, Isaltina Maria M. A. A visibilidade da ciência nos selos postais comemorativos. *E-Compós*, v. 12, n. 1, 2009, p. 7. Disponível em: <<https://doi.org/10.30962/ec.v12i1.263>>.

SALGUEIRO, Valéria. A arte de construir a nação: pintura de história e a Primeira República. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 30, p. 3-22, 2002.

SALIBA, Elias Tomé. Experiências e representações sociais: reflexões sobre o uso e o consumo de imagens. In: BITTENCOURT, Circe (Org.). *O saber histórico na sala de aula*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1998, p. 117-127.

SÃO PAULO (Cidade). Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. *Pátria amada esquartejada*. Coordenação Júlio Assis Simões e Laura Antunes Maciel. São Paulo, 1992.

SCHWARCZ, Lília M.; STARLING, Heloisa M. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SELOS fiscais. Associação Brasileira de Filatelia Temática. São Paulo, 2003. Disponível em: <<http://www.abrafite.com.br/fiscais2.htm>>.

SERELLE, Márcio de Vasconcellos. *Os versos ou a história: a formação da Inconfidência Mineira no imaginário do Oitocentos*. Campinas, 2002. Tese (Doutorado em Teoria e História Literária) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas.

SILVA, Emerson Correia da. *A configuração do habitus professoral para o aluno-mestre: a Escola Normal Secundária de São Carlos (1911-1923)*. Marília, 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Contexto, 2006.

SILVA JUNIOR, Amaury Fernandes da. *Uma etnografia do dinheiro: os projetos gráficos de papel-moeda no Brasil após 1960*. Rio de Janeiro, 2008. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

SOUZA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SOUZA, Helder Cyrelli. *Os cartões de visita do Estado: a emissão de selos postais e a ditadura militar no Brasil*. Porto Alegre, 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

STUDART, Marcelo Gladio da Costa. O Olho-de-Boi. In: EXPOSIÇÃO Brasileira 93. São Paulo, 1993. *Catálogo...* São Paulo: ABRAFITE, 1993, p. 50-55. Disponível em: <<http://www.abrafite.com.br/artigo8a.htm>>.

TIPOS de selos postais. *Blog dos Correios*. Disponível em: <http://blog.correios.com.br/filatelias/?page_id=4931>.

TORRES, Luís Wanderley. *Tiradentes: a áspera estrada para a liberdade*. São Paulo: Obelisco, 1965.

WERNECK, Gustavo. Mais de 200 anos após sua morte, Tiradentes segue sem um rosto. 20 abr. 2012. Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2012/04/20/interna_gerais,289961/mais-de-200-anos-apos-sua-morte-tiradentes-segue-sem-um-rosto.shtml>.

VAINFAS, Ronaldo. História das mentalidades e história cultural. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 127-162.

VENTURA, Roberto. Leituras de Raynal e a Ilustração na América Latina. *Revista de Estudos Avançados*, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 40-51, 1998.

VIEIRA, José Crux Rodrigues. *Tiradentes: a Inconfidência Mineira diante da História*. Belo Horizonte: 2º Clichê Comunicação & Design, 1993. 3 v, 2 t.

VILLALTA, Luiz Carlos. As origens intelectuais e políticas da Inconfidência Mineira. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Org.). *História de Minas Gerais: as Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007. v. 2, p. 579-607.

_____. O diabo na livreria dos inconfidentes. In: NOVAES, Adauto (Org.). *Tempo e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 367-395.

_____. *Uso do livro no mundo luso-brasileiro sob as Luzes: reformas, censura e contestações*. 2. ed. Belo Horizonte: Fino Trato, 2015.